



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

ESTRADA GERAL DO SERTÃO:
Potenciais turísticos de um caminho quase esquecido

Bárbara Lins Lima

Brasília-DF
2015



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**ESTRADA GERAL DO SERTÃO:
Potenciais turísticos de um caminho quase esquecido**

Bárbara Lins Lima

Dissertação apresentada ao Centro de Excelência em Turismo (CET), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Dias.

Brasília-DF

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732e Lima, Bárbara Lins
ESTRADA GERAL DO SERTÃO: Potenciais turísticos de um caminho quase esquecido / Bárbara Lins Lima; orientador Karina Dias. -- Brasília, 2015.
159 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Patrimônio Cultural. 2. Identidades. 3. Turismo. 4. Cultura. 5. Cicloturismo. I. Dias, Karina, orient. II. Título.



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

Bárbara Lins Lima

ESTRADA GERAL DO SERTÃO:
Potenciais turísticos de um caminho quase esquecido

Dissertação apresentada ao Centro de Excelência em Turismo (CET), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Dias

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Karina Dias – Orientadora
Centro de Excelência em Turismo (CET/UnB)

Prof. Dra. Iara Brasileiro – Membro Interno
Centro de Excelência em Turismo (CET/UnB)

Prof. Dra. Ivany Câmara Neiva – Membro Externo

Aprovado em ____ de _____ de 2015

Aos meus pais, Magnólia Barros Lins e Cláudio da Silva Lima, que sempre me apoiaram e deram suporte em todos os projetos e aventuras, com muito amor e gratidão, dedico.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não seria possível sem o apoio de todos os professores e servidores do Centro de Excelência em Turismo, que desde o início colaboraram para meu aprendizado. Em especial, minha orientadora, Karina Dias, que tanto expandiu meus horizontes. Pela confiança, atenção e gentileza que sempre fizeram parte de nossos encontros, meu reconhecimento e agradecimento com muito carinho. Agradeço também à professora Iara Brasileiro, que desde de o primeiro dia em que pisei no CET me explicou com ações o significado da palavra hospitalidade.

Agradeço à toda minha família, pelo suporte para que eu continuasse nos momentos mais difíceis.

Ao Leonardo Safe, Silvana Rios e Sálvio Safe. Família que contribuiu com tanto incentivo, carinho e boa parte da bibliografia aqui utilizada.

Minha gratidão também aos amigos e colegas que contribuíram que essa pesquisa fosse concluída, seja me ajudando com fotos e vídeos, nas saídas de campo, revisando o texto, colaborando com ideias sobre o tema ou dando suporte para eu continuar estudando. Em especial: Aerton Guimarães, Adriana Caitano, Daniel Lins, Candangos do Pedal, Gabriela Lapa, Caio Neto, Sérgio Gusmão, Robson Eleutério, Pablo Amorim, Rilmara Correia e colegas do Centro de Excelência em Turismo.

RESUMO

Com a vinda da Capital para o Planalto Central, boa parte das memórias da região, antecedentes à construção de Brasília, foram parcialmente esquecidas. Uma dessas memórias diz respeito à Estrada Geral do Sertão, uma Estrada da época do Brasil Colônia que ligava a Bahia ao interior do País e era importante rota de comunicação e transporte de mercadorias, especialmente ouro e gado. De toda a Estrada em questão, o trecho de 300 quilômetros, que cruza a Região Norte do Distrito Federal e alguns municípios do Entorno, foi um dos atingidos por tal esquecimento. Apesar de não ser muito divulgada, a região possui atrativos turísticos consideráveis, como cavernas, cachoeiras, museus, festas populares, trilhas, centros históricos. Hoje, esses atrativos estão sendo redescobertos por parte de ciclistas da região. Em grupos e divulgando em sites e outros meios de comunicação, eles têm conseguido conhecer e divulgar parte desses fragmentos de memórias ainda existentes. A pesquisa em questão mostra essa dinâmica e apresenta como turismo, em especial o cicloturismo e a comunicação, podem contribuir para desvelar os fragmentos de memórias da Estrada Geral do Sertão.

Palavras-chave: Turismo. Estrada Geral do Sertão. Memória. Comunicação. Cicloturismo.

ABSTRACT

When Juscelino Kubitschek decided to change the Capital to Planalto Central, much of the memories of the region before Brasilia were partially forgotten. One of those memories was about the Estrada Geral do Sertão, a road from the time of colonial Brazil that linked Bahia to the countryside and it was an important communication route. Was used to transport of sort of goods, especially gold and leather. Of all the road in question, the stretch of 300 km, crossing the North Region of the Distrito Federal and some municipalities in the surrounding areas, was one of those affected by such oblivion. Although not highly publicized, the region has considerable tourist attractions such as caves, waterfalls, museums, festivals, trails, historic centers. Today these attractions are being rediscovered by cyclists in the region. With groups and publishing on websites and other media they have gotten to know and disclose of these remaining fragments of memories. The research in question shows that dynamic and presents tourism and communication can contribute to unveil the memories of fragments of the Estrada Geral do Sertão.

Keywords: Tourism. Estrada Geral do Sertão. Memory. Communication. Cycling.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa Centenária na Fercal. Anterior à construção de Brasília e na rota da Estrada	15
Figura 2 - Participantes do Desafiando os Limites	18
Figura 3 - Mapa da Estrada Colonial do Planalto Central	24
Figura 4 - Antiga Ponte na Apa da Contagem, Fercal. Expedição feita pela pesquisadora, em abril de 2014	27
Figura 5 - Tradicional neblina no amanhecer do Lago Oeste.....	32
Figura 6 - Frutos do Cerrado	34
Figura 7 - Ave encontrada em um pé de manga durante expedição realizada na Estrada Geral do Sertão.....	34
Figura 8 - Paisagem da APA da Cafuringa.....	37
Figura 9 - O Mapa Brasilia Barbarorum, 1740.....	41
Figura 10 - Pôr do Sol no Parque Nacional de Brasília, vista do Lago Oeste	44
Figura 11 - Hall de entrada com a parede em dourado com a frase sobre a solidão do Planalto Central de Juscelino Kubitscheck no lançamento da pedra fundamental de Brasília.....	53
Figura 12 - Trecho sobre habitar o sertão escrito na parede do Museu da Cidade, localizado na Praça dos Três Poderes.....	54
Figura 13 - Uma das trilhas que compõem atualmente a Estrada Geral do Sertão..	78
Figura 14 - Pedra Fundamental, Morro do Centenário, Planaltina.....	82
Figura 15 - Paineira na trilha do lenhador, Sobradinho	83
Figura 16 - Refúgio Paraíso na Terra, Brazlândia.....	85
Figura 17 - Trilha de Cocalzinho, Goiás	87
Figura 18 - Lago Azul, Formosa. Foto tirada em expedição no dia 01/01/2015.....	88
Figura 19 - Buraco das araras. Expedição feita pela pesquisadora em 2013.....	89
Figura 20 - Sítio Arqueológico do Bisnau	90
Figura 21 - Cachoeira na divisa entre Brazlândia e Cocalzinho.....	91
Figura 22 - Panfleto do lançamento do Roteiro Gastronômico da Estrada	94
Figura 23 - Estudantes visitando Mestre D'armas em Planaltina	98
Figura 24 - Mapa fundiário com a fazenda do Sítio Novo	101
Figura 25 - Grupo do Rebas na Fercal.....	109

Figura 26 - Cicloturismo na área rural de Brasília	111
Figura 27 - Participantes do Desafiando Limites, 2013	114
Figura 28 - Participantes do Desafiando Limites	119
Figura 29 - Grupo de ciclistas da Trilha Caliandra	122
Figura 30 - Grupo pedalando na área rural de Brasília	124
Figura 31 - Ciclistas explorando a área rural do DF	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- GDF - Governo do Distrito Federal
- MTur - Ministério do Turismo
- NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
- UF - Unidade da Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 – ABRINDO CAMINHOS	21
1.1 - Rompendo o espaço.....	21
1.2 - Terreno Reconhecido	28
1.3 - Povoar o Sertão.....	32
1.4 - Reconhecimento da Estrada	36
1.5 - Traçados Originais.....	50
2 – NIVELANDO OS CONCEITOS	61
2.1 – Turismo: Produção científica do conhecimento	61
2.2 - Turismo: Para além do senso comum	64
2.3 – Turismo e Cultura	70
2.4 – Turismo e memória.....	74
2.5 – Turismo nas cidades que cortam a Estrada	78
2.6 – Turismo e a Estrada.....	92
3 – SEDIMENTANDO O TRAÇADO.....	96
3.1 – Rememorando o caminho.....	96
3.2 – Segmentação como potencial.....	104
3.3 - Os ciclistas e a Estrada	108
3.4 - Sobre o ciclista como um ser viajante	112
3.5 – Turismo e comunicação.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	142
APÊNDICES.....	148

*“Eu atravesso as coisas — e no meio da travessia não vejo!
— só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada.
Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um
rio a nado, e passa;
mas vai dar na outra banda é num ponto mais embaixo,
bem diverso do que em primeiro se pensou (...)
o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...”
(João Guimarães Rosa)*

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa sobre a Estrada Geral do Sertão, e teve como intuito contribuir com o desenvolvimento turístico das áreas por onde ela passa no Distrito Federal e Entorno. Nela, estudamos o possível desvelamento da Estrada Geral do Sertão, por meio da memória e da comunicação.

Nosso objetivo foi o de investigar como a memória de fragmentos sobre a Estrada Geral do Sertão e sua divulgação, por meio do cicloturismo, podem contribuir para a promoção do turismo da região, especialmente no trecho que corta o DF e Entorno. Nesta pesquisa, identificamos projetos e estudos realizados sobre a Estrada Geral do Sertão; fizemos um levantamento dos potenciais atrativos turístico das localidades que margeiam a antiga Estrada; analisamos como a comunicação das memórias sobre a Estrada podem contribuir para promoção do turismo; e elaboramos um documentário sobre a relação dos ciclistas e da comunidade com a Estrada. Durante as pesquisas de campo, nos foi revelada a importante atuação de grupos de ciclistas neste processo, motivo pelo qual tal temática também foi inserida na dissertação como um dos fatores relevantes neste processo de desvelamento.

A dissertação surgiu depois que a pesquisadora sentiu necessidade de mais informações que pudessem contribuir para desvelar a história da Estrada. Moradora do Distrito Federal, desde o nascimento, sempre passou pelos resquícios da Estrada sem saber da existência da mesma, entretanto constantemente teve interesse pelas localidades cortadas pela Estrada. Moradora de Sobradinho, desenvolveu trabalho voluntário em Planaltina, esteve envolvida com moradores de Brazlândia e tem fortes ligações com a Fercal, as quatro principais cidades por onde a Estrada passa. Morou também, uma época, no Lago Oeste, na área, como descobriu posteriormente, tão citada em textos sobre a Estrada.

Pelo grande apreço pela região norte do DF, começou a buscar elementos que pudessem dar corpo a uma pesquisa de pós-graduação. Foi quando encontrou alguns artigos sobre o tema. Para sua surpresa, mesmo residindo há vinte e sete anos no local, nunca tinha sequer ouvido falar que havia uma história tão rica antes da construção do DF.

Entendemos que boa parte da população brasileira, inclusive os moradores do DF, também desconhece a Estrada Geral do Sertão que, na verdade, é o nome dado a um conjunto de caminhos da época do Brasil Colônia que ligava a Bahia ao Mato Grosso e servia para o transporte de minério, sal e outros produtos do litoral para o interior do País.

Diferente do que grande parte da população brasileira acredita, o que atualmente é denominado Distrito Federal tem sua origem, em termos históricos, muito antes da construção da capital, em 1956. Várias casas, como podemos ver na figura 1, já existiam antes da construção da Capital do Brasil. A construção de Brasília, pela própria dinâmica do processo construtivista, apagou quase completamente a história dos grupos pré-históricos, dos indígenas, dos bandeirantes, das estradas, casas, minas, lendas e cidades, que já comemoravam duzentos anos no Planalto Central, quando a capital foi transferida do Rio de Janeiro para o “coração” do Brasil.

Figura 1 - Casa Centenária na Fercal. Anterior à construção de Brasília e na rota da Estrada



Fonte: Bárbara Lins

Mesmo os documentos atuais sobre a região do Distrito Federal, como o livro da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, *Apa da Cafuringa, a última*

fronteira natural do DF, traz, em sua introdução, de uma forma um tanto quanto escancarada, a importância quase nula que se dá a história da pré-capital. O autor diz que as terras que hoje constituem a referida Unidade da Federação (UF), em tempos anteriores ao estabelecimento da Capital Federal, compunham-se basicamente de fazendas, das quais somente subsistiram seus nomes, como ecos de uma sociedade rural que foi “atropelada”. Sobre essa questão, ele ressalta que:

Sua história ainda não foi totalmente resgatada. Acreditamos que isso ocorra em virtude de sua aparente pouca valia em relação à grandiosa obra erguida às suas custas, nos ermos deste Planalto (SEMARH, 2006, p. 17).

Um passado pouco conhecido, como podemos notar, mas que ainda é encontrado em relatos de viajantes, documentos e mapas que datam até mesmo do século XVII. Dada essa realidade, é preciso, portanto, “iluminar essa sombra” na história da região, para conquistar um entendimento melhor do presente, e não deixar com que esse passado caia no limbo do esquecimento.

Com a leitura de textos sobre a temática e pela vivência da pesquisadora na área de Comunicação, na qual é formada, percebeu a relação entre memória, Turismo e Comunicação. Nesse sentido, o presente trabalho se situa no campo dos estudos interdisciplinares, por estabelecer, na análise aqui proposta, um diálogo teórico-metodológico e temático entre áreas afins do saber, quais sejam: Turismo, História, Comunicação e Antropologia. Acreditamos que esse diálogo foi de fundamental importância para análise da realidade estudada.

Nosso intuito foi o de discutir como a comunicação pode contribuir no processo de desvelamento da Estrada, uma vez que o turista, em nossa contemporaneidade, está inserido na chamada “era da informação” e, nesse contexto, quando ele decide se deslocar para um local turístico, já tem em mãos significativas informações sobre o local: como ir, onde ir, onde ficar, o que fazer, principais atrações, fotos e, até mesmo, comentários de outros turistas, como podemos observar em sites de turismo.

Em Thompson, encontramos que a comunicação pode ser utilizada para veiculação dessas memórias obtidas pelo método, e que encontram uma forma de apresentar atores originais da história para um amplo público. Ao se enxergarem

como atores, o público tende a interagir mais, enviar seus comentários e, por conseguinte, novos fragmentos de memórias surgem. E essa ferramenta pode aperfeiçoar a relação entre história e a comunidade, que “não deve ter mão única em qualquer dos dois sentidos: antes, porém, ser uma série de trocas, uma dialética entre informação e interpretação” (THOMPSON, 1988, p. 44).

Para realização do presente estudo, lançamos mão de mais de uma estratégia de pesquisa qualitativa, visto que tal abordagem permite que o pesquisador explore o problema humano, portanto social, construindo uma visão complexa e holística do fenômeno, capturando os dados por meio de percepções de atores locais e conduzindo o estudo em um campo natural.

Em nosso estudo, foi prioritariamente usado o estudo de caso, pois tal abordagem possibilita entender as especificidades do seu objeto em contextos sociais localizáveis, o que só pôde ser feito através do diálogo entre diferentes fontes de pesquisa, quais sejam: documentos escritos, entrevistas, questionários, mapas, dentre outros.

A presente pesquisa foi realizada em dois momentos: levantamento sobre os potenciais turísticos das regiões por onde a Estrada passa, leitura e análise de livros, tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais – pintura, escultura, desenho etc. - diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, certidões, correspondências pessoal ou comercial, documentos informativos, arquivados em repartições públicas; e, em um segundo momento, a realização de entrevistas com personagens que atuam, hoje, realizando ou praticando turismo na Estrada Geral do Sertão, além de moradores da região que conhecem fragmentos de memórias do local. Como as entrevistas foram feitas com o auxílio de câmeras de vídeo, foi elaborado um documentário na tentativa de promover um debate sobre a memória da Estrada. Para tanto, discutimos a relação entre turismo e comunicação e como esta pode ser usada como ferramenta para divulgação de um local e, por conseguinte, sua ressignificação enquanto lugar de memória.

O público que pratica cicloturismo na Estrada Geral do Sertão, e que aceitou fazer parte desta pesquisa, teve contribuição muito importante para realização do estudo, pois os cicloturistas têm uma relação muito estreita com esse local, conhecem suas peculiaridades e, ao longo se sua experiência enquanto

cicloturistas, ressignificaram a Estrada construindo representações sobre a mesma. Ademais, a bicicleta, meio de transporte utilizado nessa prática turística, além de transportar pessoas, transporta ideias, valores, se tornando assim um meio de comunicação.

Esse meio de transporte proporciona uma forma intensa de perceber o ambiente por causa das características de seu movimento: baixa velocidade, ausência de barulho de motor e trabalho físico do corpo. Um ciclista, ao percorrer os mais variados tipos de vias, tem a oportunidade de degustar, ouvir, cheirar, ver e sentir intensamente a paisagem.

O atual estudo mostra que é esse sentimento que motivou a redescoberta da Estrada Geral do Sertão por grupos de ciclistas do Distrito Federal, que posteriormente criaram trilhas no caminho. Uma dessas é a Desafiando Limites (figura 2), hoje referência em evento ciclístico no DF, sendo uma das mais procuradas por iniciantes e veteranos no pedal.

Figura 2 - Participantes do Desafiando os Limites



Fonte: Bárbara Lins

Nas entrevistas realizadas com os ciclistas que percorrem a Estrada Geral do Sertão de bicicleta, percebe-se que a bicicleta é um dos principais motivos da viagem e o ato de pedalar é um dos prazeres dos cicloturistas. Percebe-se, por meio dos relatos, que chegar é menos importante do que ir. Vimos também a necessidade de agregar o conhecimento da história da estrada ao prazer descrito pelos participantes. A rica experiência, aqui relatada pelos próprios viajantes, apresenta-se como uma maneira peculiar de vivenciar o ambiente, interagir com as pessoas que nele habitam, aprender sobre a região e a história do local.

Além de perceber isso com os entrevistados, a pesquisadora também tem envolvimento com grupo de ciclistas, o que contribuiu para inserir essa temática na dissertação. Além da admiração pela região e pela história da estrada, este outro fator contribuiu para inclusão dos ciclistas no objeto do estudo.

O texto dissertativo foi dividido em três capítulos:

No Capítulo I, descrevemos a pré-história do Distrito Federal, como a estrada foi construída, e discutimos a relação entre ela e a memória. Apresentamos também uma contextualização do objeto de estudo, onde relatamos, de forma sucinta, a história da estrada, a construção de Brasília e sua relação com a cultura local. Parte do que está relatado na contextualização foi retomado ao longo do trabalho de forma mais detalhada.

O Capítulo II traz a discussão dos principais assuntos abordados na dissertação, como também a definição das noções teóricas e a inter-relação destas no estudo do objeto proposto. Deixamos claro, por exemplo, que entendemos o turismo como um fenômeno social, algo além de um puro segmento da economia. Optamos por discutir a relação entre memória e cultura sob a visão de autores como Geertz, Halbwachs e Le Goff. Ainda, no segundo capítulo, fizemos uma breve descrição das cidades por onde a Estrada passa e quais seus atrativos turísticos.

Hoje, o Distrito Federal apresenta uma forte tendência ao turismo de negócios, uma vez que é Capital do Brasil. A maior parte dos seus visitantes vêm durante a semana para participar de reuniões, congressos e seminários. Quando em busca de lazer, este turista, até pela questão do tempo, se concentra nos atrativos localizados no Plano Piloto. Uma minoria se aventura por outras regiões administrativas, ficando essas localidades exploradas, na maioria das vezes, pelo

turismo interno, feito pelos próprios moradores do DF e Entorno. Entretanto, há um movimento do governo, academia e setores empresariais para mudar essa realidade e apresentar ao restante do país os atrativos da região, que são muitos como iremos mostrar adiante.

No Capítulo III, nossa intenção foi rememorar o caminho, apresentar o cicloturismo como uma forma de divulgar a memória da região e, por fim, discutir a comunicação como ferramenta para ampliar tais memórias. Nele, fazemos uma análise do ciclista como um ser viajante e como um guardião de fragmentos de memórias da Estrada.

1 – ABRINDO CAMINHOS

1.1 - Rompendo o espaço

Fazendo um rápido exercício de imaginação, percebe-se que nomes do cotidiano, ou seja, de lugares ou pessoas, não são lidos como referências para quem vive no Distrito Federal. Convivemos com momentos de cegueira, como, por exemplo, quando passamos pela Chapada da Contagem¹ e vemos trilhas ao longo do caminho sem nunca ou quase nunca nos perguntarmos há quanto tempo elas existem, quem passou por lá ou mesmo a origem desse nome. Tal “cegueira” persiste quando insistimos em afirmar que a referida Unidade da Federação (UF) não vai muito além de Brasília, e que paisagens, como o Lago Paranoá, sempre existiram, enquanto, na verdade, foram criadas. Ou ainda, quando não estranhemos nomes como Mestre D’armas, o que nos seria natural, dada a predominância de siglas desnaturais, e não chegamos a nos questionar, por exemplo, quem teria sido Vicente Pires. O que aqui chamamos de “cegueira” expressa, na verdade, a falta de interesse da sociedade em conhecer um pouco mais da história e cultura locais. Ademais, o que aprendemos sobre história e cultura nas escolas é fruto de um projeto político que privilegia, em sua grande maioria, a cultura universal. O local, portanto, não encontra lugar nesse cenário.

Com o auxílio dos meios de comunicação, e até do próprio governo, continua-se perpetuando obscurantismos sobre a história do Planalto Central. Com raras exceções, as matérias jornalísticas sobre o Distrito Federal começam a partir da construção, nunca com os grupos de bandeirantes ou com os ameríndios, que por aqui passaram e deixaram vestígios. Assim acontece com o *site*² do Governo do Distrito Federal, que não traz nenhuma palavra sobre nossa antiga história. Tal fato é herança do próprio projeto político de construção da Nova Capital, Brasília, no contexto em que se desenhava o desejo de um novo tempo, portanto moderno,

¹ Reserva biológica criada por decreto presencial com aproximadamente 3.460 hectares que tem como limite o ribeirão da Contagem, o condomínio Grande Colorado, a Vila Basevi e o Núcleo Rural Lago Oeste (SEMARH, 2006, p.373).

² Cf. Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.districtofederal.df.gov.br/>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

² Cf. Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.districtofederal.df.gov.br/>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

deixando para trás tudo aquilo que representava atraso na concepção da elite da época – políticos e grupos de intelectuais. Brasília, em sua concepção modernista, não foi desenhada para ser apenas a mais moderna cidade do Brasil, mas fazia parte de um projeto muito maior, um projeto de um novo Brasil desenvolvido, progressista política, cultural e economicamente. Nesse contexto, políticas de memórias foram formuladas para marcar, significar esse momento histórico, na maioria das vezes, associado à Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Portanto, a história de Brasília que se passou a contar tem início com a construção da capital, relegando a segundo plano tudo o que existiu anteriormente, em termos de cultura e história, porque considerado não importante para a memória do país que se tentava construir naquele momento. Desse modo, acabamos reproduzindo essa história, sem conseguir enxergar além. Tal fato nos limita, e é preciso mudar a percepção, como explica Bacvar³: “todo mundo se utiliza do olhar do outro, só que sobre outros planos, sem se dar conta sempre. Percepção não é aquilo que vemos, mas a maneira como abordamos o fato de ver” (SOUSA; TESSLER, 2001, p. 37).

Essa ação de olhar além do que nos é dado também se mostraria no sentido físico, de se posicionar em frente a uma paisagem⁴ e de tirar dela mais do que a superfície nos dá. Essa ação nos levaria a questionar, por exemplo, quais caminhos são aqueles na Chapada da Contagem, ou quais histórias estão à margem da luz nas esquinas da Rua do Mato⁵, ou nas falas das doceiras de Brazlândia⁶. E o tempo é crucial, pois parte da história se perde sempre que um pioneiro morre, gente que trouxe na bagagem suas tradições e, ainda, tem guardada na memória e no corpo parte do caminho. Portanto, esse obscurantismo, até mesmo dos meios de comunicação, não permite que esse olhar se torne realidade.

Diferentemente de outros objetos pesquisados, podemos contar ainda com relatos de pessoas que andaram pela estrada para chegar ao Distrito Federal. São candangos que, vindos da Bahia, Ceará e de outros estados nordestinos, usaram não rodovias, mas a estrada colonial. Vindo em cavalos ou a pé, pousavam em

³ Evgen Bacvar. Fotógrafo cego, esloveno, considerado um dos mais importantes artistas contemporâneos vivos.

⁴ Aqui entendida no seu uso mais cotidiano, como a imagem resultante da síntese de todos os elementos presentes em determinado local.

⁵ Vila da Região Administrativa da Fercal.

⁶ Região administrativa do Distrito Federal, que fica a 45 quilômetros de Brasília.

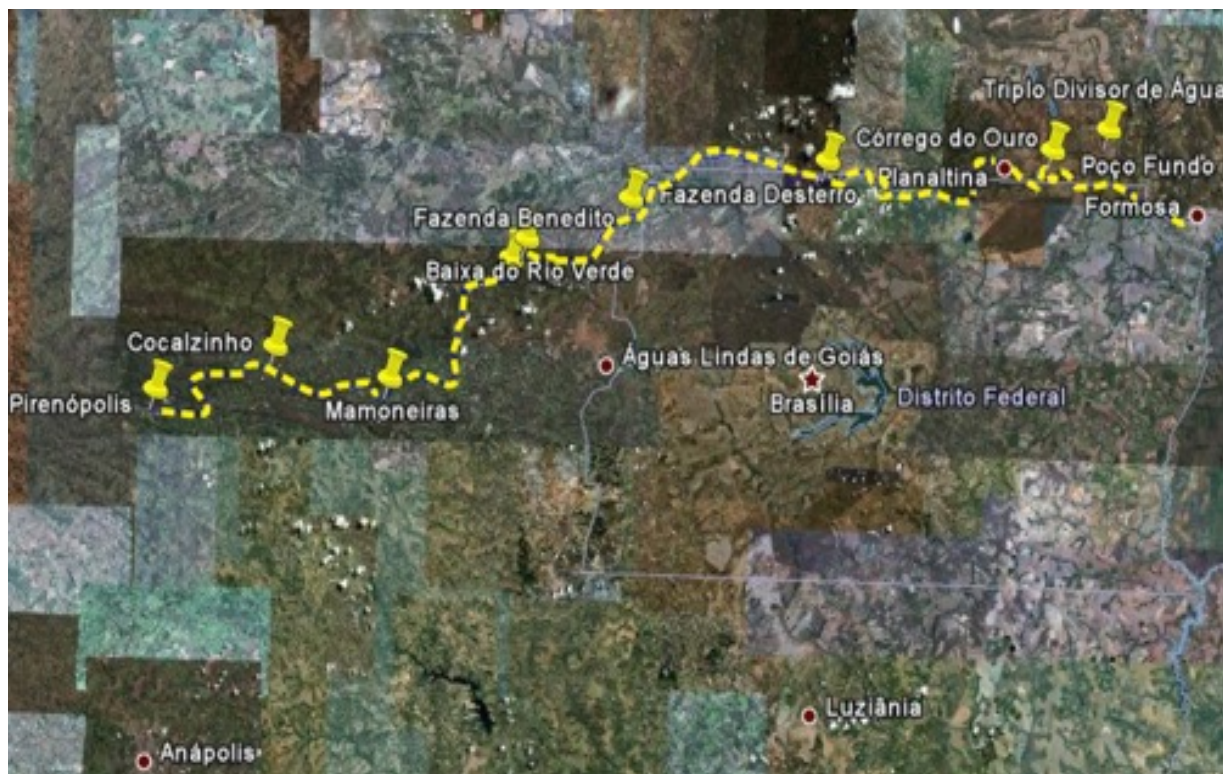
chácaras e fazendas ao longo do caminho, acumulando relatos fantásticos e, algumas vezes, fantasiosos, do percurso percorrido.

Reconstruir essas histórias é percorrer o caminho empreendido por Michel de Certeau (1998, p. 201), quando este fala que “é preciso despertar as histórias que dormem nas ruas, que jazem de vez em quando num simples nome, dobradas neste dedal como as sedas da feiticeira”. Antes, ele explica que, pelas histórias dos lugares, eles se tornam habitáveis. E nos falta isso, esse sentido de pertença ao Distrito Federal, esse despertar, que nos levaria a melhores compreensões de nossas singularidades, de nossas especificidades culturais.

Relatos de rua estão perdendo, também, cada vez mais espaço para grandes relatos da mídia e do poder público. A cidade só tem vida se mantém sua memória, que está dentro do relato dessa parcela da população que vive à margem. Pode-se afirmar isso, com o trajeto da Estrada Colonial dentro do nosso mapa. Ele passa rente à reta superior do retângulo onde está inserido o Distrito Federal. Não corta nenhuma grande cidade, mas serpenteia os divisores de bacias hidrográficas, uma vez que não havia rios caudalosos no Planalto Central. São vilarejos ou pequenas comunidades situadas na zona rural, com nomes pouco conhecidos pela maioria dos moradores da referida UF. Ponte Alta, Rodeador, Rua do Mato, Sítio Novo⁷, estão entre os nomes que remetem ao tempo colonial, sendo comuns à época, e que hoje fazem parte do vocabulário de poucos.

⁷ Todos estes nomes são de áreas rurais do Distrito Federal, localizadas em Planaltina, Sobradinho e Brazlândia.

Figura 3 - Mapa da Estrada Colonial do Planalto Central



Fonte: Bárbara Lins

Paulo Bertran (1994) foi um dos primeiros historiadores a buscar na tradição oral, em mapas e documentos históricos, elementos que pudessem reconstruir o passado do Distrito Federal. Suas pesquisas resultaram no livro *História da terra e do homem no Planalto Central*. Pelo título, é possível perceber que o autor almejava um relato ambicioso, que pudessem nos situar plenamente no que hoje é o Distrito Federal e o Entorno. Em sua publicação, extraímos que a primeira tentativa de colonizar o Brasil Central foi a do bandeirante Urbano do Couto Menezes, que acreditava ter descoberto ouro ao norte da referida UF. Reforçamos, aqui, que Urbano foi o primeiro a ir com o intuito de colonizar, pois, antes, algumas expedições já haviam passado pela região. Destaque para a de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, que comandou a primeira expedição moderna, com o objetivo de fornecer aos portugueses um panorama geral da região. E, antes mesmo de brancos, negros e pardos, a região conhecida hoje como Planalto Central foi habitada por indígenas, o que não podemos esquecer. Pesquisas registram que 12 mil anos é a mais antiga datação da presença do homem no Brasil central (BERTRAN, 1994, p. 6). No Distrito Federal e Entorno, arqueólogos encontraram

vestígios de povoamento pré-histórico em sítios localizados no Gama e em Formosa. São restos de cerâmica e artefatos de pedra, além de pinturas rupestres.

Da ocupação indígena, restaram os nomes de regiões e marcos. Córregos e ribeirões, por exemplo, ganharam nomes de Jibóia, Jacará, Mogi, Tamanduá, Taquari, Taboca e Buriti. Regiões do Distrito Federal trazem nomes como Pípiripau, Buriti, Taquari, Guariroba e Samambaia. Um das maiores cidade da referida UF, Taguatinga, etimologicamente provém de *tauá* (barro), e *tinga* (branco), devido a grande quantidade de barro branco encontrado na região.

Isso, por si só, já é uma vitória, pois, por mais que boa parte da população não pare para se perguntar o porquê desses nomes, eles persistiram ao tempo e suscitam em uma ou outra pessoa a curiosidade de sua origem. Bertran (1994, p. 19) identifica esse processo, principalmente dentro de Brasília, uma cidade nova, e ressalta que “nomes e lugares de regiões costumam ser resistentes a mudanças rápidas, a menos que, quase em catarse, o povo decida rebatizá-lo a partir de fatos novos, como, por exemplo, o surgimento de uma cidade”.

Agamben (2010), também, nos traz a importância da linguagem, essa entendida por ele como um dos mais antigos dispositivos, que pode ser qualquer coisa que tenha capacidade de capturar, orientar ou determinar os gestos, condutas e opiniões dos seres viventes. O mesmo autor propõe que podemos usar tais dispositivos para nosso interesse, profanando os mesmos. Então, quando conseguimos manter as palavras indígenas em nosso cotidiano, estamos, mesmo que sem consciência em alguns casos, retirando do governo, à época da construção de Brasília, a possibilidade completa de propalar a região do Distrito Federal como inabitada, desértica e sem passado.

Perpetuar esses nomes e divulgar sua origem seria, então, uma maneira de não deixar parte de nossa história morrer. É também contemporâneo⁸, na visão do mesmo autor, na medida em que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Neste caso, o que não está claro nos nomes de nossos córregos e comunidades, pode revelar muito da sua história. Oferecer informações sobre nosso passado é contemporâneo também quando o habitante,

⁸ Termo muito discutido por Agamben. Para o autor a contemporaneidade é uma relação singular com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, toma distância dele, é conseguir ver a sua própria época.

mesmo que imediatamente não utilize essas informações, tenha acesso a ela para que possa ser interpretadas apropriadamente, quando necessárias. Isso se justifica, uma vez que ser contemporâneo é perceber o “escuro” do nosso tempo como algo que nos concerne e não cessar de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirigi-se direta e singularmente a ele (AGAMBEN, 2010).

Essa prerrogativa serve para toda nossa história. Nos relatos da expedição, comandada por Anhanguera II, de 1726, podemos encontrar fatos interessantes, que demonstram o impacto ao chegar, no auge da seca, a uma de nossas chapadas, o que resultou na morte de 40 dos 153 integrantes da comitiva, por falta de alimento. Naquela época, já era descrito os efeitos da seca no Cerrado, assim como era feito o aproveitamento de alimentos nativos como Buriti, Guariroba, Murici, Bacupari e Mangaba, que, por muito tempo, foram postos de lado, mas, hoje, ganham destaque em receitas de sorvetes, doces e mesmo na alta gastronomia.

Todas essas informações já haviam sido relatadas há séculos pela expedição de Anhanguera II e pelas que se seguiram. Todas buscavam encontrar minério e pedras preciosas. Os bandeirantes cortavam as paisagens em busca do que pudessem vender, ou mesmo se apropriar dos índios como mercadoria ou força de trabalho, para trabalharem na lavoura. Também criaram as condições e regras de passagem, que deveria ser de apenas uma rota para facilitar o controle, de forma que pudessem aferir o que saía da região, o que acarretou a criação de postos fiscais.

Acerca de 10 km do atual Plano Piloto, existia, por exemplo, a Contagem do Pé da Serra de São João das Três Barras⁹, que é o mais antigo estabelecimento público do Distrito Federal (BERTRAN, 1994). Era um posto fiscal intermediário, com a finalidade de aferir o que saía do interior do País e o quantitativo de mercadorias que chegava em seu destino final. Do posto, restou o nome da Chapada que, hoje, se situa na região administrativa da Fercal¹⁰. A perda histórica, em termos de memória arquitetônica, por exemplo, pode ser aqui sentida.

⁹ Ponto de referência muito utilizados pelos bandeirantes, hoje em área pertencente ao Parque Nacional.

¹⁰ Região Administrativa do DF, localizada a 34 quilômetros de Brasília.

Figura 4 - Antiga Ponte na Apa da Contagem, Fercal. Expedição feita pela pesquisadora, em abril de 2014



Fonte: Bárbara Lins

Até se consolidar a ideia de trazer a capital do Brasil para o interior do País, muitos foram os viajantes que cortaram essas terras. Um deles foi o francês Auguste de Saint-Hilaire, que visitou o Brasil, inclusive, o Planalto Central (na época, Província de Goiás), entre 1816 e 1822. Em seu livro sobre a viagem à Goiás, nos traz um relato de como era o sistema de hospedagem da época, quando não existiam hotéis e poucos povoados eram encontrados no interior: “depois de tantas jornadas tediosas e cansativas através dos sertões, senti-me feliz por achar numa casa que oferecia todo o conforto que a região podia oferecer, onde eu gozava de inteira liberdade e cujo proprietário, um homem esclarecido, tinha por mim toda consideração” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 100).

Este é apenas um dos vários relatos de hospedagem que teve durante sua jornada no Brasil. Em nenhum deles, no entanto, é contado se o hóspede deveria pagar algo ao hospedeiro, ou tinha com este alguma obrigação. Sabe-se, em alguns

casos, que hospedeiro e hóspede criavam relações de amizade, fazendo assim com que se estendesse o pouso. Tal fato nos remete a Derridá (2003, p. 19), quando este afirma que “a lei da hospitalidade está em oferecer a quem chega todo o seu *chez-soi* e seu si, oferecer-lhe seu próprio, nosso próprio, sem pedir a ele nem seu nome, nem contrapartida, nem preencher a mínima condição”. No entanto, as leis da hospitalidade impõem regras, normas, língua, e era, nessa relação contraditória, mas inseparável, que se desenvolviam os processos de hospitalidade da época. Relação que será mais explorada ao longo da dissertação.

Exemplo mais fiel ainda da lei de hospitalidade eram as formas de acolhimento dos bandeirantes por algumas tribos indígenas. Bertran (1994, p.67) descreve um episódio em que, estando os membros da expedição de Anhanguera II exauridos e famintos, tentaram saquear parte de uma aldeia indígena perto de Formosa. Mesmo inicialmente, tendo um embate com os índios, foi acolhido posteriormente com as regalias possíveis. “[...] Os índios enviaram aos bandeirantes, como presente de paz, 16 lindas índias [...]”.

1.2 - Terreno Reconhecido

Essa hospitalidade foi encontrada pela maioria das centenas de expedições que vieram em seguida e que viraram caravanas, e fizeram da Estrada Geral do Sertão uma rota tradicional e reconhecida pelo governo “colonizador”. No Distrito Federal, as primeiras sesmarias¹¹ foram concedidas a Manoel Barros Lima, em 1741, (BERTRAN, 1994). Tais sesmarias tinham a função de organizar e legitimar o uso da terra, para promover a agricultura e a pecuária, além de incentivar a moradia na região. Moradias estas que serviriam de pouso para quem pelas estradas coloniais andassem, uma vez que ser viajante, naquela época, significava ficar semanas no lombo de um cavalo, enfrentando chuva e sol por trilhas acidentadas e desconhecidas, sem, muitas vezes, ter onde dormir. Ter um teto era, então, a exemplo das andanças de Sant-Hilaire, motivo de comemoração, mesmo que as

¹¹ Sistema de doação de terras pela Coroa Portuguesa.

casas da região tenham sido as mais simples dentro do panorama arquitetônico do período colonial, como explica a arquiteta Leonora Barbo (2009, p. 197):

São basicamente edificações elaboradas a partir de uma estrutura autônoma de madeira, com suas paredes de vedação construídas, de modo geral, a externa em adobe e as internas de pau-a-pique ou mesmo em adobe.

A ação de incentivar o desenvolvimento do Planalto Central fez com que o território ganhasse o espaço doméstico, assim como aconteceu no Distrito Federal, surgimento de espaços privados, onde os exploradores encontraram sua casa, aquele lugar em que a gente se sente em paz (CERTEAU, 1998), fixando assim a moradia e não mais sendo incomodado pela vontade de voltar. Essa apropriação do território, quebra e subverte o processo de viagem proposto por Onfray (2009, p. 85), em que é preciso voltar, e “não há viagem sem reencontro do Ítaca, que dá sentido ao deslocamento”. O viajante que deveria cumprir um roteiro e voltar, nesse caso, fixa moradia por onde passou e torna um trecho do percurso a sua casa.

Neste sentido, Certeau (1998, p. 206) alerta que:

A habitação não se confunde todavia com a ocupação pura e simples de um lugar. Não basta dispor de algumas roupas, de alguns bens no espaço, para fazer dele um domicílio. No ato de habitar se concentram práticas de arquivos cotidianos, é verdade, mas se articulam igualmente hábitos e rituais sem os quais não se afasta a angústia.

E, ainda, o mesmo autor destaca que se repetem dia a dia os gestos elementares das artes de fazer, onde a gente se encontra enfim seguro, no território pessoal e privado onde se inventam modos de fazer que tomam valor definitivo.

É nessa ruptura, então, que vai surgindo um novo território. Vai-se criando culturas, e a gênese do Distrito Federal como morada, ponto fixo de gente que veio habitar o sertão, tem também sua origem nesse processo, como é o caso dos primeiros candangos, pessoas que se deslocaram de seus locais de origem para construção e habitação do Planalto Central, motivados por questões econômicas e busca de melhores condições de trabalho. Unindo a noção de casa de Onfray e de

Certeau, podemos conjecturar que esse cidadão de um novo mundo vive em uma área de fronteira, na medida em que não está mais em seu local de origem e, ao mesmo tempo, não se reconhece como morador do novo lugar. É nesse meio, na fronteira, que Bhabha (2007) nos chama a atenção para o processo de tradução cultural que pode ser compreendido quando um migrante ultrapassa fronteiras e se encontra entre duas culturas, ou seja, em um espaço intermediário – um espaço propício à hibridação cultural.

Ao par desse processo, Bhabha também alerta para os perigos da fixidez e do fetichismo de identidades, uma vez que, na ânsia de buscar resgatar uma história reprimida, acabemos por recomendar que se lancem raízes no romanceiro celebratório do passado. Isso não implica manter o que temos hoje, já que um dos grandes desafios propostos pelo autor é que são nos deslocamentos, nas fissuras, que construímos nossa cultura, e a manutenção de uma tradição só atende ao opressor.

Aqui destacamos o início de um conjunto de tradições surgindo na fissura, isso não quer dizer que antes não existia cultura e nem história, muito pelo contrário, pois antes mesmo do “colonizador branco” chegar nessas paragens, existiam aqui os índios, com sua própria cosmologia, tradições, hábitos alimentares, enfim seu arcabouço cultural amalgamados em nossas tradições, ou seja, em nossa cultura. Conforme destaca Durval Muniz Albuquerque (2007, p. 3):

As tradições são sempre invenções feitas por grupos humanos numa determinada época, não há algo tradicional desde sempre e nada do que é tradicional é isento de modificação, de transformação...o que caracteriza a produção cultural sempre foi as misturas, os hibridismos, as mestiçagens, as dominações, as hegemonias... a cultura é na verdade um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitam fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento.

É o caso desse novo espaço, o Distrito Federal, em construção, no qual novas sesmarias vão surgindo e mais migrantes começam a se alojar, intensificando assim as singularidades dentro da estrada do Planalto Central. Tradições próprias começam a se formar e, para seguir o costume de quase todas as comunidades do

mundo, criaram-se mitos de tesouros escondidos, como, por exemplo, os de que havia caldeirão ou potes de joias e moedas até garrações de ouro em pó. O mais famoso, que até hoje persiste na memória dos moradores mais antigos do DF, foi o do Roteiro do Urbano. Como já foi citado, Urbano foi um dos primeiros expedicionários do Planalto Central e relatou em cartas à Coroa Portuguesa o que por aqui achava. Em uma delas, ele descreve um caminho que, passando pelo arraial de Couros, atualmente Formosa, por um poço sem praia e sem alcance de fundo, quatro ribeirões e um morro do feitio de um cuscuzeiro, de onde é possível ver três pés de buritis. Acima do último seria possível ver ouro bom com grandeza tal que não terão visto em Goiás (BERTRAN, 1994).

Tal ouro até hoje não foi encontrado, mas muitos outros sim. Bertran (1994) conta que vindos de Goiás e Mato Grosso, o ouro fez com que, por dois séculos e meio, duas das mais importantes estradas do período colonial entroncassem no DF. Uma vinda de Salvador e outra do Rio de Janeiro, sendo que a primeira passava por o que é hoje Formosa, Planaltina, Chapada da Contagem, até chegar em Luziânia.

Para sorte de pesquisadores, apesar de não divulgados, existem vários mapas e relatos de viajantes que andaram por essas terras. Os mapas e relatos nos revelam que eram caminhos mais ou menos fechados, de circulação quase obrigatória, geralmente com trajetos desimpedidos do alto das chapadas. Esses registros detalham a dificuldade em lidar com a seca, a surpresa com a imponência das nossas chapadas, as descobertas de novas flora e fauna, especialmente as novas fontes de alimentação; o encontro com os índios que aqui já estavam, e até relatos de neve. Luiz da Cunha Menezes, quinto governador da Capitania de Goiás, descreve um sítio perto de Sobradinho, que em junho, faz tanto frio, que chega a cair neve. Em 2012, uma chuva forte de granizo de vinte minutos fez com que o núcleo rural Lago Oeste, região próxima à Sobradinho, formasse camada de gelo de 15 centímetros. Quem tivesse lido o relato de Luiz da Cunha, que cem anos antes já falava de relato de neve, não se surpreenderia de todo com o fato.

Figura 5 - Tradicional neblina no amanhecer do Lago Oeste



Fonte: Bárbara Lins

Com o fim da época aurífera, pelos caminhos antigos não passavam mais tantos comboios, e a região começou a ter nova dinâmica. Novas sesmarias surgiram, agora para investimentos em pecuária. Nelas, eram produzidas também a rapadura, a cachaça, farinha de mandioca e milho, além de feijão. Também criava-se porcos e galinhas (BERTRAN, 1994).

1.3 - Povoar o Sertão

A primeira ideia de transferir para o no sertão do Brasil a sede do governo deu-se no século XVIII, e é atribuída ao marquês de Pombal. Os inconfidentes mineiros, em 1789, incluíram a transferência da capital para o interior como um dos objetivos de seu movimento. Depois da independência, na sessão da Assembleia

Geral Constituinte do Império, de 07 de junho de 1823, o deputado Antônio Ferreira França leu o memorial de José Bonifácio de Andrada e Silva, em que este propunha a instalação da capital na recém-criada comarca de Paracatu do Príncipe. O nome seria Brasília ou Petrópolis. A partir de 1839, passou-se a imaginar a construção de uma cidade no Planalto Central, entre os rios São Francisco, Maranhão e Tocantins.

Em 1822, para demarcar a futura capital do País, a Missão Cruls¹² teve como objetivo explorar e fazer um relatório minucioso da região. A Missão passou por trechos hoje bem conhecidos do Distrito Federal e Entorno, como o descrito no relatório de Tasso Fragoso, um dos expedicionários:

A lagoa feia que fica a 4 a 5 km a leste de Formosa, em descordo com o que indica seu nome, é bastante pitoresca, orlada de árvores mais ou menos frondosas, ela produz agradável impressão ao viajante (CRULS, 1984, p. 179).

Triste, porém, é ler o relatório feito por Cavalcanti de Albuquerque, membro da Comissão, descrevendo nossa fauna, e constatar que animais que ele dizia abundantes na região, como a onça, a lontra, o veado, a preguiça e o tucano hoje são raros, quando não desapareceram por completo do Planalto Central (figuras 6 e 7).

O mesmo vale para o relato de Antônio Pimentel, outro explorador da Missão Cruls, que descreve as principais árvores da época, como a Aroeira, o Jatobá, Andiroba e o Bálsamo. O destaque dele foi para o Buriti, cujo tronco serve para construção de casas, as folhas como telhas, a seiva é destinada ao vinho de palma, e os frutos para farinha ou doces (CRULS, 1984). Interessante notar a preocupação em relação à preservação do meio ambiente, na época, conforme se segue:

Além de todas essas qualidades, o buriti tem a propriedade de chamar água para o lugar em que vegeta, o que motivou o costume de só excepcionalmente se cortar uma dessas palmeiras (CRULS, 1984, p. 251).

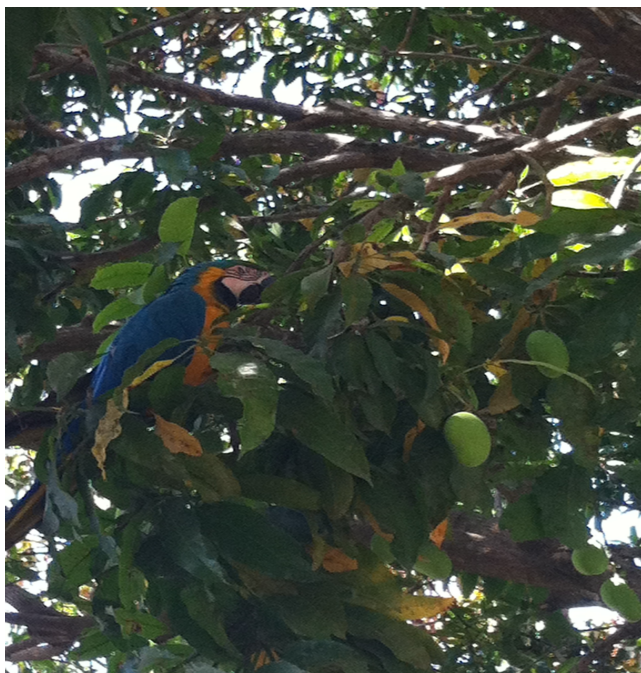
¹² Nome dado à Comissão Exploradora do Planalto Central. Chefiada pelo engenheiro Belga Luiz Cruls, tinha como objetivo delimitar a área da futura capital do Brasil.

Figura 6 - Frutos do Cerrado



Fonte: Bárbara Lins

Figura 7 - Ave encontrada em um pé de manga durante expedição realizada na Estrada Geral do Sertão



Fonte: Bárbara Lins

Com tamanha riqueza de fauna e flora, além de disponibilidade de água e material de construção, não é de se estranhar que, na conclusão do relatório, encontramos a seguinte afirmação de Luiz Cruls (1984, p. 111):

[...] como demonstra a exploração à qual procedeu esta comissão, existe no interior do Brasil uma zona gozando de excelente clima com riquezas naturais, que só pedem braços para serem exploradas. Não conviria, pois, procurar dar àquela imensa região a vida que lhe falta?

Interessante notar ainda que, apesar do relatório principal de Luiz Cruls, vários integrantes da Comissão fizeram os seus. Alguns por obrigação, outros para registrar suas observações sobre a nova terra, tendo alguns temas enfoques múltiplos. Todos escritos e organizados depois do retorno à casa, como Onfray (2009, p. 92) acredita que deva ser cristalizada uma versão

A fadiga atravessa a carne, o sono chega muito cedo ou muito tarde, depois traz os sonhos e os alimenta. Estes, que no meu entender fornecem a ocasião da ordem e dos sentidos lançados a seguir pela mão no papel, se apoderam das informações trazidas em desordem pela viagem...Sob o teto que abriga o adormecidos se tecem os fios de uma história em via de se cristalizar, de endurecer. Em breve ela poderá se apresentar sob a forma de um relato lógico e de uma narração coerente.

Com o mapeamento da região, a Constituição de 1934 ratifica a mudança da Capital. Na Assembleia Nacional Constituinte, em 1946, as opiniões se dividiram quanto ao local da nova Capital. O deputado Juscelino Kubitschek defendeu a localidade de Pontal, no Triângulo Mineiro, como mais favorável para a instalação do novo Distrito Federal; o deputado Artur Bernardes sugeriu que se repetisse simplesmente o texto da Constituição de 1891; já o deputado João Café Filho opinou a favor de Goiânia. Por fim, a Constituição, de 18 de setembro de 1946, determinou que a capital fosse transferida para o Planalto Central.

1.4 - Reconhecimento da Estrada

A Estrada Geral do Sertão é o nome dado a um conjunto de caminhos da época do Brasil colônia, que ligava a Bahia ao Mato Grosso e servia para transporte de minério, sal e outros produtos do litoral para o interior do País. Como nos ensina Calvino (2004), não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos que concorrem para formá-la. Por isso, antes de analisar como a memória pode contribuir para o turismo da região, pretende-se entender que região é essa, qual o passado que a Estrada revela, como se apropriar dessa história e identificar aspectos que podem nos ajudar a entender a Estrada.

Diferente do que grande parte da população brasileira acredita, o Distrito Federal teve ocupação humana muito antes da construção da capital (1956). Construção esta, diga-se de passagem, que apagou quase completamente a história dos grupos pré-históricos, dos indígenas, dos bandeirantes, das estradas, casas, minas, lendas e cidades, que já comemoravam duzentos anos no Planalto Central, quando a capital foi transferida. Um passado pouco conhecido, mas que ainda é encontrado em relatos de viajantes, documentos e mapas que datam até mesmo do século XVII.

Anunciada como lugar sem sotaques, sem pratos típicos, sem personalidade, o DF é abrigo de diferentes povos, que vieram do restante do País e de boa parte do mundo, trazendo consigo história de desbravadores, fazendeiros, índios e quilombolas, que estiveram aqui muito antes dessa ocupação. A própria construção de Brasília, salvo melhor observação, fez-se sem considerações preservacionistas naturais ou patrimoniais.

Dada essa realidade, é preciso iluminar essa sombra na história da região em análise, para melhor entender o presente. Para mudar esse ponto de vista, Dias (2010) considera que se faz necessário mudar nosso olhar, romper com nossa fé perceptiva, com essa familiaridade que assegura nosso controle do mundo, já que a paisagem, assim como a realidade, é um certo ponto de vista, que está associado ao um modo de olhar, e o olhar procura o que (re)conhece.

Figura 8 - Paisagem da APA da Cafuringa



Fonte: Bárbara Lins

Apesar de parte dos relatos sobre a Estrada começar com o fato de ela ter sido aberta por bandeirantes e usada para o comércio, em Bertran (1994) encontramos contextualização de como se inicia a história do homem no Planalto Central. Segundo esse autor, há 1 bilhão de anos atrás, o movimento das placas tectônicas causaram alterações no terreno, particularmente num grupo de rochas que, por suas especificidades, denomina-se Paranoá, cuja localização se estende pelo Norte até a Chapada dos Veadeiros.

Começamos aqui a visitar as camadas desta Estrada, que já traz no seu solo a razão do nome de nosso principal lago e que, posteriormente, irá dar nome a uma

das regiões administrativas do Distrito Federal. É a busca por rastros e ruínas que podem nos levar além da compreensão atual do que é esta região. É ainda exercitar a distância e a proximidade, enquanto movimentos aparentemente opostos, porém característicos de um estilo que aponta para a especificidade estratégica da escrita benjaminiana da história. “O rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que a deixou. A aura é a aparição de algo longínquo, por mais próximo esteja aquilo que a evoca. No rastro, apoderamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós” (BENJAMIN, 2006, p. 464).

E se o terreno por onde caminhamos é antigo, igualmente é o rastro deixado por nossos ancestrais. São pelo menos 12 mil anos de existência humana no Planalto Central, que coincidem com a data final de extinção da megafauna na região. Nossa área era ocupada por ursos, tigres, tatus e preguiças gigantes, mas que desapareceram por fatores climáticos e ecológicos. Junto a tais animais, o ser humano teve três fases nas terras do Planalto Central,

Temos, assim, a fase Paranaíba, a mais antiga, datando de 10.5000 a 9.000 anos AP, e que é caracterizada por grupos de caçadores que viveram durante um período mais frio e úmido do que o atua. Logo em seguida, a fase Serranópolis, que durou até os anos 1000 de nossa era, de clima mais quente permitindo ao homem da pré-história uma alimentação retirada da caça generalizada, da pesca e da coleta de molusco e répteis; tornando-o o mais sedentário e ligado a uma agricultura nascente. Finalmente a fase Jataí, do último milênio, nos quais os grupos indígenas levariam uma vida bastante sedentária, produzindo utensílios variados e objetos de cerâmica, alimentando-se de produtos agrícolas e da coleta silvestre (BERTRAN, 1994, p. 9).

São esses grupos que abriram caminhos por nossa vegetação, especialmente o último. Os primeiros bandeirantes que vieram para estas terras, para explorar o sertão, cruzando o interior do Brasil, em 1560, aproveitaram os já abertos por aqueles grupos indígenas. Terra de Tapuias, termo indígena para designar aquele que habita o interior, em sua maioria, era pertencente ao grupo Macro-jês¹³. Foi, em

¹³ Tronco linguístico de uma série de etnias, à qual se filia a família Jê, tem a peculiaridade de estar presente exclusivamente em território brasileiro. De acordo com Magalhães (2008), trata-se, portanto, do único tronco (e respectivas famílias) que não tem representantes em línguas faladas em quaisquer outros países da América. Entre as famílias pertencentes a esse grupo encontramos a Karajá, Yatê e Jê.

parte, pelas trilhas dessas populações que os bandeirantes, portanto, alargaram os caminhos que hoje conhecemos como Estrada Geral do Sertão.

Rastros desses grupos indígenas ainda são encontrados no Distrito Federal. Bertran (1994), ainda nos revela a descoberta de sítios arqueológicos em cidades como Taguatinga e Gama. Vestígios de índios que conseguiram sobreviver até fins do século XIX, escondidos nas brenhas do Rio Maranhão. Eles pertenciam às nações Crixá, Xavante e Pedra Branca.

Mas, anterior à passagem desses grupos, há, no Distrito Federal, precioso sítio arqueológico que abriga 29 pequenas grutas com petroglifos – imagens gravadas em rochas –, na região de Formosa, Goiás. Trata-se do sítio do Bisnau, que fica acerca de 130 km de Brasília, localizado na Fazenda Taquari e onde se pode encontrar inscrições rupestres, em baixo relevo em laje de arenito, com área de 6.000 metros quadrados, datados de 11.000 anos AP.

Com tais ruínas e demais vestígios, podemos observar que, do relevo peculiar em que se destacam as maiores altitudes deste Planalto Central e de onde brotam fontes que alimentam três grandes bacias hidrográficas – a Amazônica, a Platina e a São-franciscana – há, também, “caminhos antiquíssimos utilizados desde o homem pré-histórico, evidenciados pelo grande número de sítios arqueológicos existentes na área de influência das estradas abertas no século XVIII” (FAQUINI, 2006).

No chão riscado pelos indígenas, caminharam muitos viajantes. Viajantes que tiveram os mais distintos interesses, mas que, em sua maioria, buscavam ganhar dinheiro no Sertão brasileiro. Aliás, foi o que vieram fazer aqui os portugueses que desembarcaram em 1500. Nos ateremos um pouco a esse processo, para melhor entendimento do desbravamento das terras do interior do Brasil.

A chegada dos portugueses no Brasil ocorreu no período das grandes navegações, quando Portugal, Holanda, França e Espanha exploravam o oceano em busca de novas terras. Isso significou o controle sobre novas fontes de riquezas, pois

para alimentar o mercado, precisava-se de mercadorias, e para adquirir mercadorias, precisava-se de moedas. Então, ou se tinha ouro para ser transformado em moeda ou se tinha colônias para produzir mercadorias (MAGALHÃES, 2008, p. 31).

Dada esta necessidade, a Terra de Santa Cruz, como se denominou inicialmente o Brasil, precisava ser inserida na lógica econômica do mercantilismo europeu.

Inicialmente, a exploração se deu com a extração do pau-brasil, depois a economia colonial girou em torno da indústria do açúcar. Esta condição só mudou com o descobrimento de minas de ouro em Minas Gerais. Nesse cenário, ocorreram as primeiras expedições ao interior colonial,

com o evoluir da ocupação, quando a indústria açucareira colonial entrou em colapso, a necessidade econômica fez com que dezenas de expedições iniciassem trabalhosas aventuras em busca desse lugar mítico, que acreditavam ser possuidor de tesouros incalculáveis (MAGALHÃES, 2008, p. 36).

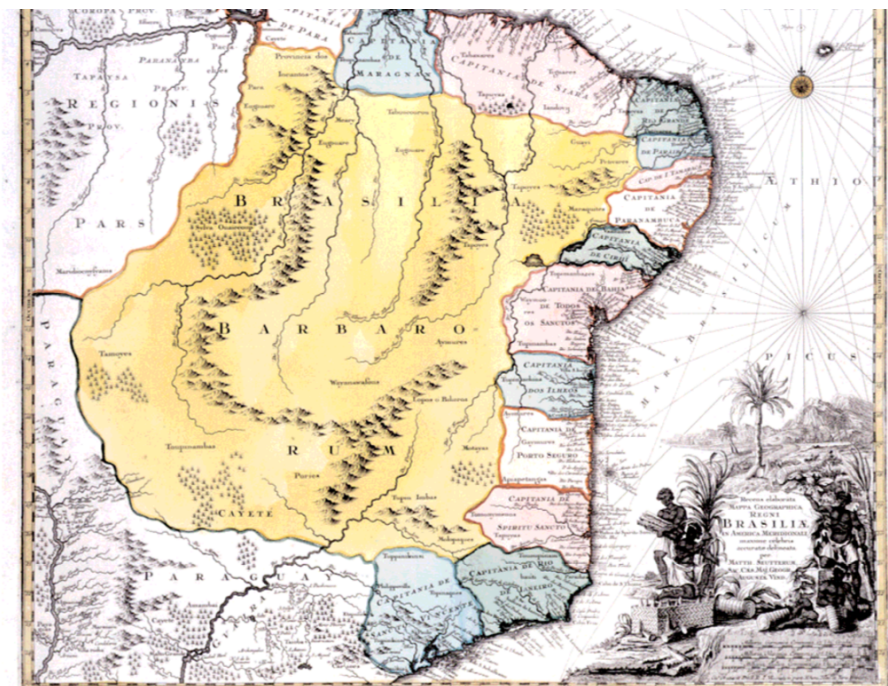
Desta forma, os bandeirantes começaram a ocupar os atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Houve uma migração em massa para o interior do país, então chamado Sertão.

A categoria Sertão, tal como utilizamos neste estudo, tem o sentido de espaço vasto e arredio, de natureza indomada. No imaginário da época, aqueles que habitavam o litoral chamavam de sertão, geralmente, o interior do Brasil cheio de espaços inabitados, “incivilizados”, lugar onde a modernidade não havia chegado ainda. O próprio nome da Estrada traz o peso de um espaço cheio de significados envolvendo essa denominação. Desde o descobrimento, o campo semântico desse signo se encontra demarcado por conteúdos que o aproximam da noção de selvageria.

Antigamente, o interior do Brasil se chamava, em mapas do século XVIII, Brasília *Barbarorum*. Tudo o que não era litoral, até então desconhecido, denominava-se *Barbarorum*, terra Bárbara, conforme descrito no mapa do cartógrafo alemão George Matthaus Seutter. O vazio da imensa e desconhecida massa continental, aliás, era preenchido pela fértil imaginação dos navegadores. O interior

do País ainda permanecia obscuro, retratado nos depoimentos como região incógnita e inóspita, habitada por pessoas que se alimentavam de carne humana, exibiam nudez sem pudor e viviam sem respeitar às leis civilizadoras da religião e da política.

Figura 9 - O Mapa Brasilia Barbarorum, 1740



Um dos principais autores a tentar decifrar o sertão foi João Guimarães Rosa, com os livros *Grande Sertão: Veredas* e *Noites do Sertão*. Ao longo dessas obras, Guimarães Rosa amplia o significado da palavra, o incorpora à identidade nacional, apesar das suas manifestações mais locais, como podemos observar nos trechos de *Grande Sertão Veredas*: “o sertão é do tamanho do mundo” (GUIMARÃES ROSA, 1979a, p. 7), “sertão é isto: o senhor empurra pra trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera” (Idem, p. 271) e “o sertão é sem lugar” (Idem, p. 334).

Em sua Tese de Doutorado, Pimentel (1997) afirma que a partir de 1960, a noção de Sertão começa a ser entendida como um dos aspectos relevantes para a compreensão da diversidade cultural do Brasil. O signo Sertão começa a ser deslocado para a identificação do espaço-sertão com a atividade econômica da mineração e do pastoril. Ele começa a diferenciar então o que chama de sertão-

plural, como expressão da totalidade dos sertões brasileiros no interior da multiplicidade de compreensões sobre o que a palavra significa, e o sertão-singular, como forma de nomear a economia, a sociedade e a cultura pastoril. Para o trabalho em questão, escolhemos o que Pimentel chama de sertão-plural e abraçaremos as noções desenvolvidas ao longo dos livros de Guimarães Rosa.

Apesar de incorporar o sertão na nossa identidade e torná-lo mais próximo, paralelamente, ele nunca deixa de ser o espaço afastado que serve de refúgio, como em *Noites do Sertão*. Na obra, o protagonista, Soropita, relata a vida no sertão, especialmente suas viagens adentro. Em uma dessas aventuras, encontra um fazendeiro goiano, Senhor Zózimo, que queria comprar-lhe as terras em Minas Gerais e convencê-lo, ao mesmo tempo, de que poderia gostar demais deste nosso trecho do Planalto Central, mas que teria que se acostumar com a solidão e o fato de estar distante de tudo:

Esse tinha feito a Soropita, a sério, uma proposta: berganhar aquilo por sua grande fazenda, dele, cinco tantos maior, em Goiás, Planaltina. Orelhadas, porteiras fechadas – e ainda voltava dinheiro, para as mudanças. Um homem que correto; e o Jõe ouvira de um dos camaradas dele que tudo era o exato dito – as aguadas, terras de cultura de especial qualidade, o gado ganhante, os pastos bons. Sempre que o ponto distava dó de longe, muito sertão, num ermo só perto do constante de Deus, isso sim [...]. Num tão apartado, menino-pequeno de vaqueiro, em antes de aprender a falar, aprendia a latir com os cachorros (GUIMARÃES ROSA, 1979a, p. 16).

A primeira bandeira a chegar no sertão de Goiás foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grou, em 1590. Cabe aqui explicar que, a partir deste período, começam a surgir várias estradas cortando o sertão, como explica Magalhães (2008). Há relativo consenso historiográfico, ao se admitir que Estrada Real designava qualquer via terrestre oficial que, durante o período colonial, ligasse as diversas regiões do Brasil. Serviam elas como vias de comunicação e escoamento de mercadorias.

Dentre elas, a mais extensa estrada colonial brasileira cortava o Brasil de leste a oeste, da Bahia ao Mato Grosso, ligava Salvador a Bela Vista, passava pela região norte, hoje Distrito Federal, e servia de chão para bandeirantes, autoridades da Coroa Portuguesa, exploradores de minérios, mercadores de sal, fazendeiros e

migrantes fugitivos da seca. São vários os nomes dados a elas ao longo do tempo: Estrada do Sal, Estrada dos Currais, Picada da Bahia, Estrada Colonial do Planalto Central.

Nesta dissertação será chamada de Estrada Geral do Sertão, citada em documentos dos séculos XVIII e XIX. Foi por ela que Dom Luís da Cunha Menezes fez a travessia de Salvador (Bahia) até a cidade de Goiás, para tomar posse da capitania, no ano de 1778. São 2.630 quilômetros de estrada, caminho que corta cinco unidades da Federação (Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal); atravessa alguns dos mais portentosos parques nacionais do País: o da Chapada Diamantina e o da Chapada dos Veadeiros, e atravessa ainda dezenas de cidades históricas e povoados esquecidos.

Apesar de atravessar tantas regiões, caberá aqui estudar, particularmente, o trecho que passa pelo DF e Entorno. Dado este contexto, a primeira bandeira que passou por onde hoje está localizado o DF – e que também a registrou – foi a de José da Costa Diogo, em 1734. O relato de viagem da aventura mineradora, promovida por ele, nos é contada por Deusdedit Alves Rocha Junior, Wilson Vieira Júnior e Rafael Carvalho C. Cardoso (2006).

Com eles vemos que, há mais de 270 anos, já se citava os nomes de Sobradinho e de Três Barras como passagens conhecidas daqueles que transitavam pelo divisor d'aguas da Chapada da Contagem, situadas entre o Lago Oeste e a perimetral do Parque Nacional de Brasília (figura 10). É, como dizem os autores, “um passado no qual Brasília não vê, mas que, tampouco, consegue esconder” (ROCHA JÚNIOR, 2006, p. 12).

Figura 10 - Pôr do Sol no Parque Nacional de Brasília, vista do Lago Oeste



Fonte: Bárbara Lins

Essas cidades surgiram à margem das estradas abertas por sucessivas caravanas de bandeirantes, índios e alguns afrodescendentes que fugiam da escravidão e montavam quilombos por essas terras. De acordo com Rocha Junior, as estradas estabeleciam, com os arraiais, relação fundamental de sustento e ocupação, definindo a presença dos arraiais, pois esses surgiam, em geral, ao longo da estrada, depois que essa já se encontrava estabelecida. Cidades e estradas têm relação direta,

as estradas atuam assim como um modo de domesticação e apropriação do espaço, uma forma de estabelecer controle sobre uma natureza indomada e sobre as pessoas, pois o trânsito sobre ela também pode ser disciplinado (ROCHA JUNIOR, 2006, p. 14).

No relato de José da Costa Diogo se tem as medidas entre vários locais do DF, como o Distrito de Bezerra e a Lagoa Feia. Lagoa esta que hoje é espaço de lazer para os moradores de Formosa e região, mas que antes abrigava o registro, onde se fazia necessário computar as mercadorias vindas de currais próximos. Naquele período, a estrada não passava de uma “picada”.

Apesar do roteiro descrever a passagem por Sobradinho e Três Barras, não é possível saber se ele estava falando de fazenda, povoado ou ribeirão; mas os autores entendem que o tropeiro deve ter passado pela porção norte do DF, cortando o vale de Sobradinho, depois buscando as altitudes da antiga Serra de São João, hoje Chapada da Contagem e descansando no Três Barras, dentro do Parque Nacional. Este é exatamente o caminho que tomaremos como base para nossas explorações.

O trecho escolhido para nossa pesquisa começa em Formosa, antigamente conhecida como Arraial de Couros, em Goiás. Com a ajuda dos historiadores Magalhães e Eleutério (2008), temos a informação de que a cidade foi construída por comunidades de agricultores e criadores de gado, que fugiam da região do Arraial de Santo Antônio. A região ficava entre o Rio Itiquira e o Paranã, e relata-se que houve um surto de malária que assolou o local. Perto da Lagoa Feia, encontraram menos mosquitos e a proteção do Registro da Lagoa, como já mencionado. O nome Arraial do Couros está relacionado ao fato de os primeiros

moradores de Formosa só terem o couro do gado, que eles criavam, como material para construir suas casas.

Depois, seguimos para região da fazenda Sítio Novo, atualmente Planaltina. Ficava entre o Ribeirão Pipiripau e a Lagoa Mestre D'armas. Essa região do Planalto Central remonta aos meados do Século XVIII. Ali, o reino português doou imensos lotes de terras e sesmarias para criação de fazendas, de modo que se pudesse dar suporte aos mineradores das lavras de Goiás. Os primeiros registros de doação são da metade da década de 1940.

Mais adiante, se situa a cidade de Sobradinho, que, como já vimos, também possui seu nome registrado em documentos do século XVIII. A nossa Estrada passa mais especificamente sobre a Serra da Contagem, onde, no período colonial, o Governo Geral instalou um posto de contagem para melhorar a fiscalização e a arrecadação de impostos sobre os carregamentos de ouro e demais produtos.

Seguindo, há a região da Apa da Cafuringa, que trespassa as cidades de Brazlândia e Padre Bernardo. Região esta que, hoje, abriga ainda boa parte do Cerrado preservado, principalmente por conta do Parque Nacional em suas proximidades, e que abriga agricultores que vieram de outros estados. Tais agricultores, quando vieram para o Distrito Federal, passaram pelo que sobrou da estrada.

Finalizando nosso percurso, temos a cidade de Corumbá, que abriga o rio de mesmo nome, considerado o principal da região do Planalto Central. Foi usado nas minas de ouro que fizeram a riqueza e posterior decadência da cidade. Também é muito importante como referência geográfica para os bandeirantes que adentravam o sertão do Centro-Oeste.

É por esse trecho, localizado no Planalto Central, que passariam dezenas de bandeiras, comerciantes, caravanas, em busca de uma nova terra onde morar. As primeiras bandeiras, que por aqui passaram, vinham de São Paulo e Salvador. No início, era preciso arranjar índios para trabalhar nas lavouras de cana. A bandeira de André Fernandes, que percorreu os sertões entre 1613 e 1615, foi documentada por um padre jesuíta, o qual relatou que, nesta região, havia nitrato de potássio, conhecido como salitre, muito usado na agricultura. Sua equipe tinha orientação exploradora e de reconhecimento de território. A informação sobre minérios chegou

às mãos de cartógrafos portugueses, que, em 1675, apresentam pela primeira vez a região do Planalto Central ao “escasso novo mundo conhecido à época” (BERTRAN, 1994). Desde então, o fenômeno do salitre, bem como a informação sobre a existência de nascentes de alguns dos mais importantes rios brasileiros, passam a ser reconhecidos como importantes pelo colonizador português. No mesmo período, os paulistanos voltavam ao Planalto Central, agora movidos pelo ouro. Era um chamamento de Portugal, que estava em séria crise financeira.

Dezenas de bandeiras passaram pela região, desde então, a maioria pequenas e médias e, por não deixarem registros, quase nada se conhece sobre elas. As que tiveram mais destaque foram as de Bartolomeu Bueno da Silva e seus filhos. Mais conhecido como Anhanguera, abriu caminhos para o interior de Goiás e serviu como referência para seu filho, que ganhou o nome de Anhanguera II, que significa diabólico.

Anhanguera II, ao entrar em Goiás, em 1722, acompanhado de seus servidores, tinha como meta o ouro dos índios Goyá. O itinerário da bandeira saiu de São Paulo e seguiu margeando o complexo hidrográfico dos rios Corumbá-São Bartolomeu, alcançando suas nascentes, no que hoje conhecemos como Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Tudo foi relatado por Silva Braga, cronista da bandeira. Na época, quase nada era conhecido pelos colonizadores, tanto que grande parte dos integrantes da bandeira acabou morrendo.

Aqui nos começou a gente desaparecer de todo; morreram-nos quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo, e se pude ficar com vida eu a devo ao meu cavalo, que para me montar nele pela nímia fraqueza em que me achava, me era preciso de lançar-me primeiro nele de braços levantados, sobre o primeiro cupim que encontrava (BERTRAN, 1994, p. 65).

Era o auge da estiagem. A equipe só sobreviveu porque encontraram e assaltaram uma tribo indígena, roubando-lhes mandioca, milho, batata. Anhanguera II chega, então, ao interior de Goiás e, com a descoberta do ouro, inicia-se a intensa exploração deste, o que proporcionou o aceleração da povoação de brancos,

fascinados pelo minérios, além da população escrava trazida da África e utilizada para extrair as pedras preciosas.

Como já vimos, a mineração trouxe a necessidade de sesmarias, origem de vários vilarejos, já que o fluxo populacional de portugueses e brasileiros foi intenso. Cabe aqui destacar a história de Santa Luzia, município de Luziânia, atualmente. À procura de novas minas de ouro, o bandeirante Bueno de Azevedo partiu de Paracatu, Minas Gerais. Em 1746, enquanto descansava sentado às margens de um córrego, notou que, no leito do rio, havia pepitas de ouro. No dia seguinte, ergueu festivamente um cruzeiro e dedicou as minas e o futuro povoado a Santa Luzia. As minas atraíram tanta gente que, em menos de um ano, o arraial contava com mais de 10 mil pessoas.

Em abril de 1758, iniciou-se ali a construção de um rego, denominado Saia Velha, para facilitar a garimpagem. O rego tinha 42 quilômetros de extensão e foi construído em dois anos por milhares de escravos negros. O primeiro núcleo de povoamento já era chamado de *Arraial de Santa Luzia*, em fins do século XVIII. O arraial foi elevado à categoria de vila em 1833, e à de cidade, em 1867. Contudo, foi somente em 1943 que passou a se denominar Luziânia.

O *boom* da mineração cruzou as terras do Centro-Oeste por caminhos que, mesmo precários no início, tornaram-se logo conhecidos, nomeados e intensamente trafegados. As grandes distâncias eram vencidas por haver casas em grandes fazendas, as quais serviam como pousadas. Foram vários anos de riquezas, até que a mineração entrou em “decadência” na região. Houve esvaziamento nos povoados. Segundo Bertran (1994), dos 17 engenhos citados em 1783, não havia, em 1810, nem sequer meia dúzia. Dos poucos que restaram, tentava-se retirar os meios de subsistência, por meio da agricultura, como nova fonte de renda, motivada pela escassez do minério.

Ainda, no auge da extração de ouro, começam as primeiras investidas para a transferência da Capital para o interior do País. De acordo com Bertran (1994), e Magalhães e Eleutério (2008), o primeiro a propor a mudança da Capital para esta região foi o geômetra italiano Francisco Tossi, em 1750. Era um dos cientistas enviados por Portugal para modernizar o Velho Reino. Foi ele quem fez o primeiro mapa do Brasil Central, incluindo nele os arraiais de Santa Luzia, Meia Ponte e Contagem do Pé da Serra de São João.

Depois foi a vez do movimento mineiro da Inconfidência, prevendo, em 1788, a interiorização da capital. Havia um programa militar, no qual estavam estabelecidos os cenários táticos e estratégicos da revolução. Havia, ainda, o rascunho de uma constituição e uma bandeira do novo Estado. Além disso, a ideia foi quase consensual no projeto político dos inconfidentes.

Em 1823, ano da Constituinte do Império, José Bonifácio de Andrada e Silva propõe à Assembleia uma nova sede do Governo. Conhecido pelo epíteto de “Patriarca da Independência”, sugeriu o nome “Brasília” para a nova cidade. Trinta anos depois, o parlamentar pernambucano, Holanda Cavalcanti, apresentou projeto ao Senado, dando continuidade à proposta de José Bonifácio.

Em 1839, o Visconde de Porto Seguro, pensa na mudança da capital, primeiro para São João Del Rei e, depois, sugere, em 1849, o Planalto de Formosa, em Goiás. De forma poética, o Visconde escreveu: “Nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do Império”.

Com a obra Memorial Orgânico, o Visconde “abria um novo ciclo de ações interessadas na transferência da capital brasileira para o interior do país, movimento denominado mudancista” (MAGALHÃES e ELEUTÉRIO, 2008, p. 125). As principais justificativas eram a necessidade de proteger a capital do Brasil e de abertura de estradas interioranas, bem como a proposta de uma nova divisão provincial, sendo a escravidão vista como entrave ao desenvolvimento e à imigração de trabalhadores europeus.

Pouco mais de trinta anos depois, Dom Bosco, italiano fundador da Congregação dos Salesianos, tem a visão da criação de Brasília. Em sonho, ele prevê o surgimento de uma nova civilização, entre os paralelos 15° e 20° do Hemisfério Sul, numa região onde se forma um lago. Brasília está localizada no mesmo espaço geográfico, previsto no sonho. Por esse motivo, Dom Bosco é o padroeiro da cidade, assim com Nossa Senhora Aparecida.

Logo em seguida, a primeira Constituição, em 1891, estabeleceu “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-

se a futura capital federal”. Finalmente, no governo de Floriano Peixoto, em 1892, foi criada a Comissão Exploradora do Planalto Central, que apresentou o retângulo Cruls com a área de 14.400km². Em 1920, o presidente Epitácio Pessoa assinou decreto legislativo, prevendo o início da construção da nova capital.

Em 1940, o presidente Getúlio Vargas lançou, em Goiânia, a cruzada “Rumo ao Oeste” e, em 1954, foi criada, por decreto, a Comissão de Localização da Nova Capital. Em 1955, o presidente Café Filho aprovou o sítio e a área na nova metrópole, entre os rios goianos Planaltina e Descoberto. O dia 18 de abril de 1956 marcou o primeiro passo na criação da nova sede do Governo brasileiro, com o envio ao Congresso, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, da “Mensagem de Anápolis”, propondo a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e o nome de Brasília para a nova metrópole. O projeto teve aprovação unânime, e uma lei, de 1957, estabeleceu a data para a transferência do Distrito Federal. Em 21 de abril de 1960, Brasília foi inaugurada, com a transferência oficial da Capital do Brasil.

1.5 - Traçados Originais

Com a construção de Brasília, criou-se a história de que nada havia aqui, de que Juscelino Kubitschek trouxe gente e desenvolvimento para um lugar isolado, ermo, sem vida, praticamente um deserto sem história, sem povo, sem nada. Trata-se de uma amnésia, que, como explica Le Goff, não acomete apenas um indivíduo, mas pode mudar uma sociedade também.

[...] a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves das identidades coletivas (LE GOFF, 1990, p. 2).

Nesse projeto político de construção da nova capital, o ex-presidente Juscelino fez algo muito semelhante aos romanos, antigamente: se apropriar de um local e retirar-lhe a história, para que eles fossem os protagonistas fundadores de sua história. Ação que podemos relacionar com o conceito de cultura atávica de Edouard Glissant (1996, p. 72), que a definiu como “aquela que parte do princípio de uma Gênese do princípio de uma filiação, com o objetivo de buscar uma legitimidade sobre uma terra que a partir desse momento se torna território”. Técnica muito conhecida, desde as grandes civilizações, na Mesopotâmia, no Egito, na China e na América pré-colombiana, onde os reis, em pessoa, desdobravam um programa de memorização, para dele se constituir como centro, e, sobre toda a sua extensão, manter a autoridade. É o que nos leva, como explica Le Goff (1990, p. 10), “à fronteira onde a memória se torna história”.

Caberia a nós, então, buscar fragmentos dessas memórias esquecidas, pois a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura reconstruir o passado para servir ao presente e ao futuro. Ou, como diria Walter Benjamin (1987), temos a responsabilidade ética, com nossos antepassados, de não deixar se perder a memória do que por aqui se passou, sendo também necessário pensar em formas de repassá-la. O autor afirma que a história é objeto de construção cujo lugar não é o do tempo homogêneo e vazio, mas o do tempo saturado de “agoras” e que

[...] o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir os grandes ou pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Quem também reforça essa ideia de que não são apenas os grandes acontecimentos que, de forma estanque, formam nossa memória, é Michel Pollak (1989). O autor afirma que são lugares de memória, além dos monumentos e dos patrimônios arquitetônicos, as paisagens, as datas e os personagens históricos, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore, a música e as tradições culinárias. Para Pollak, existe a memória oficial e a subterrânea. Esta pode ser definida como aquela de caráter concorrente, que circula entre excluídos e minorias. Ao buscar a memória do que fora e existira no Planalto Central, pegando como

estudo de caso a Estrada Geral do Sertão, pretendemos encontrar fragmentos dessas memórias que resistiram ao tempo e foram, ao longo da história, ressignificadas.

Como salienta Pollak (1989), podemos encontrar sinais desses fragmentos na história oral, que ressalta a importância de memórias subterrâneas que se opõem à memória oficial, memória esta que tenta apagar os vestígios de que outrora houve, nesta região, uma população ativa e um passado com o qual podemos agora aprender. São lembranças que permanecem vivas, confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra, por meio da oralidade. Um exemplo é o mito do ouro. Conta-se que um dos grupos de bandeirantes escondera ouro ao longo da Estrada, e que barras e barras do mineral foram enterradas em algum lugar do Planalto Central. Tal mito é transmitido, de geração em geração, para a população local.

Pollak (1989) dialoga com Glissant (1996), na medida em que afirma que culturas atávicas são repletas de memórias oficiais, de criação de história únicas, para as quais seus funcionamentos, na sociedade, dependem da aceitação, da credibilidade, ou mesmo da imposição para que sua validade se sustente. Aquele autor ainda afirma que a memória se integra em tentativas, mais ou menos conscientes, de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre a coletividade de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que mantêm uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (POLLAK, 1989, p. 9).

Não há dúvida de que, nesta transferência da capital para o Planalto Central, havia a pretensão de se criar uma nova terra, o que implicaria esfumegar e colocar no esquecimento parte do passado da região. Para gerar o sentimento de pertencimento, descrito por Pollak (1989) e Glissant (1996), foi retirado o diferente e criado um novo mito fundador. Não foi necessário fazer uma campanha para dizer

que não havia nada aqui antes mas, apenas, manter o silêncio sobre o que anteriormente existiu e promover os “historiadores da casa”, como testemunhas que contariam apenas o que fosse interessante ao grupo fundador de Brasília, de modo que se ignorasse o que se passou anteriormente. Os rastros dessa memória oficial se materializam nas palavras de Pollak (1989) (figuras 11 e 12), em objetos como monumentos, museus, bibliotecas. Quando encontramos esses pontos de referências, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem. Um significativo exemplo de memória oficial é o Plano Piloto e a Esplanada dos Ministérios, que evocam uma nação nova, construída de forma planejada rasgando o cerrado e modificando até o relevo e os rios que por lá passavam. Soma-se a isso o fato de não haver nenhum museu, memorial, nada que nos remeta à história da região antes da construção de Brasília.

Figura 11 - Hall de entrada com a parede em dourado com a frase sobre a solidão do Planalto Central de Juscelino Kubitschek no lançamento da pedra fundamental de Brasília

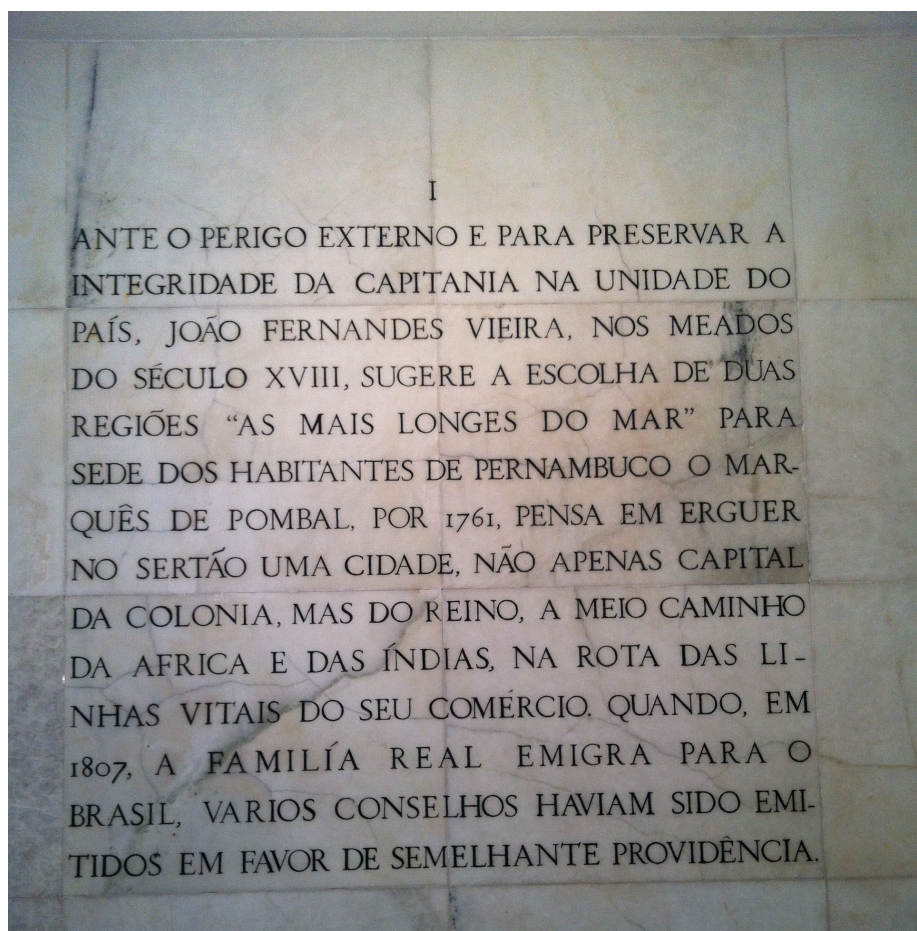


Fonte: Bárbara Lins

É dessa ruptura, então, que surge um novo território e formação de novas culturas, por meio da hibridação. O Distrito Federal, como morada, tem sua gênese nesse ponto, ou seja, de pessoas que vieram habitar o sertão, aqui representados pelos candangos, gente chamada para construção e habitação do Planalto Central. Podemos considerar que esse cidadão, pertencente a um novo mundo, vive em área

de fronteira, na medida em que não está mais na casa dele, como tampouco se reconhece como morador de um novo lugar. É nesse meio, em situação de fronteira, que Bhabha (2007) nos chama a atenção para o processo de tradução cultural, que pode ser compreendido como aquele em que o migrante ultrapassa fronteiras e se encontra entre duas culturas, ainda num espaço intermediário.

Figura 12 - Trecho sobre habitar o sertão escrito na parede do Museu da Cidade, localizado na Praça dos Três Poderes



Fonte: Bárbara Lins

Bhabha (2007) também alerta para os perigos da fixidez e do fetichismo de identidades, uma vez que, na ânsia de resgatar uma história reprimida, lancemos raízes no romancioso celebratório do passado. Isso, de modo algum, implica manter o que temos hoje, já que, um dos grandes desafios propostos pelo autor é o de que são nos deslocamentos, nas fissuras, que construímos nossa cultura, e a manutenção de uma tradição, por sua vez, só atende, na maioria das vezes, o opressor.

Pretendemos descobrir o que o candango e os primeiros que chegaram, ou por aqui passaram acharam desta região que os transformaram em Outros. Podemos tentar reconstruir esse processo por meio de ruínas, restos e resíduos. Nas palavras de Glissant (1996, p. 83):

Contras as reviravoltas dessas velhas estradas já trilhadas, o rastro/resíduo é a manifestação fremente do sempre novo. Porque o que ele entreabre não é a terra virgem, a floresta virgem, essa paixão feroz dos desbravadores. Na verdade, o rastro/resíduo não contribui para completar a totalidade, mas permite-nos conceber o indizível dessa totalidade.

Acreditamos que, ao detalhar a função desse rastro, fica evidente, para quem busca reconstruir a história, a importância de não se desenhar novos mapas em cima de antigos, mas de descobrir os espaços brancos dele, e a inclinação completamente orgânica, para uma outra maneira de ser e conhecer.

Ao buscar vestígios de nossa história em cachoeiras, lendas, receitas, curas naturais e histórias orais, queremos seguir esse conceito de rastro, no qual não desembocaremos em confortáveis caminhos, pois tais vestígios, aquilo que sobrou do que um dia aconteceu, são recobertos por opacidades, portanto, difíceis de serem decifrados, traduzidos. O que não acontece, na maioria das vezes, quando trabalhamos com as “fontes oficiais”, visto que estas existem em quantidade considerável e em boa conservação nos arquivos públicos.

E alguns desses vestígios encontramos em lugares de memória, conforme a perspectiva teórica de Pierre Nora (1993). Isto porque trata-se de monumentos, de personagens, de museus, de arquivos, bem como de símbolos, de eventos ou de instituições. Falta a alguns deles possuir vontade de memória, de ter, na sua origem, intenção memorialista que garanta sua identidade. O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores, que levam a sua sobredeterminação recíproca. Sem essa vontade, os lugares de memória são lugares sem história.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que (sic) não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar

as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos [...] (NORA 1993, p. 13).

Os lugares de memória, para Nora, são lugares em todos os sentidos do termo, ou seja, vão do objeto material e concreto ao mais abstrato, simbólico e funcional. Simultaneamente, e, em graus diversos, esses aspectos devem coexistir sempre.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA 1993, p.21-22).

Importante salientar que memória e história não são sinônimos e, em vários sentidos, elas se opõem. A memória, segundo Pierre Nora, é a vida, sempre alcançada pelos grupos vivos, que está em evolução permanente, porém inconsciente das suas deformações sucessivas; já a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais – uma representação da realidade do outrora relativizada. Nesse sentido, a memória é o vivido, e sua reconstrução intelectual é a história, ou seja, transformação da experiência humana em narrativa, uma representação do que um dia aconteceu, capaz de conferir sentidos à realidade apreendida.

Desta maneira, até a marca das pegadas no chão do Cerrado seriam lugares de memória, pois elas existem onde o simples registro acaba. A memória dos

bandeirantes, dos primeiros candangos, e de toda gente que por lá andou, permanece como registro e transcende o sentido simbólico inscrito no próprio registro. É também o próprio Sertão, já que é um local onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir o sentimento de formação da identidade e de pertencimento.

O sentido de Sertão também está relacionado à ideia de fronteira. Não as fronteiras geográficas, demarcadas por limites físicos relativamente imóveis, mas as fronteiras imaginária e simbólica que tem como desdobramento as mobilidades mental e física das pessoas. Conforme infere o historiador Leonardi (2006 [colocar número da página]):

[...] fronteira entre o possível e o impossível, tudo se resolvendo na base da invenção de soluções novas, da perseverança e do sonho. Sertão onde a morte espreitava. Sertão onde a imaginação crescia, virando caso, ou mentira, ou lenda, ou mito, ou fato histórico, ou esquecimento. Ou tudo isso junto, de uma só vez, como acontece na boa música caipira, nos violeiros lembrando do tempo das boiadas, dos tropeiros ou da Guerra do Paraguai.

Os significados de sertão também estão inscritos na Estrada Geral do Sertão, um dos motivos por ela não ter sido esquecida por completo, pois trás consigo um tesouro, uma herança imaterial, cuja lenda é passada de pai para filho. Trata-se do Ouro do Urbano. Na região da Fercal e nas áreas rurais de Sobradinho, Planaltina e Brazlândia, várias famílias preservam e passam adiante a lenda de um local repleto de ouro nas redondezas. Não por coincidências, essas são as cidades por onde passava a Estrada Geral do Sertão.

Como nos conta Paulo Bertran (1994), o Ouro do Urbano é uma das lendas mais antigas do Planalto brasileiro. O Roteiro do Urbano já tem dois séculos de existência e sempre vem sendo transmitido de geração em geração. Trata-se de uma mina de ouro, que de tão puro, segundo a tradição oral, extrai-se da rocha a golpes de machado e marreta. Ela teria sido descoberta em 1750, pelo português Urbano do Couto, daí seu nome, e permaneceria escondida até hoje.

O Roteiro do Urbano é bem familiar aos habitantes mais velhos daquela região. Bertran (1994, p. 127) afirma que vários moradores de Planaltina já quiseram se aventurar na busca do Roteiro,

só por prudência não chegaram a bom termo. Uns temerosos de assombrações e almas penadas; outros com medo de onças e de quimeras outras que habitaram aquelas dilatadas serrarias do norte do Distrito Federal.

A questão é que mantém-se, assim, acesa a história de que houve civilização antes de Brasília, uma vez que, junto com a lenda, surge a história de Urbano, personagem da corrida do ouro no século XVIII. Ele teria aproximadamente 20 anos quando acompanhou Anhangüera na conquista de Goiás. Com o êxito da Bandeira, voltou mais vezes à referida região, abriu picadas, cruzou o planalto em todos os sentidos, viveu cinquenta anos por estas terras, quando escreveu o chamado “Roteiro do Urbano”. Seu relato, escrito no Palácio da Ajuda, em 30 de julho de 1750, foi enviado à esposa de D. João V, que o mandou arquivar no Palácio da Capitania de Goiás.

Irão os meus novos bandeirantes dessas minas americanas pela picada da Bahia que vai para Goiás, ao lugar mais alto da terra, de onde emanam quatro ribeirões, dos quais ficarão intituladas as suas cabeceiras, estas as principais do rio Preto, no arraial de Couros, São Bartolomeu, Paranã e Maranhão. Desta altura verão três lagoas em carreira, em Campinas Claras, verão um poço sem praia e sem alcance de fundo, verde cor de mar que não seca nem vaza, quer no inverno, quer na calma. Desta altura verão um morro do feitio de uma canastra, em mês de agosto, da parte que entra o sol, não o primeiro, ao segundo, um morro Três Irmãos. Depois de passarem quatro ribeirões de matos e rochas ou rochas e montes verão três pés de buritis, vão acima deles, não o primeiro, o derradeiro — e verão um morro do feitio de um cuscuzeiro, e pela parte da serra cacem e verão ouro bom, e se acharem pela cinta e cabeça, encontrarão grandeza tal que não terão visto em Goiás (BERTRAN, 1994, p. 130).

Villa Real acredita que tal relato pode ter sido uma espécie de peça publicitária de Urbano para angariar sócios para o empreendimento de construção

de novos pontos de extração de ouro, mas reconhece que existem vestígios de minério na região, uma vez que,

De fato, na Cafuringa, no raio de seis quilômetros em torno da serra de Urbano, temos o córrego do ouro, o córrego da Prata, o córrego Lavrinha – afluente do Rio do Sal – e até mesmo o córrego Urbano, configurando uma antiga região de mineração a nordeste de Brazlândia e a não mais de 20 quilômetros em linha reta, a noroeste de Brasília (*apud* FAQUINI, 2008, p. 10).

O processo pelo qual o Roteiro passa de uma família a outra e tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço, pode ser exemplo do que Halbwachs (2006) chama de memória coletiva. Halbwachs destaca a importância da memória como fator de coesão dos grupos. Como decorrência, a memória individual é vista como expressão das relações entre o indivíduo e os grupos dos quais ele participa.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Maurice Halbwachs (2006) acredita que o homem reconstrói seu passado, servindo-se de "quadros sociais", que são suas referências. A memória, partindo da existência de uma consciência coletiva, é fruto de qualquer sociedade onde certo número de ideias e de sentimentos comuns são passados de geração a geração. Ele também afirma que aquilo que chamamos de memória tem sempre caráter social, de modo que, qualquer lembrança, embora pessoal, existe em relação a um conjunto de noções que nos dominam, mais que outras, com pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, inclusive raciocínios e ideias, ou seja, com toda a vida material e moral das sociedades das quais tenhamos feito parte.

Reconhecer tais memórias coletivas, que existem nas comunidades que moram às margens da estrada e nos locais de memórias existentes, é fazer com que, já esquecidos pela maioria, voltem a ter a vontade de memória, podendo ser esse um caminho para reconstituir também as memórias subterrâneas. Poderia ser ainda a nova maneira de escrever a história, tal como foi proposta por Foucault (*apud* MOTTA, 2000), por mais que saibamos a diferença estabelecida pelo autor, entre história e memória. Em entrevista concedida em 1967, ele explica que tudo tem sua história, e é preciso contextualizá-la. Para Foucault, é preciso levar em conta a morfologia interna de cada fato e a consistência desses isomorfismos para saber sua história, seu papel, as condições que lhes são impostas, a maneira pela qual eles se enraízam na sociedade.

Foucault (*apud* MOTTA, 2000, p. 75) ainda alerta que é assim que se processam mudanças visíveis. Justifica isso afirmando que

[...] em nossa cultura há, pelo menos vários séculos, os discursos se encadeiam sob a forma de história: recebemos as coisas que foram ditas como vindas de um passado no qual elas se sucederam, se opuseram, se influenciaram, se substituíram, se engendraram e foram acumuladas.

O problema é quando se criam “culturas sem histórias”, são aquelas nas quais os discursos não se acumularam sob a forma de história. Eles se justapõem. Eles se substituem. São esquecidos. Transformam-se. O discurso e a criação de Brasília contribuíram para o desaparecimento dos acontecimentos anteriores.

2 – NIVELANDO OS CONCEITOS

2.1 – Turismo: Produção científica do conhecimento

Em todas culturas, o ser humano possui conhecimentos usados para se relacionar com outras pessoas e com o mundo que os rodeia. Tais conhecimentos podem ser passados de uma geração a outra ou adquiridos por observação e experimentação. Logo, a ciência não é o único caminho de se chegar ao conhecimento ou à pretensão da verdade.

Existe, porém, o conhecimento científico e o vulgar. Este último é aquele superficial, sensitivo e subjetivo. Podem ser verdadeiros ou não, não têm pretensão crítica ou reflexiva. Já o conhecimento científico, segundo Schluter (2003), é aquele que é objetivo, reproduzível, sistemático, estabelece relações entre os diferentes fatos, criando um corpo de teorias e a confrontação de ideias anteriores.

Demo (1995) introduz a discussão sobre as questões metodológicas abordando o conceito de ciência. Segundo ele é sempre mais fácil dizer o que não seria ciência. De forma simplificada, não são ciências as ideologias e o senso comum. Este é acrítico, imediatista, crédulo e a ideologia é intrinsecamente tendenciosa, pois entende a realidade como gostaria que fosse, dentro de interesses determinados, usando instrumentos científicos. Demo defende a existência de critérios para definir o que é ciência, alguns desses critérios seriam a coerência, consistência, originalidade e objetivação.

O filósofo Karl Raimund Popper (2006) contribui para o debate ao afirmar que as teorias científicas mais bem demonstradas são apenas conjecturas, hipóteses bem sucedidas. A ciência é a busca da verdade e é plenamente possível que muitas teorias sejam verdadeiras. No entanto, jamais se pode estar certo disso. A ciência também é uma atividade crítica. Critica-se para encontrar erros, eliminá-los e assim se aproximar da verdade. Uma nova hipótese deve explicar todas as coisas que a hipótese antiga explicou, evitar alguns erros desta e explicar coisas que a velha hipótese não foi capaz de elucidar.

Para o autor, o caminho para descobrir e eliminar os erros é pelo racionalismo crítico, ou seja, a crítica às teorias e conjecturas dos outros e pela crítica às próprias teorias e tentativas de soluções especulativas. Popper também não recomenda a preocupação com as fontes originárias das conjecturas de cada um. Há muitas fontes possíveis e não se tem clareza de todas elas. Caso alguém se interesse pelo problema solucionado por outro investigador, deve tentar critica-lo objetivamente.

O filósofo expõe que toda solução de um problema cria problemas novos, que podem não ser solucionados. Esses problemas são mais interessantes quanto mais difícil for o problema original e mais ousada a tentativa de solução. Com cada problema solucionado, são descobertos novos problemas e a crença de estar sobre solo firme e seguro cede ao entendimento de que tudo é inseguro e instável. Assim, as ciências sociais como as outras ciências são bem sucedidas ou fracassadas na exata proporção do significado ou interesse dos problemas que tratam, e da honestidade, retidão e simplicidade com que esses problemas são atacados. O ponto de partida é sempre o problema, ressaltando que as observações só conduzem a problemas quando eles contradizem as expectativas do pesquisador. Nesse sentido, o método consiste em experimentar tentativas de solução para os problemas, devendo essas soluções serem criticadas. Se uma solução não é aberta à crítica, ela é excluída como não-científica. Se estiver aberta, tenta-se refutá-la. Caso isso ocorra, propõe-se uma nova solução.

Dessa forma, como defende Popper, nas ciências sociais, a objetividade científica é difícil de ser atingida, pois objetividade significa ser livre de juízo de valor, o que é raro para o cientista social. E ainda, um cientista objetivo, livre de valores não é o cientista ideal, pois sem paixão nada é possível, muito menos a ciência pura. Por fim, a verdade não é o único valor. Relevância, interesse, fecundidade, simplicidade, precisão também são valores científicos importantes.

Até os fins da Idade Média, não se fazia diferença nítida entre Ciência e Filosofia. Uma e outra usavam quase exclusivamente o método dedutivo e se subordinavam igualmente ao espírito religioso da época. Os problemas humanos e técnicos surgidos com a afirmação da burguesia comercial, mais tarde, com os grandes descobrimentos, levaram à superação do pensamento filosófico-científico-medieval, aguçaram a curiosidade geral e iniciaram a definição dos campos específicos da Teologia, da Filosofia e da Ciência.

Duas tendências principais marcaram o pensamento científico no Renascimento: a adoção do método indutivo nas Ciências da Natureza, caracterizado pela observação e pela experimentação; e a busca de soluções naturais para os problemas científicos, deixando de lado as explicações de ordem religiosa.

Com o Iluminismo e o Positivismo, a ciência começou a ser vista como poder e teve como características atingir o conhecimento verdadeiro, ser entendida como a única forma de a realidade, ser autônoma, fornecer conclusões que justifiquem as causas. Tinha como objetivo prever, controlar e antecipar os fenômenos.

O problema é que para ser considerado científico, o conhecimento teve de ser encaixotado, isolado, dividido, tornando-se um conteúdo independente do outro, pois assim acreditava-se que seria possível alcançar uma compreensão maior. Quem melhor analisa essa problemática é o pensador francês Edgar Morin, em seu livro *Introdução ao pensamento complexo* (2007). Para Morin, os fenômenos não são simples, eles são compostos por emaranhados de informações, mas este fator não deve afastar os pesquisadores e sim estimulá-los na pesquisa, com a mente aberta e sempre a procura de novos desafios.

No seu capítulo “A inteligência cega”, o autor parte da análise sobre a existência, apesar de todos os estudos e pesquisas, da ignorância e da tendência que os estudiosos têm de querer que as pesquisas sejam exatas, simétricas e rapidamente conclusivas. Morin afirma que precisamos, com muita urgência, de uma tomada de consciência radical, com a finalidade de entender a complexidade do real e destruir a inteligência cega que, atualmente, paralisa e não possibilita que ciências como Física, Biologia e Ciência do Homem possam dialogar, trocar informações e favorecer o avanço do conhecimento profundo.

Morin esclarece que é no cotidiano que o indivíduo utiliza suas diversas identidades, que acompanham os diversos papéis sociais, tornando-os um excelente exemplo de intensa complexidade. A complexidade está presente na integração e desintegração do universo. Assim, de acordo com o autor, a multidisciplinaridade faz parte da construção/desconstrução, organização/desorganização, viver/morrer do universo, sendo muito pobre a vida unidisciplinar, fragmentada e ordenada. O autor aborda ainda que conceitos sustentam que cada sistema cria suas próprias

determinações e as suas próprias finalidades sem perder a harmonia com os demais sistemas com os quais interage.

Diferente do conhecimento simples e tradicional, quando estamos pesquisando, pensando, analisando o complexo, nunca atingiremos a completude, pois a dúvida sempre estará presente, o que proporciona mais interações e pesquisas e, por conseguinte, questões a serem processadas. São então apresentados os conceitos de razão, racionalidade e racionalização – a racionalidade é uma troca incessante de ideias entre o conhecimento adquirido e o universo em constante mutação. Em contrapartida, a racionalização é a tentativa de fixar, tornar perene o conhecimento adquirido dentro de um determinado sistema; enquanto a razão trata da busca pela visão coerente das coisas, de modo lógico.

De acordo com Morin, para se entender a complexidade é preciso compreender que: 1. o todo é mais que a soma das partes, pois existe a interação com o contexto e a reação desta interação; 2. em contrapartida, em algumas situações o todo é menor que a soma das partes, isto se dá quando cada uma das partes não consegue atuar em seu pleno potencial; 3. a complexa conclusão que o todo pode ser mais ou menos a soma das partes dentro da organização e papéis que se apresentam. Os seres humanos conhecem o universo através dos sentidos que fazem parte da nossa unidade corporal que, por sua vez, faz parte do universo.

Outra contribuição importante do autor é a que diz que o produtor do conhecimento e o produto se fundem, se modificam, em um processo contínuo e constante. O pesquisador precisa estar distanciado do mundo exterior e também de seu próprio conhecimento, favorecendo o sistema aberto com o universo.

2.2 - Turismo: Para além do senso comum

Sabemos que não há definição única do que seja turismo. A Organização Mundial de Turismo (OMT) (2001) o define, de modo simplista, como

atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanências em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo superior a 24 horas, e inferior a 60 dias consecutivos, com fins de lazer, negócios, dentre outros.

Entretanto, fica claro, com o aprofundamento nos estudos sobre o tema, que turismo é mais que do que essa delimitação da OMT. Criada para normatizar suas práticas, a Organização tem foco nas estatísticas de demanda e oferta turísticas, ou seja, os indicadores numéricos ainda são a principal fonte de evidências para justificar sua importância.

Durante muitos anos, o turismo foi entendido e estudado apenas como um setor da economia e não como ciência. Os primeiros estudos sobre o turismo se iniciaram por volta de 1910, com o economista austríaco Herman Von Schullard, que o definiu como a atividade que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado (MOESCH; GASTAL, 2004). Outros pesquisadores, como Fuster e McIntosh, não se preocuparam em conhecer o objeto de estudo além das relações mercadológicas de consumo. De acordo com Moesch e Gastal (2004), são poucas, ou quase nulas, as contribuições de estudos na questão social, da qual o turismo é parte inseparável, até os anos 1960.

As primeiras pesquisas não permitiam desvelar a essência do fenômeno, além de abster-se de qualquer preocupação com as implicações sociais. Ao entendê-lo como fenômeno social, sua epistemologia recai sobre a compreensão das ciências sociais, o que reporta sua análise sob uma concepção teórica interdisciplinar e de cunho social. Sua complexidade não permite aceitar que a ciência produza apenas benefícios. Desse modo, será necessário rever as verdades absolutas. Se faz necessário a comunicação entre as diferentes ciências, a transdisciplinaridade, uma vez que não se deve separar aquilo que, por essência, está unido.

Corroborando com as ideias de Edgar Morin, o pesquisador Alexandre Panosso Neto chama atenção para a forma fragmentada de se analisar o turismo, afirmando que ele não pode ser analisado de maneira cartesiana, devendo ser visto em sua totalidade, visto que a prática turística é um fenômeno social que passa pelo crivo das subjetividades. Usaremos ainda do autor suas contribuições sobre a

evolução das definições de turismo e sua análise, que foge das visões econômicas, além de outras abordagens baseadas em aspectos filosóficos.

No Brasil, a análise estrutural do turismo teve destaque com o professor Mario Beni. Para ele, o sistema turístico é um conjunto de partes que interagem, e o seu modelo de construção, para a compreensão do objeto, parte da realidade de observações e/ou medições. Para Beni (1998), o conceito de turismo pode abranger características diferentes, sendo estas divididas em definições técnicas, holísticas e econômicas, cada qual com características próprias. A definição técnica compreende pontos de vista formal com dados estatísticos; a holística abrange a essência total do assunto, reconhece que o turismo abarca muitos aspectos e é uma abordagem inter e multidisciplinar; já a econômica reconhece as implicações econômicas da atividade turística.

A reflexão mais aprofundada sobre o fenômeno social do turismo provém de Beni (a que entendemos ser a mais apropriada), que explica o turismo como o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora.

Mesmo que tais ideias não constituam a criação de uma ciência do turismo, contribuem para a sistematização de aportes teórico-metodológicos para o estudo dessa área interdisciplinar. Quem também trabalha para tal mudança de perspectiva são as autoras Moesch e Gastal (2004). Ao romper com a epistemologia apresentada pelos primeiros autores que estudaram o tema, expõem uma proposta de epistemologia social do turismo. Tal proposição se pauta no entendimento do turismo como campo de práticas históricas e sociais. A proposta da autora é efetivar a discussão em abordagem interdisciplinar, que requer metodologia capaz de compreender que, não só a parte está no todo, como o todo está na parte, que permanece singular.

Sabe-se que o turismo, dentre tantas outras atividades exercidas pelo ser humano, propicia conhecer lugares novos, pessoas e culturas diferentes. Além disso, ele permite a compreensão do lugar que ocupamos e a percepção de nós mesmo como sujeitos ativos. Isso se dá no momento em que entramos em contato com o outro, com a alteridade. Por isso, se faz necessário que pensemos o turismo como prática complexa.

Entendemos o turismo como um fenômeno complexo e pluridimensional, que envolve outros vários fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos, principalmente na sociedade contemporânea guiada pelo progresso técnico-científico, em que as distâncias são encurtadas, disponibilizando conhecimentos e formas de nos comunicarmos.

Apesar disso, considerá-lo como objeto de estudo é um fenômeno relativamente recente. Jafari (2005) afirma que as primeiras abordagens do turismo no âmbito acadêmico enfatizaram os aspectos econômicos. O autor ainda lembra que os elementos que originaram o processo de transformação do turismo em uma ciência assemelham-se aos das outras ciências sociais. Isto é, grupos pequenos de pesquisadores proveniente de outras áreas do conhecimento foram, gradualmente, reunindo critérios. O autor traz que o turismo é, então, o estudo do homem fora do seu local habitual, assim como o estudo dos aparelhos turísticos e suas redes, do mundo conhecido e não conhecido e da relação dialética entre ambos.

E essa dialética é a marca de muitas definições do estudo do turismo. Dialeticamente, o turismo possui o papel de globalizar a cultura e, simultaneamente, particulariza e valoriza as diversidades culturais, ou seja, culturas marcadas por singularidades. Ao representar um dos veículos mais importantes de divulgação de culturas, o turismo emerge como um instrumento de reafirmação de identidades, como afirmam Banducci e Barreto (2001, p. 19),

o contato entre turistas e residentes, entre a cultura do turista e a cultura do residente, desencadeia um processo pleno de contradições, tensões e questionamentos, mas que sincrônica ou diacronicamente, provoca o fortalecimento da identidade e da cultura dos indivíduos e da sociedade receptora.

O problema é que o avanço na produção científica do conhecimento em turismo, apesar de seu crescimento nos últimos anos, continua sendo um tema pouco explorado, devido a sua complexidade e a necessidade de uma sólida reflexão filosófica, pois é extremamente teórico.

Complexo também é a busca por uma epistemologia. Entendemos que a epistemologia estabelece as condições de objetividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e de experimentação, examina igualmente as

relações que as ciências estabelecem entre as teorias e os fatos. A reflexão epistemológica impõe aos próprios pesquisadores os instrumentos de conhecimento dos quais as ciências dispõem, reflexão com vistas a superar as crises revendo a pertinência dos conceitos, das teorias e dos métodos, diante das problemáticas que são objeto de suas investigações.

A epistemologia é tema relativamente novo no cenário de investigação do turismo, porém vem se intensificando na atualidade com crescente bibliografia. Disciplina fundamental para o estabelecimento dos alicerces científicos de qualquer campo de estudos, a epistemologia em turismo é importante por dois motivos. Segundo Neto e Nechar (2014), primeiro porque “promove uma revisão sistemática do que é o legítimo conhecimento turístico” e, segundo, porque “ainda não há acordo sobre o mapa ou as fronteiras dos estudos turísticos”. Acrescenta-se que outro ponto importante da epistemologia é que ela não permite que os estudiosos se deixem levar pelas ideias hegemônicas sobre o turismo que buscam conservar a ordem e o progresso atual de seu desenvolvimento.

Para os autores, é importante buscar a reflexão crítica que tem por fim revelar e descobrir um mundo no qual a desigualdade, os problemas humanos e do meio ambiente, por exemplo, são partes de uma ordem funcional e estrutural que incide no turismo e também em seu conhecimento produzido. Além disso, a epistemologia é importante para que se possa explicar como se pensa o turismo e, desse modo, se faça a definição entre o falso e o verdadeiro, entre a verdade e o erro, ainda que esta discussão seja de todas as maneiras elevada e complexa.

Concordamos com os autores na medida em que reconhecemos que o encontro de culturas, civilizações, histórias e práticas geram repercussões e impactos nos hábitos, formas de vida, valores e costumes, sejam eles positivos ou negativos. Estudar tal fenômeno possibilita explicar tais contingências. Como nos mostra Garcia (2014, p 90),

el turismo hace posible que el sujeto se separe de su mundo cotidiano y conozca outro; la estancia em um espacio heterorreferente le permite uma ruptura temporal com su mundo, la liberación momentanea de una estructura de vida.

Da mesma forma, o turismo também nos ajuda a compreender a dinâmica do mercado e da nossa sociedade, na medida em que observamos que existe uma dominação de multinacionais que controlam boa parte do setor. E este controle se manifesta de forma vertical com grandes empresas de turismo, companhias aéreas, redes hoteleiras, cadeias de restaurantes. Esses consórcios se unem para fazer ações simples, tais como influenciar preços, afetar a dinâmica interna dos países visitados, conforme suas necessidades.

Quem vem trabalhando nesse sentido é a professora Marustcha Moesch, que trabalha na busca de paradigmas¹⁴. A pesquisadora propõe romper com o isolamento disciplinar na categorização do fenômeno turístico. Segundo ela, essa preocupação epistemológica deve abranger também consultores e políticos que atuam no setor, cujos discursos eufemísticos apontam números grandiosos, sem se ater ao papel dos sujeitos consumidores e produtores envolvidos.

É preciso envolver a questão do saber turístico em um sentido mais amplo e complexo do que a simples prática ou sob uma perspectiva comercial, como ele é mais comumente visto. Como Morin (2007) explicou, é preciso analisar o conhecimento de forma multidisciplinar. O turismo visto por este ângulo tem, em seus aspectos teóricos, os instrumentos para leitura do real, o que nos permite enxergar como esse fenômeno se insere em nosso mundo.

Nesse cenário, de acordo com a autora, existem profundos questionamentos sobre a episteme turismo, com divergências sobre o fato do turismo ser ou não ciência, e sobre o que venha a ser seu objeto científico. Há uma perspectiva que considera o turismo uma indústria, ou seja, uma clara abordagem econômica. A segunda posição defende o turismo como um fenômeno, entendido na forma kantiana, ou seja, o mundo como é experienciado. A terceira posição privilegia o objeto da ciência do turismo, não o fato científico em si mesmo. Para esta última, o objeto da ciência do turismo é algo produzido na história humana, devendo ser compreendido na sua processualidade, portanto de forma dialética e interdisciplinar. Moesh afirma que a realidade desse fenômeno, sua prática social, exige uma nova *práxis*, um novo saber-fazer, com uma nova referência, conjugando objeto, teoria,

¹⁴ Marustcha Moesch, do CET/UnB, é uma das pioneiras dessa perspectiva, que se delineou a partir de sua dissertação de Mestrado, "A produção do saber turístico" e, depois, da tese Doutorado "Epistemologia Social do Turismo".

método e prática. A autora propõe criar novos comunicantes entre ciências e disciplinas que se apropriam do fenômeno turístico.

O real do turismo é uma amalgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão e ideologia são parte de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística. Não nego a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas esta ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico (MOESCH, 2014).

Conforme defende a pesquisadora, o turismo como uma "ciência social" tem condições de se autojustificar cientificamente a partir de uma teorização própria. Ele pode ser percebido e estudado como ciência social autônoma, tendo como objeto o nomadismo, o deslocamento, o encontro. O problema turístico deve ser estudado em sistemas, considerando a complexa trama de elementos e interações vinculados ao turismo. Por isso, o sistema turístico, como o SISTUR de Mário Beni (composto pelos subsistemas cultural, ambiental, social e econômico), deve ser compreendido como aberto, orgânico, complexo.

Assim, Moesch defende que o Turismo é um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento do(s) sujeito(s), em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto, explicitadores de uma estética diante da busca do prazer. Uma epistemologia do Turismo envolve cuidados teóricos, advindos de um entendimento complexo sobre uma prática social que se dissemina de forma diferenciada, a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas dos sujeitos que as praticam, em um mundo que se globaliza.

2.3 – Turismo e Cultura

Entendemos cultura como uma teia de significados tecida e retecida pelos seres humanos para dar sentido ao mundo. Por esse viés, entendemos que a

realidade social é significada e ressignificada, daí sua natureza histórica porque sujeita à mudanças de valores, atitudes, práticas etc. Geertz (1980, p. 22) nos lembra que o homem é o único animal capaz de produzir cultura, pois só ele consegue criar símbolos, falar, fabricar ferramentas etc. “Considera-se que o homem possui, não só inteligência, como também consciência; não só tem necessidades, como também valores; não só receio, como também consciência moral; não só passado, como também história”. Só ele, então, possui cultura.

Segundo Laraia (1997), cultura é um conjunto de valores, crenças, costumes, hábitos e fatores históricos que permeiam, de forma dinâmica, a vida social. É composto por tudo aquilo que o ser humano constrói para dar sentido ao mundo, e pode manifestar-se materialmente (artefatos) e imaterialmente (imaginários, representações, valores, ideias, dentre muitos outros).

O homem não nasce dotado de cultura, mas adquire-a no mundo que o circunda, através de sua experiência com as diversas realidades religiosa, política, econômica, institucional, com as quais ele estabelece algum tipo de relação e interação. Nesse sentido, os valores e as identidades do ser humano são construídos dentro de determinados contextos. Tais valores e identidades não são necessariamente impostos de cima para baixo, pois o sujeito, no âmbito da experiência, tem significativa parcela no processo de sua construção. Sendo assim, ao mesmo tempo em que ele é construído, ele também se constrói.

Sabemos que os meios de comunicação têm grande papel na formação do sujeito, na construção da sua identidade e na apropriação de valores. Bauman (1980) nos traz explicações com tais meios de comunicação e a cultura de massa. Esclarece, inicialmente, que os meios de comunicação de massa reforçam a criação de uma cultura de massa, serve como instrumento de sua elaboração. Mas que esta relação não é tão simplista, na medida em que “a cultura de massa é, de certa forma, uma superestrutura que assenta sobre aquilo a que podemos chamar uma estrutura social massiva” (p.74). Assim sendo, para que uma cultura adquira um caráter massivo tem de se uniformizar às situações sociais dos membros da sociedade.

Logo, o turismo é uma dessas situações. Notadamente, a cultura está presente em todas as esferas sociais e o turismo está intimamente ligado a ela. De modo geral, pode-se dizer que a cultura:

Permeia todos os segmentos do turismo (...) já se disse mesmo que o turismo é um transe cultural. Qualquer que seja o motivo da viagem, haverá sempre um elemento cultural a ser consumido dentre toda a produção associada ao turismo: a gastronomia, a arte, o artesanato ou outros produtos locais, as paisagens naturais e culturais do receptivo, suas festas e celebrações, a música ao vivo nos bares e a cultura viva presente nas ruas (MYANAKI, LEITE, CÉSAR e STIGLIANO, 2007, p.27).

Otimista, Beni (1998, p.86) afirma “que o turismo é, em certo sentido, o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas, contribuindo em grande medida para sua difusão mundial”. Geertz (1980) avança na medida em que afirma que a cultura não é um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento.

Analisando os conceitos descritos percebe-se que a cultura está presente em todas as instâncias sociais e é uma das principais características que distingue a raça humana de outras espécies. Ao se entender a cultura como uma somatória de saberes e fazeres transmitidos através de gerações, percebe-se sua proximidade com os conceitos de turismo, memória e identidade.

Nesse sentido, Gastal (2002) constata que tal relação entre turismo e cultura levou os primeiros pensadores do turismo a criarem o conceito de Turismo Cultural. Entretanto, hoje temos um estudo mais profundo do papel da cultura no turismo. Queremos entender as dinâmicas e implicações sociais nas identidades e memórias oriundas da atividade do turismo, uma vez que toda prática social e cultural é simbolicamente marcada, principalmente, se é resultado da ação de sujeitos que promovem a cultura.

Portanto, problematizar a cultura como fator essencial para a prática e a reflexão do turismo, nos mostra que além do aspecto mercadológico, ou em que se verifica a força econômica e social da atividade turística, a cultura deve ser deslocada de função secundária a que era submetida por agentes de viagem, como simples inspiradora de deslocamentos, para o “eixo que envolve desde a formatação dos produtos turísticos até suas implicações sociais em termos de identidade e memória” (2002, p. 69).

Quem também reforça tal pensamento é Boaventura de Sousa Santos (2003), quando afirma que os turistas representam um modo de produção da compreensão de espaço-tempo, uma vez que muitos dos locais turísticos de hoje precisam acentuar seu caráter exótico, vernáculo e tradicional para serem suficientemente atraentes no mercado global de turismo.

Logo, a cultura figura como atrativo significativo para os turistas, especialmente para aqueles que buscam, na apreciação do outro, um diferencial em relação ao que estão acostumados a viver durante o restante do ano em suas rotinas. O interesse pela cultura sempre fez parte de uma necessidade humana, encontrando nas diversas formas de turismo um importante instrumento de legitimação.

Cabe, neste ponto, o alerta de dois pensadores da relação entre cultura e turismo. Tavalera (2003) afirma que na medida em que essas diferenças passam a ser vendidas pelo mercado turístico, se transformam em um *souvenir*. Existe o risco de uma simplificação para que esse aspecto cultural seja comercializado e fácil de consumir. Para isso ele alerta que não podemos seguir vendendo a cultura como algo fechado e de conteúdos absolutos, genuínos, encerrados e puros, até mesmo com o perigo da generalização e de um jogo de estereótipos limitados.

E tal alerta é válido quando encontramos cidades se moldando para enquadrar suas manifestações culturais de forma a satisfazer as necessidades e expectativas do turista. A comercialização de alguns pontos turísticos acaba por fazer de um grupo uma caricatura, além de simplificar e manter a crença de que as culturas locais são estáticas e os grupos sociais incapazes de terem suas peculiaridades internas ou sofrerem mudanças ao longo dos anos.

Ampliando essa abordagem, Durval Albuquerque afirma que uma singularidade cultural não permanece mumificada, estática ou empalada, muito pelo contrário, está em constante processo de transformação. O autor esclarece também que muitas pessoas têm se alimentado com a promessa de resgatar a cultura do Outro através do congelamento da cultura em meios digitais que perdurarão para sempre. Sobre esse aspecto Albuquerque (2007, p.15) escreve que:

A ideia de resgate traz embutido o mito da pureza das origens, de um tempo onde o acontecimento era idêntico a si mesmo, em que o evento é semelhança absoluta, identidade consigo mesmo, quando isto não existe no campo cultural ou em qualquer aspecto das práticas humanas, onde qualquer evento, mesmo trazendo repetições, é marcado pela criação, pela invenção, pelo deslocamento de sentidos e significados.

Assim, fica claro que todas as manifestações culturais são invenções humanas em constantes transformações. O que caracteriza a produção cultural é a mistura, a troca. A cultura é esse conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentidos. Trazendo para o turismo, entendemos que é na ressignificação que os atrativos turísticos sobrevivem, mas nunca no congelamento.

2.4 – Turismo e memória

Enquanto prática econômica e fenômeno social, o turismo apresenta múltiplas possibilidades de consumo do lugar, variando de acordo com as preferências intrínsecas de cada grupo de visitantes e das vivências que estes elegem como prioritários durante o seu período de lazer. A promoção e a comercialização de destinos turísticos tornam-se uma oportunidade de se analisar o planejamento urbano e suas interfaces com o turismo, considerando o imperativo de conservar e potencializar as especificidades dos espaços urbanos no mercado de consumo cultural, ao tempo em que se faz mister a incorporação das comunidades ao processo de desenvolvimento da atividade turística, respeitando suas tradições.

Nesse contexto, a preservação de memórias coletivas e individuais pode enriquecer a relação entre turistas e residentes, baseando-se na vivência dos elementos representativos da cultura local. Na visão de Gastal (2002, p. 77):

As diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visitam. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

Além de prédios e objetos, também são lugar de memória os saberes e fazeres populares, as lendas, simbologias, imaginários e valores, ou seja, todos os elementos que representam a trajetória de uma comunidade, suas rupturas e permanências, nos quais se descortinam vozes, silêncios, experiências, conflitos, sensações, cores, que eternizaram gerações e permanecem vivos nas subjetividades e nas práticas cotidianas dos seus habitantes. E tal construção é permanente.

Os lugares de memória promovem o compartilhamento de experiências entre grupos sociais distintos, recriam identidades e reafirmam o sentido de territorialidade e de pertença à cultura local. Impregnados de lembranças, reminiscências, acontecimentos factuais ou ficcionais, transitam no imaginário coletivo, reelaborando e fortalecendo as identidades em meio às interferências de um mercado de consumo turístico globalizado.

O conceito criado por Nora possui ainda um sentido emocional, visto que através deles a comunidade sente-se integrada ao meio onde vive, estabelece relações de reconhecimento e de troca, posto que os lugares de memória também delimitam fronteiras culturais, relacionando-se à guarda de marcos históricos significativos para os membros de uma sociedade. Ao mesmo tempo, transcendem o valor meramente estético e visual comumente associado aos lugares de lazer, entretenimento ou de fruição turística; são espaços evocadores da historicidade e do desenvolvimento comunitário, em suas múltiplas dimensões. A existência de tais marcos simbólicos define a personalidade do lugar constituindo-se num dos principais agenciadores do trânsito turístico para as diversas localidades.

Os lugares de memória tendem a enriquecer a experiência turística, estreitando as relações entre turistas e residentes e permitindo a democratização do acesso e o direito à memória de grupos sociais distintos. Ao mesmo tempo em que podem se traduzir na criação de cenários e ambientes inovadores, onde a criatividade e a interação com a comunidade transformam os visitantes em protagonistas da experiência turística, gerando benefícios sociais e econômicos. Paralelamente, tendem a reforçar o sentido de pertença da comunidade em relação à cultura local, possibilitam a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Por outro lado, a reconstrução do passado, através da memória, perpassa ainda pelas recordações comuns a um coletivo de pessoas que tenham vivenciado os mesmos fatos, a exemplo de uma viagem em grupo. A partir da experiência compartilhada, a memória dos acontecimentos da viagem se faz presente tanto para o sujeito individual, como para o 'outro', enquanto coletividade (HALBWACHS, 2004). O turismo pode não só reforçar memórias do grupo que recebe, quanto criar ou reforçar memórias no grupo que viaja.

Halbwachs cita, constantemente em seus textos, a viagem como forma de exemplificar seus conceitos. Para exemplificar nosso olhar diferenciado sobre um mesmo local, ele conta sobre um grupo de amigos que não se viam a um tempo e decidem viajar. Ao longo da estrada, cada um vai tirando o que lhe desperta a atenção e comentando com o outro. E, geralmente, pelo fato deles terem tido acesso a grupos e vivências diferentes, tais aspectos da realidade que saltam aos olhos de um não saltam aos olhos de outro. E mesmo citando o que lhe chama a atenção é bem provável que num futuro quando se encontrem e comecem a conversar sobre a viagem um deles fará alusão a particularidades da viagem que o outro não conseguiu se lembrar.

Cada um teve uma postura diferente conforme suas memórias anteriores e constituem também sua identidade, afinal, toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença. Ortiz (1985) já dizia que as viagens e o estrangeiro são algo que buscamos constantemente, como uma forma de buscar também nossa identidade, na medida que esta se contraponha ao estrangeiro. Memória, cultura e turismo são construções de uma sociedade e não podem existir com indivíduos isolados.

Nós nos lembrando daquilo que podemos compartilhar, tal como uma língua sobrevive e permanece viva enquanto existe a comunidade de seus falantes. O que é memória? É evocação, no presente, de algo – um evento, lugar, pessoa ou coisa – de um tempo passado, e tal evocação só é possível porque outros que, como nós, foram nos passado testemunhas daquele evento, estiveram naquele lugar, encontraram com aquela pessoa, etc. , podem hoje ratificar ou corrigir nossas lembranças daquele tempo (MONTES, 2007, p.129).

Os seres humanos têm, ainda, sentido a necessidade de criar lugares de memória numa tentativa de preservar o passado como herança das antigas populações e de reafirmar sua identidade e cultura. Através da memória intensifica-se o sentido de pertencimento dos grupos sociais a um passado ou origem comum, delimitando, nesse sentido, fronteiras socioculturais. A memória, como suporte de informações e salvaguarda de determinadas lembranças, fatos e acontecimentos, permite aos indivíduos situarem-se em um dado contexto histórico e social, reelaborando-o, num mecanismo incessante presidido pela dialética da lembrança e do esquecimento (POLLAK, 1989).

Relacionando o exposto com o turismo e a Estrada Geral do Sertão, percebemos que a memória define grupos de poder, já que tem o poder de “varrer” ou dar “luz” sobre determinados fatos.

[...] memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...]. Mas memória colectiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória colectiva, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender essa luta por dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p.46).

Quando relacionamos com o turismo, entendemos que o que é selecionado como atrativo turístico também é uma forma de poder, na medida em que define se um local deve ou não receber destaque e o que deve ser rememorado. Não é à toa que quando um povo conquista outro trata logo de destruir os locais de memórias dos conquistados, locais que poderiam ser destinos turísticos. Um exemplo disso foi a destruição das estátuas de Buda no Afeganistão, em 2001, por integrantes do Talibã. Como podemos observar, os lugares de memórias são preservados tem em vista o que é mais significativo para um grupo ou povo e, além disso, são construídos dentro de determinados projetos políticos que definem o que deve ser lembrado e esquecido.

Mais interessante ainda é o comércio da memória no turismo, o *souvenir*. Como nos adverte Meneses (2007, p. 27), “em francês, *souvenir* significa lembrar, e

substantivado, lembrança”. O que existiria de mais pessoal? Mas como pode ser pessoal uma lembrança pré-fabricada, que já vem pronta? Eu não digo ao fabricante: senhor fabricante, estive na Torre Eiffel e quero que me fabrique uma torre tal como a percebi”. É como se assumíssemos, no ato de viajar, memórias de terceiros.

2.5 – Turismo nas cidades que cortam a Estrada

Para entender como o turismo pode contribuir para o resgate de fragmentos de memórias da Estrada, é importante apresentar um breve panorama de como se estrutura hoje o turismo no Distrito Federal e Entorno, especialmente nas áreas por onde passa a Estrada Geral do Sertão.

Figura 13 - Uma das trilhas que compõem atualmente a Estrada Geral do Sertão



Fonte: Bárbara Lins

De acordo com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal¹⁵, o DF possui 414 atrativos turísticos e de lazer catalogados pelo Observatório do Turismo, quais sejam: unidades de conservação, centros culturais, arquitetura civil, artesanato, dentre outros que foram estudadas e apontadas como potenciais para serem oferecidas como entretenimento a turistas e moradores.

A lista foi construída ao longo dos últimos três anos pela Secretaria de Turismo e Projetos Especiais e pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. A intenção foi mapear as áreas que podem receber investimentos e se tornar importantes pontos de cultura e lazer para a geração de fluxo de visitantes. Há também os locais já consolidados como turísticos.

Tal lista gerou o Observatório do Turismo, primeira ferramenta de pesquisas e monitoramento das atividades turísticas no Distrito Federal. Criado em 2011, a base inicial de dados foi construída ao longo dos últimos três anos, a partir de contrato entre a Setur-DF e o CET/UnB. Os estudos e acompanhamento do cenário turístico na cidade servem, entre outras coisas, para direcionar investimentos tanto da administração pública quanto da iniciativa privada.

As pesquisas realizadas pelo Observatório apontam que a motivação do turista na alta temporada é liderada pelo setor de negócios e eventos com 35,3%, seguido pela visita a parentes e amigos, 29,4%; já na baixa temporada, a motivação se inverte com a visita a parentes e amigos com 34,1%, e negócios e eventos, 25,8%.

O meio de hospedagem dominante também surpreende, pois, em média, 47% dos turistas ficam em casas de parentes e amigos, já os hotéis são os meios de hospedagem de, em média, 27% dos turistas. No entanto, a hotelaria fechou o ano de 2014 com a ocupação média em torno de 62%. A arrecadação de Imposto Sobre Serviço (ISS), no setor de turismo, teve valor de R\$ 48,18 milhões, em 2014.

Os principais mercados internacionais são os Estados Unidos, Portugal, Alemanha, França, Argentina, Espanha e Peru. No ano de 2014, desembarcaram em Brasília 74.287 turistas estrangeiros. Em se tratando do Brasil, recebemos

¹⁵ Informações retiradas do site da Secretaria de Turismo do Distrito Federal no dia 19 de maio de 2015. <http://www.df.gov.br/conteudo-agencia-brasilia/item/17510-distrito-federal-tem-mais-de-400-atrativos-catalogados.html>

turistas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Bahia. A permanência média em Brasília está em torno de 3,5 dias.

O transporte aéreo no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek totalizou 18,146 milhões de passageiros, o que representa um crescimento de 10%. Os desembarques internacionais também merecem destaque, foram 278.963, 18,25% a mais que o ano anterior. O terminal rodoviário interestadual encerrou 2014 movimentando 2,6 milhões de passageiros, registrando 1,3 milhões de desembarques.

A conclusão do relatório de 2014 afirma que o cenário é positivo e os efeitos do turismo em Brasília, em todos os seus segmentos, se configuram como oportunidades para os empresários, estimulam a geração de emprego e renda para a população, e a geração de impostos para o governo. O DF, como destino turístico, dispõe de características peculiares que podem atrair o visitante de acordo com seu perfil. Os roteiros turísticos do DF são arquitetônicos, gastronômico, culturais, religiosos, rurais, alternativos, dentre outros.

É nesse contexto, que o Observatório do Turismo mostra os potenciais do DF que podem gerar tais oportunidades. Para incentivar o interesse pelas mais diversas formas de turismo oferecidas no DF, no *site* do Observatório¹⁶ se explica que, para a formação do atual Distrito Federal, foi necessário a desapropriação de parte das terras provenientes das cidades Formosa, Luziânia e Pirenópolis, importantes cidades que integravam as rotas dos bandeirantes em busca de ouro. Em 1755, um grande terremoto assolou Portugal, tendo sido o ouro extraído de Santa Luzia, atual Luziânia, enviado para recuperar as cidades mais atingidas, Lisboa e Argaves. A cidade de Luziânia resguarda importante acervo da época, que pode ser visto na Casa de Cultura. Formosa, passagem dos tropeiros, abriga grutas, inscrições rupestres e o Salto de Itiquira, a maior queda livre de fácil acesso da América Latina. Pirenópolis, cidade histórica de arquitetura colonial, é conhecida pela tradicional Festa do Divino Espírito Santo, reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro. Como podemos observar, o DF e Entorno guarda um grande acervo cultural, fonte de conhecimento da nossa história e cultura. Daí, a importância de sua preservação para que não percamos nossos referenciais identitários.

¹⁶ <http://observatorio.setur.df.gov.br/index.php/brasil/distrito-federal/>. Acesso em: dia 19 de maio de 2015.

O Distrito Federal é composto atualmente por 31 Regiões Administrativas que abrigam cerca de 2,8 milhões de habitantes. A principal característica da população é a diversidade marcada pela migração de pessoas oriundas de todo o País e do Mundo, atraídas por novas oportunidades advindas do ramo da construção civil e do serviço público. Por esse motivo, em especial, a cultura brasiliense vem sendo, ao longo da história, tecida e retecida de forma híbrida, devido ao intercâmbio das várias culturas que aqui se estabeleceram, advindas de vários estados brasileiros e de outros países.

No campo econômico, o Distrito Federal expandiu para as áreas de agropecuária, indústria alimentícia, pesqueira, extrativistas, de transformação, produção e distribuição elétrica e de gás, indústria de transporte e imobiliária, comércio e serviço.

No setor turístico, a cidade revelou forte vocação para negócios e eventos, principalmente na RA I (Brasília), sendo apontada como a 3ª cidade no País que mais recebe eventos de grande porte. Pesquisas apontam que o Turismo Cultural e de Lazer também englobam parcela significativa no índice de visitação da Capital Federal. As atividades relacionadas ao turismo no DF contribuem com 2,5% do PIB.

Apesar do Observatório trazer um perfil de todas as Regiões Administrativas, mostraremos, aqui, as que são cortadas pela Estrada Geral do Sertão. Começando por Planaltina, observamos que a cidade foi oficializada como Região Administrativa em 10/12/64, porém tem suas origens em 19/08/1859, e dista 38,5 quilômetros do Plano Piloto. A mais antiga das regiões administrativas do Distrito Federal conserva, em suas ruas estreitas, centenários casarões que testemunharam, em 1892, a passagem da Missão Cruels, encarregada de estudar a localização da Nova Capital do País. O local na época – chamado de Vila Mestre D'Armas, devido a um armeiro que morou na região – era ponto de escoamento do ouro retirado de Goiás. Em 1922, a cidade foi agraciada com o lançamento da Pedra Fundamental da futura Capital no ano do centenário da independência do Brasil, pelo então presidente Epitácio Pessoa.

Como atrativos oferece a Lagoa Bonita, a Cachoeira do Pípiripau e o Vale do Amanhecer, uma das maiores comunidades místicas do país. A mais importante reserva ambiental da América do Sul, a Estação Ecológica de Águas Emendadas, também se localiza próxima à cidade. Na área urbana, as maiores atrações são a

Igreja de São Sebastião, a Igreja Matriz e o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, que conserva a memória da cidade e vende artesanatos da região, onde se destacam a cerâmica e a tapeçaria. Os visitantes podem apreciar também festas tradicionais como a Folia do Divino, realizada no sétimo domingo após a Páscoa, e a Folia dos Santos Reis, no dia 6 de janeiro. O evento mais importante é a Via-Sacra, a mais concorrida festa religiosa do Distrito Federal, representada por atores da cidade, e que atrai um público elevado ao Morro da Capelinha, durante as comemorações da Semana Santa.

Figura 14 - Pedra Fundamental, Morro do Centenário, Planaltina



Fonte: Bárbara Lins

Já Sobradinho foi oficializada como Região Administrativa, em 10/12/64. Possui clima agradável e uma vegetação densa e diversificada. A referida cidade originou-se de uma fazenda do mesmo nome. Fundada em 13 de maio de 1960, consta de sua história que o nome Sobradinho é uma homenagem à engenhosidade do pássaro João-de-Barro, que construiu, às margens de um ribeirão que cortava a fazenda, duas casas superpostas, como sobrado, no braço de um antigo cruzeiro, e que se transformaram em marco geográfico para os viajantes da época.

Casas padronizadas e intercaladas por extensas faixas verdes (figura 15) e um sistema viário amplo completam o quadro urbano da cidade. Os primeiros habitantes foram as famílias transferidas do Acampamento Bananal e da Vila Amauri, próxima à Vila Planalto, cuja área foi inundada quando se formou o Lago Paranoá.

Sobradinho conta com uma grande quantidade de artesãos, na confecção de trabalhos em madeira, couro e pedra. Os produtos são comercializados em feiras livres. A RA V foi escolhida para abrigar as instalações do Pólo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal. As principais festas são o aniversário da cidade, em 13 de maio, as juninas e do Peão Boiadeiro, que ocorrem em junho.

Figura 15 - Paineira na trilha do lenhador, Sobradinho



Fonte: Bárbara Lins

Oficializada como Região Administrativa em 10/12/64, Brazlândia surgiu em 1852, com um pequeno povoado nas proximidades da fazenda da família Braz, de

onde se originou o nome. A propriedade dos Braz ficava próxima à trilha das comitivas que se deslocavam do sul para o norte de Goiás. Dista 45 quilômetros do Plano Piloto. Brazlândia ainda mantém características de cidade de interior. Atualmente, Brazlândia vem se destacando por sua forte vocação agrícola. Em torno da cidade, várias chácaras e fazendas formam um imenso cinturão verde, tornando a região a principal abastecedora dos hortigranjeiros do DF. Em agosto, acontece a tradicional festa do morango, organizada pelos produtores locais.

O turista tem outros motivos para ir a Brazlândia, onde existem belezas naturais típicas do Planalto Central. São cachoeiras como a do Rio do Sal, Chapada Imperial, Paraíso na Terra (figura 16), Poço Azul, todas propriedades com águas de nascentes e com belíssimas paisagens.

Figura 16 - Refúgio Paraíso na Terra, Brazlândia



Fonte: Bárbara Lins

Já Sobradinho II, só foi oficializada como Região Administrativa em 27/01/2004. O nome Sobradinho II surgiu devido à sua proximidade com a cidade de Sobradinho, de onde a maioria dos seus moradores veio, tendo em vista o crescimento populacional da região. Como Sobradinho não possuía projeto de expansão territorial, em 1990, foi instituído o programa habitacional para a população de baixa renda, sendo implantados assentamentos em diversas cidades do Distrito Federal.

Sobradinho II localiza-se em uma superfície topográfica plano-ondulada, com declives suaves, próximo ao Ribeirão Sobradinho e seu tributário o Córrego Paranoazinho, integrantes da Bacia do Rio São Bartolomeu.

Por fim, a Fercal é a Região administrativa mais recente. Oficializada como Região Administrativa em 29/01/2012, comemora seu aniversário em 12/09. É a 1ª Cidade Operária do Distrito Federal, de onde foram extraídos os recursos naturais para a construção da Capital. Atualmente, é a maior região geradora de impostos de todo o Distrito Federal, oriundo das grandes empresas produtoras de cimento, usinas de asfalto e derivados, instaladas em nossa região.

A Fercal está situada às margens da APA Cafuringa, é muito rica em recursos minerais, a exemplo do calcário que contribui significativamente para o crescimento socioeconômico da região, complementado pela beleza geográfica e outras riquezas naturais e culturais que servem de atrações turísticas por meio das pequenas cachoeiras, grutas, cavernas, riachos, trilhas e áreas de preservação ambiental.

Como a Estrada Geral do Sertão, no trecho estudado, também corta municípios do Entorno do DF, se faz necessário explicar que, apesar de seus municípios estarem ligados à unidades da federação autônomas, na sua maioria, eles são dependentes econômica e socialmente do DF no que se refere à assistência médica, geração de empregos, abastecimento, educação, segurança e lazer.

No âmbito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), a Embratur classificou alguns municípios do Entorno como turísticos – Corumbá de Goiás, Formosa, Luziânia e Pirenópolis, dentre outros; como de reconhecido potencial turístico – Cocalzinho de Goiás, Cristalina e Planaltina de Goiás. Cabe destacar que, embora não existam dados organizados e sistematizados sobre o

fluxo da demanda turística de Brasília em relação aos municípios do Entorno, há uma expressiva demanda que pode ser observada durante fins de semana e feriados.

Figura 17 - Trilha de Cocalzinho, Goiás



Fonte: Bárbara Lins

Das regiões do Distrito Federal que são cortadas pela Estrada Geral do Sertão, temo: Formosa. Arraial de Couros foi o primeiro nome desta cidade, criada na segunda metade do século XVII, com o desdobramento do município de Luziânia, nessa época, também Arraial. Sabe-se que as primeiras casas foram erguidas por negros às margens do ribeirão Itiquira com o rio Paranã, sendo obrigados a transferir para o atual lugar, por conta de uma mortífera febre que assolava o lugar. Em 4 de outubro de 1767 o padre Antônio Francisco de Melo celebrou a primeira missa na Casa de Oração de Couros. Um marco histórico foi á instalação da Estação Fiscal Registro da Lagoa Feia, em fevereiro de 1736, por ordem do rei de Portugal temendo a evasão do ouro e o não pagamento dos tributos. Somente em 1º de

agosto de 1843, o arraial foi elevado à categoria de vila, e, pela primeira vez, apareceu o nome Formosa: Vila Formosa da Imperatriz. O município de Formosa só foi instalado no dia 22 de fevereiro de 1844. Formosa está localizada a 280 km da capital Goiânia e a 75 km de Brasília, tem população de 90.212 hab.

Essa cidade possui importante riqueza natural, com grande número de cachoeiras. Dentre os atrativos naturais destacam-se: Lago Azul; a Cachoeira do Itiquira, localizada a 34 quilômetros do centro da cidade, é umas das mais altas da América Latina, com 168 metros de altura; Lagoa Feia, com seis quilômetros e meio de comprimento de largura e com profundidade entre 4 e 10 metros; Lajedo, que forma grandes piscinas naturais; Gruta das Andorinhas, com aproximadamente 250 metros de profundidade; Buraco das Araras com aproximadamente 100 metros de profundidade e o Rio Bandeirinha, o qual forma várias cachoeiras.

Figura 18 - Lago Azul, Formosa. Foto tirada em expedição no dia 01/01/2015



Fonte: Bárbara Lins

Figura 19 - Buraco das araras. Expedição feita pela pesquisadora em 2013



Fonte: Bárbara Lins

Possui um importante sítio arqueológico chamado Bisnau (figura 20). Foi incluída em 2011, como uma das 100 cidades brasileiras com apelos e atrativos turísticos no Ministério do Turismo, por indicação da Confederação Nacional do Turismo (CNTur). A cidade de Formosa é reconhecida pelos praticantes de voo a vela, como um dos melhores locais do Brasil para se praticar o esporte. Voos *cross country* são possíveis durante quase todo o ano, sendo que de agosto a outubro é a temporada de voos de longa distância, em geral superiores a 500 km.

Figura 20 - Sítio Arqueológico do Bisnau

Fonte: Secretaria de Turismo de Goiás

Do outro lado, temos Cocalzinho. O município deve ao cimento a sua própria fundação. Para atender à forte demanda criada pela construção da Nova Capital do País, uma fábrica de cimento foi instalada em 1961, na zona rural da cidade. Ali, desenvolveu-se um distrito, que mais tarde, obteria sua emancipação em 1990. Nos tempos áureos, a fábrica teve cerca de 600 funcionários e utilizava plenamente a capacidade para produzir 300 mil toneladas de cimento por ano, até o ano 1997, quando foi fechada. Em 2008, com o bom momento da economia, a fábrica foi reaberta. O município é servido por vários rios: Corumbá, Areias, Oliveira Costa e Verde. Nele, também, está localizada parte do Parque Estadual da Serra dos Pirineus, a maior serra da Bacia Amazônica e do Rio Paraná.

Erguida às margens do Rio Corumbá, Cocalzinho é dono de flora e fauna riquíssimas, com predomínio do cerrado. É cortado por vários córregos e rios. Na região são produzidos vinhos que surpreendem enólogos e apreciadores da bebida.

Em seu território está uma das áreas mais preservadas da Serra dos Pirineus. Entre seus atrativos, temos ainda grutas, cachoeiras (figura 21) e a Caverna dos Ecos, a qual abriga o maior lago subterrâneo da América Latina.

Figura 21 - Cachoeira na divisa entre Brazlândia e Cocalzinho



Fonte: Bárbara Lins

Por fim, temos Pirenópolis, município histórico, sendo um dos primeiros do estado de Goiás. Foi fundado em 1797, com o nome de Minas de Nossa Senhora do Rosário Meia Ponte, pelo minerador português Manoel Rodrigues Tomar (alguns historiadores denominaram-no como Manoel Rodrigues Tomás). As minas da região foram descobertas pelo bandeirante Amaro Leite, porém foram entregues aos portugueses por Urbano do Couto Menezes, companheiro de Bartolomeu da Silva, o Anhanguera Filho, na primeira metade do século XVIII.

Foi importante centro urbano dos séculos XVIII e XIX, com mineração de ouro, comércio e agricultura, em especial a produção de algodão para exportação no

século XIX. Inicialmente, chamava-se Meia Ponte. Em 1890, passou a se chamar Pirenópolis, o município dos Pirineus, nome dado à serra que a circunda.

Pirenópolis tem muitas atrações. É possível escolher entre as cachoeiras da Várzea do Lobo e do Abade. Uma alternativa para estar perto da natureza é conhecer o Santuário de Vida Silvestre Vagafogo ou o hotel dos Pirineus, com passeios de jipe a cachoeiras, trilhas e escaladas. Também é interessante visitar as igrejas históricas, como a Matriz de Nossa Senhora do Rosário e a do Nosso Senhor do Bonfim.

2.6 – Turismo e a Estrada

Ao longo dos últimos anos, vários pesquisadores têm se dedicado a estudos, cujo tema foi o caminho do escoamento do ouro dos estados de Goiás e Mato Grosso até a Bahia, na época colonial. Aqui no Planalto Central, os esforços para desvendar parte dessa história devem-se ao mérito de Paulo Bertran.

De acordo com o site¹⁷ que reúne o trabalho do pesquisador, Paulo Bertran Wirth Chaubub nasceu em Anápolis, Estado de Goiás, no dia 21 de outubro de 1948. Para continuar seus estudos, primeiro ele foi morar em Goiânia e depois foi para o Distrito Federal, onde se formou em Economia pela Universidade de Brasília, com pós-graduações em História e Planejamento pela Universidade de Strasbourg - França.

Aguerrido defensor do Cerrado, ele forjou o termo *Homo Cerratensis*, para designar as pessoas que vivem neste rico bioma e suas características únicas. O historiador Paulo Bertran era casado com Maria das Graças Fleury Curado, com quem criou o Memorial das Idades do Brasil, em Brasília. O pesquisador foi diretor-geral do Instituto de Pesquisas e Estudos Geográficos do Brasil Central da Sociedade Goiana de Cultura e professor da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Católica de Goiás, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Paulo Bertran introduziu o conceito de Eco-História, contribuindo ativamente com a historiografia brasileira.

¹⁷ <http://www.paulobertran.com.br/>. Acessado em: 13 de maio de 2015.

Com o seu conhecimento e o incansável trabalho de campo, Paulo Bertran foi o responsável e se desincumbiu bem da histórica tarefa de justificar o dossiê, documento essencial para o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, que foi muito comemorado pelo povo da Cidade de Goiás e representou um novo estímulo ao turismo, levando milhares de pessoas a visitar o belo conjunto arquitetônico, herdado dos tempos coloniais. Ele também ajudou a colocar a candidatura de Goiânia como Patrimônio Nacional, devido às riquezas de suas construções em Art Déco. Além das nossas fronteiras, o goiano foi o responsável pelo tombamento da cidade de Cáceres, no Mato Grosso.

Em 2002, Paulo Bertran redescobriu (a descoberta foi em 1871), a maior cidade de pedra do Brasil, na Serra dos Pireneus, localizada no município de Pirenópolis. O Monumento natural, com cerca de 500 hectares, abriga formações rochosas imponentes.

Paulo Bertran é autor de vários livros enfocando aspectos históricos de Goiás e do Planalto Central, que foram frutos de pesquisa criteriosa e dedicada. O historiador Paulo Bertran Wirth Chaibub morreu no dia 2 de outubro de 2005, em Goiânia, vítima de parada cardiorrespiratória, aos 56 anos de idade.

Apesar de ter morrido cedo, Bertran foi o principal pesquisador da história colonial do Planalto Central. Foram os trabalhos dele que sustentaram e, ainda, sustentam grande parte das pesquisas sobre a região. Foi também graças aos seus esforços que outros pesquisadores e curiosos decidiram adentrar pelo interior do Planalto Central em busca de resquícios da nossa história.

O projeto de maior visibilidade foi o desenvolvido pelo Instituto Paidéia. Um grupo de pessoas, coordenado pelo engenheiro Bismarque Villa Real, presidente da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Paidéia, percorreu aproximadamente 250 quilômetros por três meses, em 2006, para encontrar fragmentos dessa história. O historiador Víctor Leonardi, o pesquisador Bismarque Villa Real e o fotógrafo Rui Faquini produziram, a partir dessas viagens, o livro *Estrada Colonial no Planalto Central – Uma viagem em baixa velocidade*.

A partir de textos do historiador Paulo Bertran, de Goiás, a expedição percorreu de carro e bicicleta um trecho que corta as cidades de Formosa (GO), Mestre D'Armas (hoje Planaltina), Sobradinho (ambas no DF), Pirenópolis e

Corumbá (GO). O projeto Estrada Colonial do Planalto Central envolveu cerca de 30 pessoas. Teve o apoio financeiro do Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, que liberou R\$ 200 mil para o projeto.

Três anos depois, o grupo voltou aos locais por onde passaram, desta vez para tentar viabilizar apoio para o projeto que tem como objetivo principal desenvolver o turismo na região. Na ocasião, foram criados o Mapa de Empreendimentos Gastronômicos e Rurais da Estrada Colonial e o Guia de Produtores, Produtos e Feiras da Estrada Colonial. O Mapa de Empreendimentos Gastronômicos (figura 22) e Rurais da Estrada Colonial sugere 131 locais gastronômicos e 17 localidades rurais. O Guia de Produtores, Produtos e Feiras mostra mais de 50 estabelecimentos que comercializam produtos do cerrado.

Figura 22 - Panfleto do lançamento do Roteiro Gastronômico da Estrada



Fonte: Divulgação

Em 2009, um projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília também tratou de redescobrir esta história com a ajuda de relatos de expedições, livros, arquivos paroquiais e cartoriais. Foram dois projetos:

um da arquiteta Lenora de Castro Barbo e outro do historiador Wilson Vieira Júnior. Lenora Barbo mapeou a arquitetura rural vernacular da cidade modernista e refez o roteiro dos viajantes que cruzaram o Planalto Central e passaram pelo sertão onde, no século 20, seria construída uma capital moderna.

A partir da superposição dos mapas das viagens feitas nos séculos 18, 19 e 20, Lenora identificou caminhos, casas e topônimos que existiam desde três séculos atrás, e que há 50 anos pertencem ao Distrito Federal.

Já Wilson Vieira Júnior pesquisa uma área que cobre 30 mil hectares do Parque Nacional de Brasília para localizar vestígios de habitações, estruturas rurais de cemitérios e de estradas dentro da área hoje protegida. Num primeiro momento, entre 2005 e 2007, Vieira Júnior identificou cinco vestígios de casa, um cemitério, dois valos (valas que faziam as vezes de cercas das propriedades para evitar a fuga de animais) e sete trechos de estradas coloniais.

Um ano depois, em 2010, um grupo de ciclistas decidiu unir história e esporte. Ciclistas do grupo Rebas do Cerrado e Bismarque Villa Real, do Instituto Paidéia, mapearam trechos da Estrada que puderam ser aproveitados para prática do esporte. No dia 20 de outubro de 2012, pela primeira vez, de forma inédita, eles criaram um passeio de bicicleta intitulado Estrada Colonial. O passeio foi realizado em apenas um dia, no trecho de 90 km, entre Girassol e Pirenópolis.

O percurso começa serpenteando as serras do divisor de águas das bacias Tocantins e Paraná, até descer para o Vale do Rio Areias. Cruza a linha do Tratado de Tordesilhas, passa pelo Povoado de Mamoneiras, pouso de tropeiros desde o Século XVIII e, depois, trilha um trecho de campos gerais até a Cidade de Cocalzinho. Daí, sobe para o Pico dos Pirineus e o Morro do Cabeludo, exigindo um razoável desafio de superação pessoal do ciclista. A partir destes picos, a estrada torna-se extremamente suave e bonita, seguindo pela parte alta do Parque Estadual dos Pirineus. Finalmente, ela alcança um mirante, onde é possível ver Pirenópolis do alto. Esse percurso é revelador de um “tesouro” da nossa história e cultural, ou melhor, do nosso patrimônio.

3 – SEDIMENTANDO O TRAÇADO

3.1 – Rememorando o caminho

Conforme inicialmente abordado no capítulo anterior, hoje, temos alguns moradores do Distrito Federal que trabalham para não deixar que a Estrada Geral do Sertão caia no esquecimento. Um dos trabalhos de maior destaque é o desenvolvido por um grupo de pesquisadores, das mais diversas áreas, que estão refazendo o percurso da Estrada.

No *site* do grupo¹⁸, lançado uma década depois da morte de Paulo Bertran, tomamos conhecimento que a meta dos pesquisadores é investigar e divulgar a história ambiental da região de influência do Distrito Federal, englobando mais de 30 municípios nos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, que têm uma ligação cultural com Brasília e demais regiões administrativas.

No *site*, é possível ter acesso a pesquisas, textos e artigos relacionados à cultura da região e patrimônio natural do Planalto Central. O grupo que ora se articula, ao longo dessa última década, viabilizou inúmeros projetos bem sucedidos, tendo o trabalho de Bertran como inspiração, e sua obra como principal fonte de pesquisa.

O primeiro deles foi a “Estrada Colonial do Planalto Central”, cuja proposta era reconstituir um antigo trecho da Picada da Bahia que atravessava todo o quadrilátero Cruls, de leste a oeste, se iniciando em Formosa e seguindo até Corumbá/Pirenópolis, ambas em Goiás. Paulo Bertran deixou um mapa com todo esse roteiro traçado.

Três anos depois, em 2008, foi a vez do Livro Estrada Geral do Sertão, que desvendava todo o trajeto de uma antiga picada que seguia para o desconhecido sertão brasileiro. Começava na cidade de Cachoeira localizada no Recôncavo baiano, passando pela Chapada Diamantina e Rio São Francisco (divisa BAIMG), para adentrar na capitania de Goiás pelo Vão do Paranã, e seguir para o

¹⁸ <http://cerratense.com.br/>. Acesso em: 01/06/2015

Arraial de Meia Ponte e Vila Boa, antiga capital. O historiador Xiko Mendes, no Grande Sertão Veredas, juntamente com o artista plástico Otoniel Fernandes, no Rio São Francisco e Chapada Diamantina, foram determinantes na reconstituição de todo o trajeto da Picada da Bahia e construção do projeto.

Ainda, de acordo com o *site*, em 2009, foi ministrado o primeiro curso de aperfeiçoamento dos professores da Secretaria do Educação do DF, “Na Rota das Nascentes”, tendo como foco construir uma nova abordagem na história, colocando o nosso povo, a nossa região, no centro do processo histórico. Aqui vale ressaltar que um dos principais objetivos do grupo era chamar a atenção das crianças e adolescentes sobre a história local, à contrapelo da história que é ensinada nas escolas, em que se privilegia a história nacional, universal, dos “grandes personagens políticos”, intelectuais etc. A reconstrução da história local é de extrema importância para que a comunidade protagonizadora valorize sua cultura e experiência temporal do outrora e do presente.

A partir daquele momento, mais de 60 professores concluíram o curso e passaram a debater o tema em sala de aula de escolas públicas. Quatro anos depois, em 2013, foi lançado o livro *Na Rota das Nascentes: a história da região do DF*, cujos conteúdos foram debatidos durante o curso.

Entrevistando um dos coordenadores do projeto, Robson Eleutério, fica evidente que tal estrada foi relevante e imprescindível para formação do Brasil. Ele afirma que

“A grande importância dessas rotas de comunicação é a integração territorial do Brasil, a unidade territorial do Brasil. Um país imenso, mas que só foi ocupado na prática a partir do momento que essas estradas foram construídas, porque ao longo delas foram surgindo povoados, vilas” (Robson Euleterio, 21/05/2015).

O problema é que existiu, no processo de construção do DF, um esquecimento do que aqui antes existia. “O esquecimento eu acredito que a própria abordagem que foi trabalhada na historiografia no início do século, era uma

abordagem que não priorizava essas questões de identidade cultural do Brasil” (Robson Euletério, [colocar data]). O professor garante ainda que

“se nós fizermos uma análise dos livros didáticos do primeiro grau e do segundo grau e do ensino médio, você vai perceber que tem uma distância entre aquilo que está nos livros e o cotidiano dos alunos. Existe essa distância e isso dificulta o processo de construção do conhecimento dentro da sala de aula” (Robson Euletério, 21/05/2015).

Figura 23 - Estudantes visitando Mestre D'armas em Planaltina



Fonte: <http://cerratense.com.br/>

Podemos conjecturar que a história e a cultura locais não têm o seu devido valor no ensino aprendizagem, tal como atualmente é desenvolvido nas escolas. O que geralmente percebemos nos livros didáticos é a supremacia do ensino sobre determinadas culturas, como por exemplo, a história da Europa, dos Estados Unidos e de algumas regiões do Brasil que tiveram grande destaque durante um longo período da nossa história política e econômica – Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Falta ainda as escola desenvolverem projetos de pesquisa juntamente com os alunos, levando-os a conhecer mais sobre sua própria

história. Por exemplo: em Brasília, os alunos poderiam estudar a história da sua própria escola, dos seus pais e avós, da região que habitam etc.

Mais à frente, na entrevista, o professor Robson Eleutério afirma, no entanto, que quando ele expõe aos alunos nossa história e aproxima dados e lugares que eles já conhecem à tal história, a mesma ganha vida novamente.

“Quando você fala para o aluno que aqui tem sítios históricos importantes, o Bisnau em Formosa, a Toca da Onça em Formosa, que Unai é um sítio histórico a céu aberto, aí muito deles falam: ó professor, eu conheço esse lugar, mas não sabia que tinha essa importância” (Robson Euleterio, 21/05/2015)

Para Maurice Halbwachs, tal processo se dá como uma espécie de rememoração, que é quando um número enorme de lembrança reaparece porque os outros nos fazem recordá-la,

mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida do nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2006, p. 41).

Por meio de relatos dos pesquisadores supracitados, como também de moradores da região da Estrada Geral do Sertão, pudemos perceber que é possível reconstruir muito da história sobre a Estrada, por meio da memória dos próprios habitantes locais. Estes ainda guardam na lembrança muitas das lendas que foram repassadas de geração à geração. Lendas que expressam o imaginário, as crenças dos tempos de outrora. Uma das lendas que mais perdura nos relatores é a do Urbano. Ela nasceu de um texto escrito por um bandeirante do século XVIII em que ele descreve um mapa de uma mina aurífera nas proximidades de Planaltina de Goiás, a 80 km da Rodoviária. Contam que, ainda hoje, muitos grupos andam explorando o Cerrado em busca de tais riquezas e voltam com mais histórias ainda.

Vários pesquisadores acreditam que essa estória era contada para atrair mais gente para aquela região, com o fito de promover o povoamento de áreas inabitadas.

Apesar de muito ter se perdido, vemos no depoimento de Robson Eleuterio que ainda é possível reconstruir parte das memórias da estrada, quando ele diz que

“tem muitos personagens ainda que falam, que te levam até roteiros, que segundo eles ainda são roteiros intactos, isso nós registramos bastante em uma expedição que nós fizemos por toda estrada geral do sertão, no mês de Agosto do ano passado.... Eu acredito que você tem ainda uma possibilidade muito ampla de pesquisa nessa vertente de história oral conversar com esses personagens. E principalmente identificar ainda a comunidade roteiros, mas sempre tem histórias muito interessantes que eles contam” (Robson Eleutério, 21/05/2015).

Nesse processo, ouvintes e moradores mantêm a memória coletiva daquele lugar, através da oralidade, marcando e preservando os “cacos” do passado – resquícios da experiência humana que resistiram ao tempo. Porém, essa preservação do passado não é uma cópia fiel dele, mas uma reelaboração que passa pelo crivo da cultura daqueles que rememoram, portanto permeado por novos significados. Halbwachs já dizia que o ato mnemônico requer a partilha e a participação daqueles que solidariamente se comunicam com os outros. A lembrança é possível porque o grupo existe e tem com quem partilhar.

Outro fato importante a ser destacado é que grande parte dos esforços dos pesquisadores em reconstruir a história local são feitos nas regiões mais afastadas do centro do DF, lá onde as novidades da modernidade, do mundo globalizado, demoram um pouco mais a chegar do que nas metrópoles. Por esse motivo, nesses locais, encontramos com mais nitidez as ressonâncias do passado, o DF de outrora, presente nos modos de vida, na culinária, nas tradições e festas. Sobre a mesma questão, pontua Halbwachs (2006, p. 88):

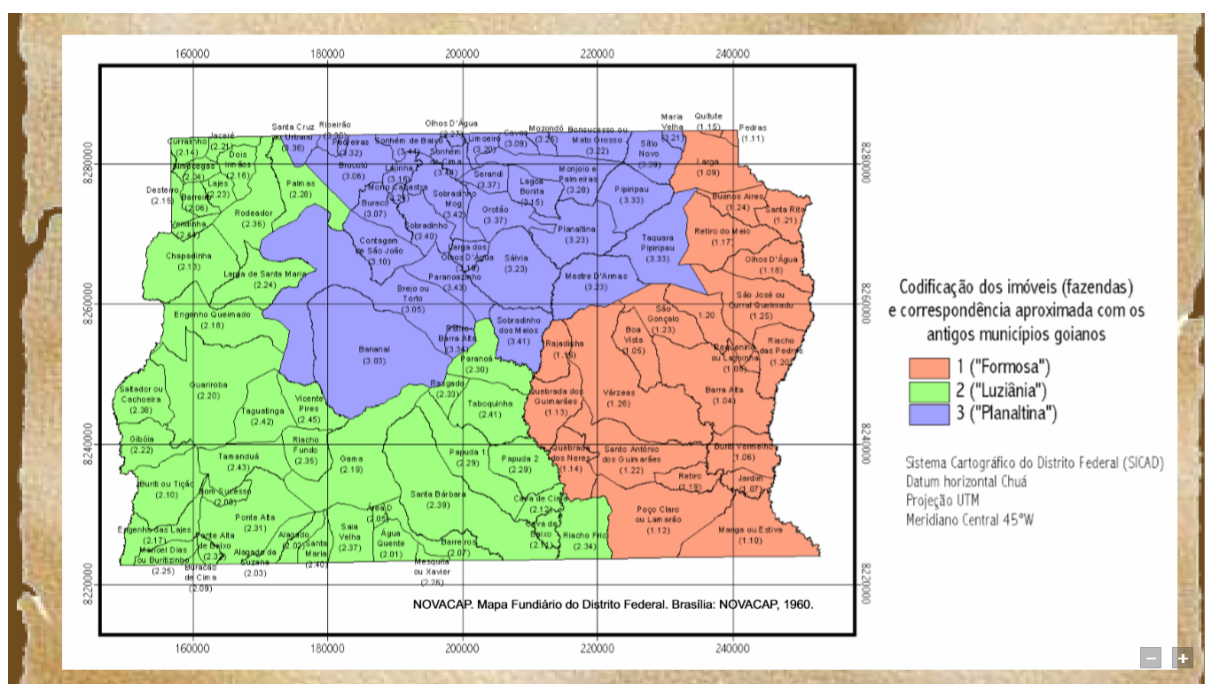
é na cidade e na população de hoje que um observador nota muitos traços de outrora, principalmente nas zonas menos nobres em que se refugiam as pequenas oficinas e ainda certos dias ou noites de festas populares na Paris comercial e operária, que mudou menos do que a outra. Talvez encontremos a Paris de outrora melhor nessas

cidadezinhas de província, de onde não desapareceram os tipos, os próprios costumes, e as maneiras de falar.

Nessa esteira, Robson afirma que é no que foi o Núcleo Rural Sitio Novo, que ele encontrou grande fonte de informações sobre a Estrada.

“Ano passado fizemos um projeto, com a administração de Planaltina e com o professor Nilvan, que era para tentar identificar parte de um roteiro intacto que existe ainda na região do DF. Esse roteiro fica no núcleo rural sitio novo e se você olhar a cartografia do século dezessete do século dezoito, vai encontrar no centro do planalto central, ali em quase todos os mapas, o nome de sitio novo e nós fomos atrás desse local certamente seria um pouso, mas seria um pouso de troca esse sitio novo” (Robson Eleutério, 21/05/2015).

Figura 24 - Mapa fundiário com a fazenda do Sítio Novo



Fonte: <http://cerratense.com.br/>

Indo atrás dessa região mais isolada, ele descobriu excelentes fontes de pesquisa:

“nós fomos até o Núcleo Rural Sítio Novo que fica entre Águas Emendadas e as cachoeiras do Indaiá em Formosa, né? O Sítio Novo está ali e você percebe que ali tem um roteiro ainda que é uma picada bastante antiga. Uns 3 a 4 quilômetros no máximo. ... se você remontar todo desse roteiro, ele é difícil, mas você tem muitas partes localizadas que você pode trabalhar com esse projeto de estrada real, estrada geral do sertão que tem muita coisa ainda que pode ser abordada” (Robson Eleutério, 21/05/2015).

Nestes locais, é possível encontrar muita gente que ainda lembra da história da Estrada. Tais personagens acabam desempenhando o papel de guardiões da memória, tal como o narrador descrito por Walter Benjamin - aquele que não deixa o passado cair no limbo do esquecimento. O passado, o qual nos referimos aqui, é entendido como uma memória coletiva e não a memória histórica, já que esses senhores e essas senhoras que conversam com aqueles que perfazem o caminho da Estrada constroem narrativas a contrapelo das trapas épicas, “gloriosas”. São mais humildes e menos triunfantes, ou seja não têm como alvo memorialístico os grandes feitos, mas as experiências humanas que, na grande maioria das vezes, não encontra lugar na história oficial. Desse modo, essas experiências resistem ao tempo por meio das tradições orais de “gente comum”, que na sua “simplicidade” tece e retece a sua maneira de ver o mundo.

Ao se depararem com aqueles senhores, ao longo da estrada, acontece o que Benjamin descreve como rememoração, que é tão bem explicado por Gagnebin (2001, p. 55).

Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e recalado, para dizer com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem às lembranças, nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção especial ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.

Com base no exposto, podemos conjecturar que o passado nunca será lembrando tal como ele foi um dia, pois não é possível resgatá-lo, trazê-lo para o presente tal qual ele um dia aconteceu. O que ainda permanece dos tempos de outrora na memória de seus narradores são apenas ressonâncias reconstruídas e ressignificadas por meio de atos mnemônicos. Ademais, o ato de reconstruir as experiências do outrora, seja por meio da memória ou da história, se faz conjugando diferentes dimensões temporais, a saber: passado, presente e futuro. Isso porque, o passado só é lembrado no tempo presente – momento em que se dá sua reconstrução e ressignificação –, com vistas a sua preservação às gerações futuras, para que a sociedade não perca seus referenciais identitários.

Agora, como nos alerta Ortiz, para ser vivificada, a memória precisa de uma referência territorial, ela se atualiza no espaço envolvente.

Os mecanismo de memória coletiva lhes permite recuperar as lembranças do esquecimento. Mas para isso é preciso que os grupos construam nichos nos seios dos quais a lembrança possa sobreviver. Um novo território é redesenhado, no qual a identidade anterior é preservada (ORTIZ, 1947, p. 75).

Nesse contexto, o professor Robson Eleutério (21/05/2015) acredita que o turismo desempenha o papel de redescobrir esse novo território.

“O turismo é uma ferramenta importante e em alguns aspectos mais importantes que a abordagem histórica. É também pedagógica porque o turismo vai movimentar uma pequena economia naquele local e acima de tudo também ele vai dentro dessa questão da valorização da própria comunidade na medida em que as pessoas do local sabem que ali eles tiveram um papel importante na história. Isso valoriza bastante”.

3.2 – Segmentação como potencial

Como foi exposto, o turismo se apresenta como uma forma de desvelar a Estrada. Durante as pesquisas, notou-se que um dos segmentos do turismo tem maior potencial que outros. Trata-se do turismo de aventura, que vem crescendo nos últimos anos, no Brasil.

De acordo com o Ministério do Turismo¹⁹, Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. Embora aparentemente simples, o conceito de Turismo de Aventura traz, em si, diversos termos que quando não compreendidos integralmente podem levar a errôneos entendimentos relativos ao segmento.

Para fins de delimitação do segmento, esclarecem-se os significados dos termos “movimentos turísticos”, “atividades de aventura” e “caráter recreativo e não competitivo”, pois são consideradas expressões fundamentais para a compreensão integral do conceito.

São entendidos como movimentos turísticos os deslocamentos e estadias que presumem a efetivação de atividades consideradas turísticas. No caso do Turismo de Aventura, são geradas pela realização de atividades de aventura que dão consistência a esse segmento, envolvendo a oferta de serviços, equipamentos e produtos de hospedagem, alimentação, transporte, recreação, recepção, etc.

A palavra aventura – do latim *adventura*, o que há por vir – remete ao diferente e ao inusitado. Nesse conceito, consideram-se atividades de aventura as experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação, a depender da expectativa, do envolvimento e da experiência do turista, além do nível de dificuldade de cada atividade.

A prática de atividades de aventura, aqui referidas como atrativo principal, identifica o segmento de Turismo de Aventura e pode ocorrer em quaisquer espaços:

19

http://www.turismo.gov.br/turismo/Backup_Nao_Apagar/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/aventura.html

natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não. Também podem ser abordadas sob diferentes enfoques: como de responsabilidade individual, quando ocorrem sem a interferência dos prestadores de serviços turísticos no que se refere à prática da atividade de aventura. Por exemplo, um condutor de Turismo de Aventura leva individualmente e sob sua responsabilidade um cliente para realizar atividades de Turismo de Aventura, sem contratação dos serviços via empresa formalizada (agência ou operadora de turismo); como de responsabilidade solidária, quando conduzidas, organizadas, intermediadas via prestadores de serviços de operação de agências de turismo que dependem da orientação de profissionais qualificados e de equipamentos e técnicas que proporcionem, além da prática adequada, a segurança dos profissionais e dos turistas.

As atividades de aventura pressupõem determinado esforço e riscos assumidos, que podem variar de intensidade, conforme a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do turista.

A diversidade das atividades de Turismo de Aventura tende a aumentar pela constante inovação decorrente do avanço tecnológico dos equipamentos e da busca contínua de desafios e experiências inusitadas por uma parcela significativa de consumidores e pelo contínuo desenvolvimento da capacidade das empresas de gerenciar riscos.

Ainda, de acordo com o Governo Federal, estima-se que mais de 1.600 empresas estejam oferecendo atividades de ecoturismo e Turismo de Aventura em mais de 200 destinos brasileiros, envolvendo mais de 28 mil profissionais nos períodos de alta temporada, atendendo mais de 4,3 milhões de turistas por ano, gerando faturamento anual estimado em R\$ 490 milhões de reais para o segmento.

A diversidade de atividades de Turismo de Aventura que materializam esse segmento varia sob diferentes aspectos em função dos territórios em que são operadas, dos equipamentos, habilidades e técnicas exigidas em relação aos riscos que podem envolver e da contínua inovação tecnológica. Dentro deste segmento encontramos várias possibilidades para serem exploradas dentro das localidades que margeiam a Estrada Geral do Sertão.

Assim como a classificação do Ministério do Turismo, optou-se por agrupar as atividades de Turismo de Aventura mais conhecidas pelo mercado utilizando três elementos da natureza (terra, água e ar), cientes de que algumas podem envolver mais de um desses elementos ao mesmo tempo e ocorrer em ambientes diversos, fechados, ao ar livre, em espaços naturais ou construídos.

Nas atividades por terra, temos, por exemplo, o arvorismo. Trata-se da locomoção por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas. Um exemplo já bem aplicado, que por ser replicado em outras propriedades rurais e se tornar um atrativo, é a Chapada Imperial, em Brazlândia. Lá, O monitor passa as orientações sobre os procedimentos técnicos e uso dos equipamentos. Sobe-se uma escada de madeira de aproximadamente 7m até a primeira plataforma no eucalipto principal, para então entrar nas pistas. Cada pista possui suas características próprias, o que gera grau de dificuldade variado, cuja graduação é fácil, moderado e difícil. No mesmo local, realiza-se a Tirolesa, que é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.

Temos, ainda, o cachoeirismo, que é a descida em quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, utilizando técnicas verticais. Hoje, alguns grupos de turismo de aventura proporcionam este tipo de atividade em algumas regiões, como a Cachoeira Indaiá, localizada em Formosa/GO.

De forma semelhante, o Canionismo promove a descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.

Temos também várias modalidades de caminhadas - percursos a pé em itinerário predefinido: caminhada (sem pernoite), de um dia, também conhecida por *hiking*. Esta prática pode ser implementada em propriedades como o Paraíso na Terra, em Brazlândia.

Já a caminhada de longo curso, é a caminhada em ambientes naturais, que envolve pernoite. A pernoite pode ser realizada em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, dentre outros. Também conhecida por *trekking*. Um local propício para esse tipo de aventura são os morros da

Chapada da Cafuringa, onde o turista tem diferentes cenários e paisagens para explorar em trilhas já abertas, sendo a própria Estrada Geral do Sertão uma delas.

Em planaltina, temos moradores que há anos praticam Cavalgadas nas fazendas da região. Como tais moradores já têm experiência e um cenário convidativo, esta poderia ser uma atividade explorada na Cidade. Lá, seria possível fazer percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria.

Como vimos nas descrições feitas das cidades por onde a Estrada passa, temos várias cavernas no DF e Entorno. Por isso, o espeleoturismo também teria destaque em nossa região, já que são atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística.

Na fercal, já citamos anteriormente o morro do Urubu. Lá, grupos de escalada dão os primeiros passos no esporte. É o único local do DF para prática deste tipo de atividade, que é pouco explorada no DF. A Escalada é a ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos. Perto do Morro do Urubu, encontramos várias estradas de chão, que poderiam ser aproveitadas para outro tipo de turismo de aventura, o Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4, que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais.

Ainda, dentro da classificação do Ministério do Turismo, temos as atividades na água. Dentre as apresentadas pela pasta podemos explorar, no DF, o Boia Cross. Até onde foi pesquisado, não há relato de uma região dentro do DF e Entorno que promova esse tipo de atividade, praticado em um minibote inflável, onde a pessoa se posiciona de braços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal da bóia e os pés na parte final da dela, já praticamente na água. É também conhecida como *acqua-ride*. Uma possibilidade seria oferecer esse atrativo nas propriedades rurais com rios, como os de Pirenópolis.

Outras atividades aquáticas como a Canoagem, atividade praticada em canoas e caiaques, Kitesurfe, atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes, ou o *Windsurfe*, atividade praticada em ambientes

aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela, já são mais conhecidas e ganharam adeptos aqui no DF. Só não são divulgadas como atrativos turísticos da cidade para quem vem de fora.

Outra atividade bem explorada é o *rafting*, que é a descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis. Em Cocalzinho, várias agências de turismo já oferecem pacotes com a prática, inclusive com grupos saindo todo fim de semana de Brasília²⁰.

Já as atividades no ar, quase não são exploradas nas cidades margeadas pela Estrada Geral do Sertão. A cidade mais próxima que faz balonismo, por exemplo, é a Chapada dos Veadeiros. Balonismo é a atividade aérea feita em um balão de material anti-inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto. O Paraquedismo, salto em queda livre com o uso de paraquedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião, é mais comum em Anápolis.

3.3 - Os ciclistas e a Estrada

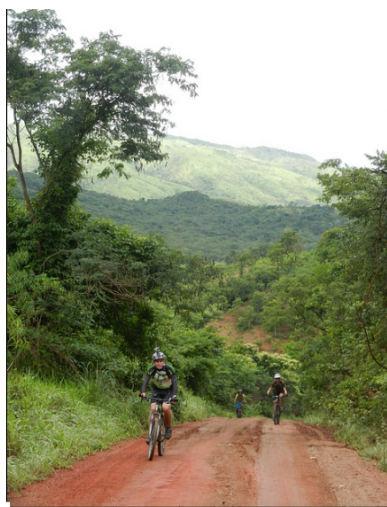
Dentre todas as atividades do segmento de Turismo de Aventura, uma se destacou – o cicloturismo. Há cerca de 10 anos, os grupos de ciclistas ganharam força, visibilidade e novos adeptos. Anteriormente, apenas atletas ou grupos isolados e pequenos costumavam pedalar pelas trilhas que cortam o DF. Com o surgimento do grupo Rebas, formado por pessoas de idades variadas e de ambos os sexos, o esporte se popularizou.

O grupo não tem fins lucrativos, não visa competições, são apenas pessoas comuns apaixonadas pela bicicleta, pela natureza, pela aventura, pela solidariedade e por superar desafios. O Rebas do Cerrado é um grupo Mountain Bikers, ou seja, andam geralmente em trilhas e não no asfalto.

²⁰ <http://www.itakama.com.br/>.

Segundo o *site* do Rebas²¹, o grupo é aberto e não é preciso ser atleta e nem ter um equipamento de ponta para se tornar um membro. O objetivo é proporcionar condições e um clima favorável para que qualquer pessoa que goste de bicicleta sintam-se amparada e motivada a enfrentar o desafio de realizar uma trilha, sem a preocupação com o seu desempenho.

Figura 25 - Grupo do Rebas na Fercal



Fonte: <http://www.rebasdocerrado.com.br/>

O Rebas já ultrapassou a quantidade de 3.000 membros e está posicionado em 1º lugar na categoria *Mountain Bike*, em número de associados no *site Yahoo*. Os passeios são feitos todos os domingos, pelas manhãs, pelas mais variadas trilhas do DF.

O mais interessante é que de lá, novos grupos são formados. São pessoas que se conhecem nas trilhas, criam afinidades, estão no mesmo nível de preparo físico e acabam pedalando juntos durante outros dias da semana. Existem várias ramificações do Rebas, que ganham novos nomes e identidade própria, mas sempre com o espírito de não competir e agregar mais adeptos ao esporte.

São pessoas interessadas em aproveitar a viagem, tanto que foi criado o termo *cicloturismo* ou *cicloturismo*. O *cicloturismo* é uma forma de turismo que consiste em viajar utilizando, como meio de transporte, uma bicicleta. Maneira considerada saudável, econômica e ecológica de se fazer turismo.

²¹ <http://www.rebasdocerrado.com.br/index.php>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

De acordo com um dos maiores *sites*²² especializados em cicloturismo no Brasil, a bicicleta causa uma ligação diferente com as pessoas, pois a recepção dada a um cicloturista é mais calorosa do que se o viajante chegasse em outro meio de transporte. Sabe-se que não é uma atividade fácil, para praticar esta modalidade é necessário algumas precauções para não sofrer contratemplos na estrada, kits de reparo de câmaras de ar, ferramentas de ajustes e manutenção de freio entre outras peças da bicicleta. Hoje, contamos com diversos grupos espalhados por várias cidades do Brasil, que geralmente marcam eventos, passeios e viagens através de redes sociais combinando data horário, e apresentando todo o roteiro da viagem assim como as recomendações básicas para o cicloturismo ocorrer de forma segura e tranquila.

O tipo de bicicleta utilizada para uma viagem deve ser, além de confortável, forte e em bom estado; deve permitir que se percorra qualquer tipo de piso, ou seja, asfalto e terra. A bicicleta necessita de revisões periódicas, no mínimo uma vez por mês, devendo o cicloturista ter noções básicas de como montá-la e desmontá-la, aprender a trocar ou consertar a corrente, regular freios e trocar marchas.

²² <http://www.olinto.com.br/>. Acesso em: 30 de maio de 2015.

Figura 26 - Cicloturismo na área rural de Brasília



Fonte: Marcos Silva

Até algum tempo atrás, o costume e a cultura de pedalar, no Brasil, esteve ligado às pessoas que não possuem carro. Hoje, diversas classes sociais fazem uso da bicicleta como meio de transporte, fugindo do trânsito caótico nas grandes cidades. Grande parte dos ciclistas também optam pela bicicleta, como meio de transporte, por ela não poluir o meio ambiente. Há duas modalidades básicas de cicloturismo: de forma autônoma e com suporte. Viajar com autonomia pode ser praticado tanto solitariamente como em grupo. Nesta modalidade a(o) viajante leva consigo tudo o que precisa na viagem, normalmente nas bolsas específicas para bicicleta chamadas alforjes.

Na modalidade com suporte, geralmente a(o) viajante contrata o serviço de uma operadora, que organiza o roteiro, hospedagem e alimentação, normalmente transporta os pertences da(o) viajante e oferece serviço de guia. Hoje, projeto semelhante ao que está em desenvolvimento aqui no DF é o feito por uma empresa do Rio de Janeiro e Minas Gerais na Estrada Real.

De acordo com o *site*²³ da empresa, a cicloturagem Pedal Real é realizada 3 vezes por ano. O percurso Diamantina a Paraty dura seis dias e foi dividido em 3 etapas sendo: 1ª etapa Diamantina a Ouro Preto, 2ª etapa Ouro Preto a Carrancas e 3ª etapa Carrancas a Paraty. Cada etapa é realizada separadamente em datas distintas durante o ano. O pacote inclui carro de apoio com água, isotônico, frutas e *bike* reserva, hospedagem, alimentação, guia e camisa do evento. É organizado e guiado por quem conhece bem a Estrada Real e já produziu um guia especializado para a cicloturagem na E.R de Diamantina a Paraty. E este é apenas um exemplo. Esses novos adeptos do *mountain bike* decidiram conquistar mais trilhas. Começam a mapear e procurar novos trajetos.

3.4 - Sobre o ciclista como um ser viajante

E quem são esses ciclistas que gostam de trilhar novos caminhos, senão o próprio estrangeiro errante proposto por Maldonado (2004), aquele que deixa sua terra e sua memória em busca de outras, é movimento puro, que escapa sem subtrair-se. Aqui podemos ainda assimilar o deserto descrito percorrido pelo estrangeiro de Maldonado, com o Sertão cortado pelo ciclista, afinal eles vão rumo ao aberto, onde pode-se ouvir o eco de trânsito nômades, fantásticas projeções de um movimento que apaga o cetro, a segurança, a proteção, o poder.

E, assim como o estrangeiro de Maldonado se encontra neste outro lugar, como remete o trecho abaixo, nossos ciclistas entrevistados se encontram no sertão.

Rostos de uma face a face que possibilitam o que o pareciam ameaçar. Essa relação consigo próprio no outro, esse estamos juntos como separação, esse por-vir que não acalenta esperanças, este ad-vento que só se faz e-vento ao permanecer imprevisível: eis o verdadeiro infinito. E de onde vem meu irmão, o estrangeiro (MALDONADO, 2004, p. 33),

²³ <http://www.institutoestrada-real.com.br/planeje-sua-viagem/pacotes/cicloturagem-pedal-real2>

Como detalha Paulo Amorim, é pedalando que eles conhecem mais de si e da própria história,

faz as pessoas de qualquer perfil terem vontade de pedalar e conhecer o centro-oeste né? Mostrar esse outro lado de Brasília, acho que, quem não pedala hoje realmente não conhece Brasília. O Distrito Federal verdadeiramente, conhecendo o cerrado, a natureza e tudo que tem aqui em volta. A gente tem pontos aqui de trilha que são muito próximos das cidades, 5, 3 km, às vezes. Quando você conhece chega a assustar do tamanho da riqueza que tem natural (Paulo Amorim, 21/05/2015).

E assim com lemos na descrição do explorador, esses ciclistas só têm um objetivo “a ideia é a de que é preciso sair para voltar trazendo um pouco daquilo que Blanchot chamava de “o fora eterno” (DEGUY, p.127). É também o viajante de Onfray, aquele que

concentra estes tropismos milenares: o gosto pelo movimento, a paixão pela mudança, o desejo ardoroso de mobilidade, a incapacidade visceral de comunhão gregária, a vontade de independência, o culto da liberdade e a paixão pela improvisação (ONFRAY, 1959, p. 13).

Isso pode ser visto no trecho da entrevista em que Paulo Amorim (21/05/2015) cita:

“o amador vai querer eternamente prosseguir nessa caminhada de conhecer e explorar novos lugares. E tem uma galera que está cuidando disso, de explorar. Ver novas trilhas e histórias do DF, essas coisas assim, pontos diferentes do Distrito Federal. Tem uma galera assim, são muitos grupos que tem um perfil ou outro, que tem interesse maior nesse sentido”.

E nesse pedalar, como podemos fazer uma analogia com Onfray, o corpo armazena imagens transformadas em ícones. E o triunfo do Desafiando limites, não é tanto o blog, os vídeos ou fotos, mas os relatos da viagem, “entre o mundo e nós, intercalaremos prioritariamente as palavras” (1959, p.23). Neste sentido, Paulo Amorim (21/05/2015) detalha, “são pessoas que todo fim de semana, eles estão buscando percorrer esse cerrado de e inventando novas trilhas e semanalmente eles fazem isso, inventado nomes também diversos para as trilhas”.

Da mesma forma, não é possível registrar em vídeos a experiência de romper uma trilha mística como a do Desafiando Limites. Afinal,

a viagem, de fato, é uma ocasião para ampliar os cinco sentidos: sentir e ouvir mais vivamente, olhar e ver com mais intensidade, degustar ou tocar com mais atenção – o corpo abalado, tenso e disposto a novas experiências, registra mais dados que o de costume (ONFRAY, 2009, p.49)

Figura 27 - Participantes do Desafiando Limites, 2013



Fonte: Divulgação

E nesse percurso, os ciclistas não estão nem na Estrada Geral do Sertão antiga, nem em trilhas da Capital. Criam um lugar diferente, vivenciam e se transformam também, numa espécie de hibridismo proposto por Bhabha (1994). Para o autor indiano, o hibridismo subverte o conceito de origem ou identidade pura através da ambivalência criada pela negação, variação, repetição e deslocamento. É também imprevisível. Mas o autor adverte, em trabalhos posteriores, que não é nem o Eu, nem o Outro. Bhabha repete numerosas vezes essa descrição intrigante do hibridismo:

é menos que um, e o dobro", provavelmente referindo-se às suas características discursivas como parciais. Esses traços do hibridismo fazem com que este transgrida todo o projeto do discurso dominante e exija o reconhecimento da diferença, questionando e deslocando "o valor do símbolo para o sinal (BHABHA, 1994, p.113).

Mais à frente, os ciclistas relatam que o percurso sempre surpreende, nunca é o esperado. Sobre isso, Paulo afirma que geralmente eles começam a pesquisar trilhas novas em mapas ou em aplicativos na *internet* que podem visualizar o terreno, em seguida partem para o campo.

"A gente vai para a prática, percorrendo aquele percurso, vendo se dá certo. Muitas vezes temos que atravessar morro que a gente não imaginava que era possível, porque a gente começou ali no *Google*, a gente não tinha uma visão real do que realmente era, e vai brincando assim. Muitas vezes acaba sendo um risco, se há uma trilha nova dessa forma".

Ele afirma, entretanto, que na maioria das vezes o grupo tem êxito. Isso faz com que eles continuem buscando novos caminhos. Sobre essa questão, relata que "todo final de semana no DF tem grupos que estão. São pessoas que estão explorando essa região, e criando novas trilhas, é diariamente na verdade".

Essa vontade em nunca parar depois que você se põe a caminho é vista em Onfray, quando este afirma que o nômade mal você retorna de uma viagem e já está pensando na próxima, tem certeza que a recente não será a última. A menos que a morte encontre tal nômade, a busca termina no momento do último suspiro, afinal "a

paixão da viagem não abandona o corpo de quem experimentou os venenos violentos do despaisamento, do corpo ampliado, da solidão existencial, da metafísica da alteridade, da estética encarnada.

E assim, como o viajante, Paulo conta que o lugar também se transforma, nesse processo: “Você divulgando isso, divulga o lugar também, não é apenas, não é só transporte, não é só aventura. Você acaba descobrindo um lugar, uma história, você acaba promovendo uma região que antes estava esquecida”. Na esteira de Onfray (2009, p. 39):

O entremeio gera assim uma geografia particular, nem aqui, nem alhures, uma história nova, nem enraizada, nem atópica, um espaço novo, nem fixo, nem inapreensível, uma comunidade nova, nem estável, nem durável”, seria aquele percurso feito pelos ciclistas um lugar de cruzamentos, onde ele “descobre algumas novidades metafísicas; as alegrias das comunidades potencialmente realizadas na insignificância vivida em comum, a prática da duração como um escoar assombroso, a impressão de habitar um local inteiramente produzido pela velocidade do deslocamento.

E esta alegria das comunidades potencialmente realizadas na insignificância vivida em comum é o que este ciclista mais tem prazer em encontrar no caminho. Paulo relatou uma viagem do grupo à Chapada dos Veadeiros, margeando e entrando em vilarejos onde nem a energia elétrica havia chegado. E lá, eles encontraram moradores com vidas simples e que despertaram neles uma visão diferente de mundo. Hoje, buscar locais com comunidade com perfis que não sejam comuns aos deles é um pré-requisito:

“Na Chapada a gente tem contato e dorme em algumas vilas assim, que o contato que o pessoal tem com o pessoal de fora é mínimo, uma das grandes vontades que a gente tem de pedalar, em explorar é sim conhecer, o pessoal do interior né? Ter esse contato com o pessoal, que tá muito no interior. Na volta da chapada tem cidades que não tem energia elétrica e contam só com rios durante todo o percurso” (Paulo Amorim, 21/05/2015).

A vontade de romper com a superficialidade dos encontros casuais que permeia a vida moderna seria um dos fatores mobilizadores da jornada turística rumo à intimidade dos nativos visitados.

E foi nessa busca por locais e comunidades isoladas, que um dos ciclistas do DF, Sergio Gusmão, descobriu a Estrada Geral do Sertão. Ele sempre diz que a bicicleta abre portas:

“É diferente de você estar dentro de um carro que eu falo que você está dentro de um casulo, né? Então quando você para a bicicleta, você está viajando de bicicleta e para em algum vilarejo tem aquela curiosidade de ‘de onde você vem?’ ‘Pra onde você ta indo?’ ‘Quanto tempo você demora?’ ‘E se furar o pneu?’ ‘E se quebrar uma corrente?’ ‘Como é que cê come?’ Então tem esse elo, ele acaba quebrando, não existe essa diferença de você chegar num carro bonito, então o pessoal vão te olhar um pouco mais onde a bicicleta não, a bicicleta te abre portas, né? Quem viaja sabe disso, né? Quem viaja de bicicleta sabe que quebra. Não existe isso, é aberta, a sua porta ta aberta pra recepção, as pessoas vão chegar, vão te perguntar e se duvidar você dorme até na casa da pessoa nem precisa completar a viagem naquele dia, né?” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Parte do esquecimento da história do Planalto Central é com eles, pouco a pouco, desfeita. Aqui, vale ressaltar a diferença entre história e memória. Segundo Halbwachs (2006), a diferença entre história e a memória é o fato da primeira se prender a calendários e fatos. Assim, o tempo da história é homogêneo, não é o tempo dos múltiplos grupos que compõem o social, o que o torna exterior aos indivíduos. Já Pierre Nora nos apresenta inúmeras diferenças:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico.

A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une [...] há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

E esses grupos acabam por fazer uma memorização. Fazendo uma trilha na parte norte do DF e conversando com moradores antigos da região, Sérgio começou a capturar alguns desses fragmentos e decidiu ir atrás de mais informações. Ele relata que

“foi ai que pesquisando, dando uma lida, pesquisando na net e tudo, vi que tinha a estrada colonial, então eu fiz primeiro de carro, fiz um levantamento da estrada, do percurso que liga Girassol à Pirenópolis e vi que tinha potencial pedal-história, né? Então por que não unir a parte histórica com pedal? Então a gente fala o ciclocultura, né? Pedalando pela história do Brasil e então surgiu o Desafiando Limites – Estrada Colonial” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Figura 28 - Participantes do Desafiando Limites



Fonte: Divulgação

Sérgio sempre teve vontade de procurar novos percursos, como o nômade de Onfray, ele tem paixão pelo novo. São pessoas que acreditam que a geografia do planeta vale em primeiro lugar pela diversidade, pela diferença. E é preciso contemplar o local, tanto que Sérgio explica que não se trata de uma competição, vejamos:

“Bom o evento Desafiando Limites, ele não é uma competição, ele não tem conotação de competição, é uma cicloturagem. O que é uma cicloturagem? É você viajar de bicicleta a um ponto à outro. Então surgiu essa ideia de levar as pessoas pra pedalar de uma forma mais segura, que pudessem completar entre 80 a 100km, fazendo uma cicloturagem com toda a segurança, um carro de apoio, com pontos com água, frutas, com o básico que a gente necessita numa viagem, né?” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

O Desafiando Limites, ou simplesmente DL, é hoje uma das principais jornadas ciclística do DF. É meta para quem está começando, um momento de superação, de autoconhecimento, de testar limites e de apreciar e conhecer locais

diferentes, o que Labbucci (2011, p. 10) já citou em seu livro sobre o caminhar: “o homem descobre no mundo apenas aquilo que já tem dentro de si; mas precisa do mundo para descobrir aquilo que tem dentro de si”. Pôr-se a caminho sempre significou um revolvimento em direção a si mesmo e ao próprio mundo.

E elas buscam isso no DL pela mística que hoje o passeio tem. Elas entram em contato com a trilha antes mesmo do deslocamento, através dos diferentes relatos, por meio de fotos, páginas na internet, mas, principalmente, pelo intermédio que quem já fez o trajeto e que levam os mais variados sentimentos de lá. Sérgio detalha um pouco dessas experiências,

“É muita coisa. Só de pedido de casamento no DL já teve mais de 10, impressionante. Na chegadas as pessoas pediam “Posso pedir minha namorada em casamento?” ai pedia em casamento. Já teve vários, várias histórias. São pessoas que eram obesas, que fizeram o Desafiando Limites por não ser uma competição se encorajaram pra fazer quase 100 km, e no outro ano fala “oh peguei e emagreci quase 100 kg, quase que 30 kg” “comprei uma bike nova”. Cara tem pessoas que dizem que o DL mudou a vida delas. São casais que estavam meio brigados antes do DL, através do pedal se uniram mais ainda e hoje continuam pedalando, ai chamou os filhos pra pedalar e ai tá todo mundo pedalando. Então o bacana do Desafiando Limites é isso, ele pra cada pessoa ele tem um toque, é impressionante, sabe?” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Nesses deslocamentos, o ciclista sente na pele o sol, a chuva, tem noção do espaço e do mundo com o próprio corpo. Consegue sentir o cheiro do Cerrado, os efeitos do clima. São pessoas que não acreditavam que conseguiriam rodar 100 km, mas que se superam; ou que não fizeram mesmo o trecho todo, mas que mesmo assim recebem a medalha e saem de lá satisfeitos com o passeio.

Na primeira edição cerca de 400 pessoas participaram do evento, descobrindo um lugar e a si mesmos, com o espírito de aventura, sem o qual não se coloca a caminho,

“todo percurso novo gera um pouco de dúvida, né? Para algumas pessoas. Mas foi bacana, na primeira edição do Estrada Colonial nós tivemos, acho que, 400 participantes, né? E todo mundo se apaixonou, porque é uma estrada muito bonita, né? A Estrada Colonial. Você passa por divisor de águas, passa por Mamoneiras,

que é uma cidadezinha que era uma currutela onde paravam os bandeirantes, aquela parada toda. E pelo tratado... pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, e assim você vai preenchendo com a própria história, né? O percurso” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Alguns dos ciclistas que fazem o percurso acabam por querer saber mais sobre a estrada. Os ciclistas ficam intrigados como o local onde eles habitam tem histórias que eles desconhecem. O turismo, no caso em debate aqui, o cicloturismo, acaba ampliando esse poder de atração que a novidade possui. As pessoas deixam de deslocar-se no território para percorrer o território. Sérgio então indica livro e páginas na internet onde eles podem começar a aprofundar sobre o tema. Como explica Wainberg (2002), Sérgio seria um animador dessa jornada,

O turismo é um movimento em larga escala, no qual os seres humanos realizam uma caminhada peculiar: os animadores dessa jornada administram o tempo de sua duração e exercem sobre ela controles variados a fim de obterem resultados compatíveis com a reanimação de tal fluxo (WAINBERG, 2002, p.50).

Vale ressaltar que a Estrada Geral do Sertão passa por cidades bem conhecidas de quem mora no DF e no Entorno, mas que parecem cobertas por uma névoa. Sérgio conta que

“era um local que já existe desde 1880, então é um local, e pela linha imaginária de Tordesilhas, que você faz uma marcação no GPS, e você sabe mais ou menos o local exato da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, né? Ai ali você tá passando e conta a história que, né? Ai dividiu, dividiu nosso Brasil, Portugal e Espanha dividiu o Brasil através do tratado de Tordesilhas. Então assim, e, é a estrada, é vegetação, é o cerrado, né?” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Figura 29 - Grupo de ciclistas da Trilha Caliandra



Fonte: <http://www.rebasdocerrado.com.br/>

É o nosso cerrado do cotidiano, mas que ganha um novo significado, como explica Wainberg (2002, p. 50),

O turismo autoriza assim um encontro com a tradição, com as raízes profundas que explicam e dão sentido ao mundo. O encantamento de tal jornada provém dessa virtude de se poder romper em alguma medida com a alienação e a superficialidade do cotidiano.

É neste contexto que o ciclista contribui para a preservação de memórias da região, ao romper com a superficialidade do cotidiano. A transformação de uma memória coletiva em um produto por meio de um roteiro turístico envolve todos os agentes, gera emprego, renda e autoestima, transformando aquela memória da falência e do abandono em lembranças de riqueza, aventura e fantasia. E são esses os sentimentos evocados pelos cicloturistas ao fazer o pedal de contemplação, que é o nome dado a este tipo de atividade,

“Até arrepia! Quando você se apaixona, você se apaixona né... é muito bonito. Se você conhecesse esse pedaço de Girassol à Pirinópolis ele é muito bacana. E é gratificante você conseguir de alguma forma uma... Através do esporte tentar passar pras pessoas uma parte da história do nosso Brasil, do nosso cerrado, nosso Goiás, né? Do interior. Então assim... é bacana, é bacana. Envolve. Quem faz o Estrada Colonial, se você conseguir se envolver com o pedal e a história em si, aí que você nem sente o pedal, vai curtindo” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Neste trecho percebemos o envolvimento dos ciclistas com a história e com as pessoas que viveram e passaram por lá antes. Como afirma Walter Benjamim, somos impelidos por um sopro de ar que envolveu nossos antepassados e o passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento da sua conhecibilidade

existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém na terra esteve à nossa espera. Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior à nossa, uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BENJAMIN, 2002, p. 242).

E com os ciclistas, essa força é ainda maior, uma vez que, como explica Sérgio, a bicicleta tem o poder de aproximar nós de nossos antepassados:

“Você conversa com as pessoas, você vai saber que de repente aquela pessoa que ta ali na vendinha, o avô dela era um bandeirante, era uma pessoa que tinha uma quitanda na época da estrada, então cê vai esmiuçando aquilo, vai conversando com as pessoas e vai vendo, o por quê surgiu a igreja, e por quê aquele córrego chama isso, nome tal? E cê vai, por quê Mamoneiras? Ah, chama outro nome, e cê vai... é dessa forma, né? Que as pessoas, historiadores fazem, é perguntando pras pessoas locais, pros locais, e cê vai descobrindo. É muito bacana” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Nesse contexto, os ciclistas serviriam como uma ponte, guardiões de memórias e viajantes, pastores, estrangeiros, narradores, que passam parte do que aprendem da história e ainda têm muito por descobrir.

Sérgio afirma:

“Nosso centro-oeste aqui, nosso Goiás tem muita coisa pra explorar. Estrada Colonial é um dos, né? Fortes. Mas tem muita coisa, muito potencial, como tem no restante de... em outros estados, né? Que já ta bem difundido essa parte de cicloturismo. Aqui em Brasília ainda tá... por ter uma facilidade muito grande de ter acesso às trilhas ainda as pessoas estranham ainda quando você faz um pacote e cobra por isso pra oferecer esse tipo de serviço, porque é muito fácil o acesso ainda, mas quem mora em Brasília sabe nesses últimos 10

anos, esse “bum” que deu Brasília no entorno, as trilhas estão ficando cada vez mais afastadas, então está começando a ter essa necessidade de você ter algo mais...” (Sérgio Gusmão, 21/05/2015).

Figura 30 - Grupo pedalando na área rural de Brasília



Fonte: Bárbara Lins

E para dar continuidade a estas redescobertas, sempre teremos os mais desbravadores, como Paulo relata:

“assim como tem os que querem chegar primeiro, querem fazer um percurso mais rápido, têm aqueles que vão com calma tem o perfil

mais explorador. Querem marcar trilhas. São os que inventam as trilhas que posteriormente todo mundo vai usar. São geralmente os mais lentos mesmo, param a trilha, fazem marcação. Vendo no GPS se o percurso era aquele mesmo. Então tem esse perfil exploratório. E ainda bem que existe em todos os grupos, se não as trilhas não existiram também” (Paulo Amorim, 21/05/2015).

3.5 – Turismo e comunicação

Como forma de contar parte dos fragmentos de memória da Estrada decidimos montar uma reportagem com depoimento de ciclistas que têm uma forte relação com a Estrada e a de um historiador que, há muito, pesquisa sobre a mesma. Nossa decisão foi baseada do fato de entendermos que a Comunicação pode colaborar com o desenvolvimento turístico de uma região.

Vivemos em uma sociedade globalizada, onde a informação é peça chave para manutenção do sistema. Todo fato está ligado e geralmente tem consequências além da região onde está situado. Neste turbilhão de informações, dados, imagens e sons, é importante analisar o que é noticiado e como isso é feito. Mais importante do que o fato em si é se ele será transmitido e como será traduzido e enviado para todo o mundo.

É nesse cenário de globalização, que os veículos de comunicação têm o papel de traduzir o mundo, como uma espécie de intermediadores culturais. Desde o início desse processo, a maioria esmagadora das informações cumpria o fluxo norte-sul, leste-oeste. Tal fluxo cria uma monopolização das mentes, uma outra colonização, desta vez no plano das ideias. Quem detém o poder de informar, escolhe o que o público vai ver, saber, conversar.

Consideramos que os meios de comunicação de massa sempre foram utilizados como instrumento de disputa do poder global, e especialmente de manutenção de posições hegemônicas. Qualquer pessoa que possua poder, seja político, econômico ou religioso, entende que é preciso controlar as informações. Apesar das comunicações terem acompanhado mudanças tecnológicas e geopolíticas, pouca coisa mudou nesse sistema de controle da informação. Ainda

hoje, em grande parte do mundo, os veículos de comunicação servem para ditar o comportamento das pessoas.

A comunicação possui natureza interdisciplinar. A heterogeneidade dos aportes teóricos é uma das características da área, visto que a comunicação é meio, não fim. Além disso, as próprias ideias inerentes ao conceito da comunicação humana, que é compreendida como um processo e fenômeno social, estimulam a interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento, como a sociologia, a psicologia, a semiótica, entre outras. Por isso, há dificuldade em delimitar o objeto de estudo da comunicação.

Existem pesquisadores que entendem que qualquer processo envolvendo um emissor, uma mensagem e um receptor, pode ser entendido como comunicação. Temos como exemplo Juan Bordenave (1991), que entende que a comunicação não é composta apenas pelos Meios de Comunicação Social. Ela é composta pelos atos de comunicação que um homem realiza, desde quando se levanta de manhã, até quando deita-se à noite. Os atos de comunicação incluíram-se, portanto, não só palavras e gestos, mas também os movimentos do corpo, a roupa que veste, os olhares. Apesar deste conceito não ser o mais utilizado pelos pesquisadores do campo, vamos aprofundar tal conceito para poder ter dimensão da importância da comunicação para o turismo.

Em seu livro, *O Olhar do Turista* (1996), referência obrigatória para os cursos de graduação e pós-graduação em Turismo, Urry diz que esse olhar do turista é direcionado por diferentes padrões sociais, sensibilizados por elementos visuais, configurados como objetos capturados, reproduzidos e recapturados por imagens, de maneira incessante. É, ainda, construído por signos. Os turistas são como um exército não declarado de semióticos, que se inflamam à procura dos sinais, das demonstrações. O turista busca por esses objetos construídos, ordenados por hierarquia mutante complexa, dependente do inter-relacionamento, da competição de interesses envolvidos no fornecimento e nas suas distintas preferências do visitante. A amplitude da obra faz com que ela seja indispensável nas discussões sobre os temas abordados nesta dissertação.

Urry discute o papel da comunicação, pois, para ele, é difícil conceber a natureza do turismo contemporâneo sem compreender como as atividades são literalmente construídas em nossa imaginação pela propaganda e pela mídia.

De modo geral, os meios de comunicação produzem um campo simbólico complexo, que institucionaliza normas de conduta, valores, comportamentos, criando, desse modo, imagens específicas e representações de comunidades e de cidadãos singulares, em função do modo como enunciam acontecimentos.

Apesar deste não ser nosso foco, usaremos o autor para debater outro aspecto da comunicação, já citado, que é o fato de ela poder ser usada para diferentes fins e, de igual modo, que é preciso compreender as ferramentas para usá-la, de sorte que contribua para construção de uma sociedade mais justa, uma vez que, para Bordenave, um melhor conhecimento da comunicação faz com que as pessoas adotem posição mais crítica e exigente em relação ao que deveria ser a comunicação na sua sociedade.

Buscando uma homogeneização, pesquisadores, a exemplo de Luiz Cláudio Martino (2007), têm tentado fechar o leque sobre o que é comunicação, entendida como ciência. O autor desconstrói, uma a uma, as principais interpretações que podem contribuir para a dispersão do sentido. Ele destaca que a predominância dos estudos tende a ser os meios de comunicação de massa e, mais recentemente, as mídias digitais. Assim, o período de maior desenvolvimento e popularização dos meios de comunicação de massa, o século XX, coincide com o período em que a comunicação se consolida como ciência autônoma, apesar de manter as inter-relações com outras áreas do conhecimento. Nos processos comunicacionais, os diferentes sujeitos retecem as teias de significação, prendem-se a elas e por elas são retecidos (GEERTZ, 1989).

A expressão “comunicação turística” será encontrada inicialmente nos anos 1990, na França, como título de um pequeno livro que se esgotou e não foi reeditado até o presente momento. Atualmente, ela tem ganhado espaço cada vez maior, uma vez que

o acirramento da concorrência entre as destinações turísticas, provocado pela revalorização dos atributos naturais e culturais de cidades e sítios, que se somam às listas cada vez mais extensas dos locais de turismo. Ações de promoção e difusão se impõem como condição de êxito. Há que se investir na imagem, encontrar as singularidades, as vantagens, a “diferença” - a marca distintiva do lugar que o faz especialmente atrativo (VOISIN, 2004, p. 4)

Beni já dizia que um lugar não é convidativo apenas pelas suas belezas naturais ou potencial econômico. Um lugar se torna competitivo quando ele sobrepõe a barreira do imaginário e, se torna, ele próprio, produto turístico. Legitima essa afirmação ao dizer que “não existem países turísticos competitivos, mas produtos turísticos competitivos” (BENI, 2001, p.54).

Os meios comunicacionais são, em geral, tratados em trabalhos de *marketing* e propaganda, nos quais a comunicação é vista em seus efeitos mercadológicos. Mas não é só a questão comercial que tange a relação entre turismo e comunicação. Existe na comunicação turística a troca de imagens identitárias de um território, relação entre diferentes culturais, vislumbre da memória coletiva de um grupo, e isso reflete o olhar que as comunidades receptoras dirigem a si mesmas diante dos visitantes e delas próprias, assim como esse visitante pode acessar aquela comunidade e, vendo o diferente, também se olhar.

A principal forma de representação de espaços é por meio da formação de imagens do local. Gastal (2005) lembra que, antes mesmo de se deslocarem para o destino turístico, as pessoas já entraram em contato com ele visualmente, por meio de jornais, folders, revistas, internet ou filmes. Do mesmo modo, já terão despertado imaginários, porque terão sentimentos, alimentados por amplas e diversificadas redes de informação.

Em suas pesquisas, Gastal afirma que vivemos em uma sociedade da imagem, na qual a estética marcaria todas as instâncias da vida, aí incluído o turismo. Também é saturada por sofisticado acervo de memória disponibilizado pela fotografia, pelo cinema e pela televisão, criando imaginários pessoais. Referência em marketing, Kotler (1995) também afirma que a imagem do local é a soma das crenças, das ideias e das impressões que as pessoas absorvem dele. Diz ainda que a imagem é uma opinião pessoal que varia de pessoa para pessoa.

Como comunicar é transmitir, receber, trocar, compartilhar palavras, pensamentos e emoções. É possível afirmar que no turismo pratica-se comunicação do início ao fim da prática. De acordo com Castelli (2010, p. 169),

Os bens e serviços turísticos foram expostos em uma grande vitrine mundial, durante 24 horas, podendo ser acessados pelas pessoas em qualquer parte do mundo, em apenas alguns segundos.

Com isso, é mais fácil conhecer usos e costumes de outras comunidades por meio dos meios de comunicação.

Dentro da abordagem discutida por Castelli (2010), existem várias formas de comunicação no turismo e esta é percebida, em especial, pelas formas mais clássicas, que são as comunicações verbais e não-verbais. A verbal se dá, por exemplo, quando uma recepcionista dá as boas-vindas ao seu hóspede, quando emissor e receptor estão frente à frente. É também a escrita, quando um folheto é posto à disposição do turista. Na não-verbal temos a linguagem corporal, com gestos e expressões faciais, e a visual, com a aparência de uma fachada de hotel, por exemplo.

Na linguagem falada é necessário ter cuidados especiais com o vocabulário e o tom da voz. No caso da recepcionista, por exemplo, quais palavras podem expressar melhor o acolhimento que se dará a um hóspede, se estão usando o vocabulário adequada para a ocasião e se estão de acordo com o ambiente. Um hotel mais despojado não precisa usar as mesmas palavras formais de um hotel mais tradicional com expressões mais requintadas e refinadas. Mas os dois da mesma forma têm de ser hospitaleiros, sabendo qual vocabulário usar. Palavras claras e objetivas são ótimas opções.

Tão importante quando a escolha das palavras, é o tom que nós as usamos. Em nada adianta usar bom dia, por gentileza ou obrigada, se o tom de voz diz exatamente o contrário. Nossa fala tem emoção e sentimentos que devem ser dosados ao receber o outro. Quando o tom é adequado e agradável, fica mais fácil compreender a mensagem. Não há ruídos, nem mal entendidos.

O processo de aproximação também se dá pela linguagem escrita. Um documento, por exemplo, redigido sem atenção, com palavras e formas de tratamento inadequadas são entendidas como deslizes. Um folder, de um hotel, que palavras de acolhimento devem trazer e quais informações devem ser passadas para não haver erro de comunicação são alguns desses cuidados. Assim como uma atenção especial ao cliente, como quando avisos são deixados de forma atenciosa num bilhete simples. E seja no e-mail, num site, fax ou carta, pede-se agilidade. A

falta de respostas ou respostas dadas com demora, são vistas como respeito e falta de atenção.

A linguagem corporal, por sua vez, manifesta-se por expressões faciais, olhares, gestos e até nos movimentos dos dedos. A roupa, os adereços e a maquiagem também entram. Gestos, movimentos e vestuário traduzem o que a pessoa sente em relação a si mesmo e aos outros. Um porteiro, que se antecipa para abrir a porta para um cliente de um restaurante com um sorriso no rosto demonstra respeito e consideração por ele.

Por fim, a linguagem visual é expressa por meio de pinturas, ilustrações, e outros meios de visualizações, como placas. Folders, avisos, banners e até as fachadas devem ser claras, mas precisam ser iguais. O melhor é que estejam de acordo com o público com o qual se deseja comunicar, seja ele um mochileiro ou turista a negócios. Uma sinalização incorreta, ou a falta dela, pode gerar inúmeros problemas que comprometem a qualidade da viagem.

Todos esses cuidados com a comunicação que se tem com o turista são importantes, já que a relação com o turista vai além da ação mecânica e pressupõe atenção ao outro. A comunicação pode contribuir para (re)definir os novos valores comportamentais observados na atividade turística.

Por fim, entendemos que a comunicação turística é toda aquela que se desenrola no âmbito das relações de turismo, nos mais diversos processos, suportes e contextos. Abarca toda comunicação que se materializa em situações formais e informais. Ultrapassa a fronteira das ações e planejamentos e pode ser realizada em diferentes fluxos de sentido. Pode estar na comunicação entre turista e morador, turista e placas de sinalização, turista e guia, turista e site da localidade.

Parece improvável o turismo sem algum nível e alguma forma de comunicação. Pensa-se, aqui, nas diversas possibilidades de comunicação formal e informal, pública e privada, materializadas em distintos contextos, empregando diferentes linguagens, com intenções específicas e mediante grande variedade de mídias. Pode-se até dizer que o turismo existe pela e em comunicação. Turisticamente, um atrativo, um produto ou um destino somente existe se for comunicado, se os turistas forem informados de sua existência. Segundo Baldissera (2007, p. 9), a comunicação turística se baseia por:

Promover o propagar ideias; persuadir e seduzir visando o consumo de um produto/serviço; informar (os diferentes públicos de interesse, tais como: a imprensa, o poder público, a iniciativa privada, os turistas reais e os potenciais e a comunidade); forma (ações de comunicação que visam o desenvolvimento/qualificação de pessoas para atuarem na área ou servirem de suporte para a área); qualificar os relacionamentos e pré-dispor as ações de colaboração; visar o comprometimento das pessoas, sensibilizar/conscientizar. Pode ser de nível interpessoal, grupal ou de massa. Pode se realizar em presença ou midiaticizada.

Mas para esta pesquisa só iremos considerar comunicação, aqueles processos de comunicação que envolva um meio, um veículo de comunicação. Esta escolha se dá pelo fato de termos decidido fazer uma reportagem em forma de documentário. O vídeo documentário se caracteriza por apresentar determinado acontecimento ou fato, mostrando a realidade de maneira mais ampla e pela sua extensão interpretativa. Trata-se de um estágio evolutivo do telejornalismo. Mesmo que alguns autores reafirmem seu valor, observa-se que o vídeo documentário é um gênero jornalístico pouco explorado na mídia televisiva brasileira, sendo uma linguagem regularmente usada no cinema.

São poucas as bibliografias específicas existentes sobre o gênero, no que se refere a sua utilização como extensão jornalística de televisão. Entretanto, é consenso entre os pesquisadores, afirmar o aspecto pessoal do documentário que age sobre determinada realidade ao retratá-la, seja em vídeo ou em filme. Nesse contexto, a atuação do jornalista em produções documentais adquire o caráter autoral que se contrapõe à definição de jornalismo imparcial e isento, criticado por muitos profissionais da área.

Embora as definições sejam variadas nos aspectos de gêneros e tipos, a função do documentário é reconhecida com unanimidade pelos documentaristas que, acreditam no objetivo de estabelecer um elo de ligação entre os receptores da mensagem transmitida e o realizador da obra, de forma a permitir uma empatia capaz de proporcionar uma reflexão sobre os fatos cotidianos que lhes cercam. O documentário tem o objetivo de voltar a atenção dos espectadores para os fatos cotidianos e estabelecer uma ligação entre os acontecimentos. Verifica-se que essa

produção audiovisual possibilita uma diversidade temática, pois documenta assuntos relacionados desde a vida animal aos aspectos e tabus da sociedade.

Escolhemos o documentário também porque este permite uma nova estética na nova forma de utilizar as câmeras. A imagem não é mais limpa, estática, devidamente iluminada e sim a câmera na mão provoca oscilações, tremores, ela se locomove com o caminhar.

Em toda trajetória histórica do documentário, desde o início do século passado, os assuntos abordados no cinema ou na televisão sempre envolveram a realidade de determinados fatos ou pessoas. Com isso, reforça-se a teoria de que ele pode ser um importante instrumento para o conhecimento real dos acontecimentos, de maneira a compreender os mecanismos de construção daquela realidade.

A produção de documentários realizada por jornalistas evidencia a preocupação em utilizar um dos quesitos pouco empregados do lead: o porquê. Hoje transmite-se somente mini flashes das notícias selecionadas que, para serem transmitidas devem obedecer a rigorosos critérios de clareza, rapidez e possibilidade de fácil absorção, de modo que se dê ao telespectador a ilusão de que foi bem informado.

Diante disso, optou-se por realizar um documentário como forma de apresentar depoimentos sobre a Estrada Geral do Sertão. Documentário este que será publicado no canal de vídeos mais popular da internet, o You Tube, como uma forma de difusão deste conhecimento e dessas experiências.

O YouTube foi lançado em maio de 2005 para que bilhões de pessoas possam descobrir, assistir e compartilhar os vídeos mais originais já criados. O YouTube oferece um fórum para as pessoas se conectarem, se informarem e inspirarem umas às outras por todo o mundo, bem como atua como plataforma de distribuição para criadores de conteúdo original e anunciantes grandes e pequenos.

Acreditamos que ao publicar o vídeo no You Tube ganhamos um espaço mais democrático, uma vez que hoje é difícil romper o monopólio da mídia. Desde que o ser humano percebeu que para controlar um povo era necessário controlar a informação, criou-se uma busca incansável pelo domínio da Comunicação. Essa fonte de poder não foi descoberta agora. Há séculos xamãs, imperadores, reis e

faraós já entendiam a importância de controlar mentes. Entretanto, no último século essa ideia ficou mais clara e a informação ganhou outros donos.

No século XIX a comunicação se consolida como importante instrumento de manutenção da globalização. É desse período a criação do conceito de news como nós entendemos hoje. O conceito ganha forma com a criação das agências de notícias, que tinham a intenção de aproximar o mundo e transmitir informações do modo mais rápido possível. Desde aquele período as mais poderosas já firmaram um acordo e dividiram o mundo em blocos onde somente elas poderiam atuar, garantindo assim seu monopólio e predomínio na região.

Na década de 20, quando bancos, políticos, indústrias e até igrejas descobriram esse filão a busca pelo controle se intensificou. No Brasil, por exemplo, 80% do conteúdo veiculado nos meios de comunicação de massa é controlado por sete organizações. No restante do mundo é pior. Em 1990, Bem H. Bagdikian lançava o livro *O Monopólio da Mídia*, em que afirmava que cinquenta corporações dominam a maior parte da mídia mundial. As cinquenta pessoas que comandam essas corporações caberiam numa sala e formariam um novo Ministério Privado da Informação e Cultura (BAGDIKIAN, pág. 16). Hoje, dezoito anos depois, um levantamento do jornal *La Nacion* aponta que a sala poderia ter seu tamanho reduzido em 80% já que apenas dez multinacionais dominam a mídia. São elas: *AOL Time Warner, Disney, General Electric, News Corporation, Viacom, Vivendi, Sony, Bertelsmann, AT&T and Liberty Media*. Eles são responsáveis pela maior parte das vendas e das audiências de rádios, emissoras de TV, jornais diários, revistas, livros e filmes do mundo. Essas organizações exercem influência direta sobre o que devemos pensar e, muitas vezes, como pensar.

Elas pregam desde o início a liberdade de expressão comercial, ou seja, uma livre circulação de bens e mercadorias delas, é claro. Por mais que não aja uma maldade universal nos dirigentes dessas entidades, acreditamos que quando é necessário, os líderes das mesmas usam de seu poder para influenciar as ideias da maioria da população e assim defender sua causa. Eles utilizam os meios de comunicação para servir aos interesses e objetivos próprios. Isso tudo de forma muito sutil, dando ênfase ao que interessa e o que deve ser esquecido tratado de maneira breve. Por isso, uma das melhores formas de censura é simplesmente esquecer ou não dar importância a um determinado assunto.

Nesse esquema, de tão sutil que é a influência, nada precisa ser dito. Salvo raras exceções, os próprios empregados sabem o que o patrão espera deles e, portanto haverá a autocensura. Bagdikian nos mostra outra forma de manter o controle da informação.

As grandes firmas de comunicação não só podem ajudar umas às outras como podem também ajudar a si próprias. Quanto maiores são, maiores os mecanismos de que dispõem para promover seus próprios interesses. Entre esses mecanismos está o poder de deixar de fora notícias que poderiam reduzir seus lucros ou embaraçar a firma (BAGDIKIAN, Pág. 66).

Os meios de comunicação se tornaram um bom negócio. Além de serem lucrativos, têm o poder de influenciar, o que traz mais dinheiro e poder. Esse negócio geralmente é administrado por uma grande corporação multinacional que, como boa capitalista, tem investimentos diversificados. Elas estão relacionadas à indústria de informática, sistema bancário, seguros, refinarias, defesa e petróleo. A General Electric, por exemplo, é um importante prestadora de serviços para o setor de defesa. Ela fabrica e vende para o mundo todo sistemas eletrônicos, elétricos e nucleares e produz componentes de aviões e aeronaves. Em 1990 a Gulf + Western, dona da Paramounte da Pocket Books, era líder na produção de peças de automóveis, equipamentos militares aéreos, prospecção de petróleo, usinas nucleares e peças para mísseis.

Muitas empresas têm controle sobre diferentes mídias e alegam que isso trará opções mais variadas, enquanto na verdade vemos meios com assuntos e abordagens cada vez mais repetitivos. São fórmulas batidas que se perpetuam, pois conseguem atrair audiência para os anunciantes.

Estima-se que três em cada quatro notícias que se transmitem internacionalmente são manejadas pelas principais agências mundiais. (PIERMES, pág. 79). São grandes empresas de comunicação que transmitem vinte e quatro horas por dia dos mais variados tipos de informação.

A primeira agência de notícias foi a Havas, criada em 1835. Mas a data mais importante para análise do fluxo de informações hoje vigente foi 1859, quando as principais agências da época analisaram que a concorrência atrapalhava o negócio

e decidiram então dividir o mundo em algumas partes, onde cada empresa seria responsável por noticiar os fatos que acontecessem por lá.

A Reuter ficou com as informações do Império Britânico, dos Estados Unidos, de vários países do mediterrâneo, do canal de Suez e da maior parte da Ásia. Havas manipulou a coleta e venda de notícias no império Francês, na Europa sul-ocidental e certas partes da África. Wolf apoderou-se do resto da Europa, incluindo a Áustria-Hungria, a Escandinávia e os Estados Eslovacos.... A Associated Press também ficou com parte dos Estados Unidos, além de Canadá, México, América do Sul e Central (PIERMES, 1990, p. 80).

Essa divisão do mundo de forma tão clara durou algumas décadas, mas teve fim por causa de brigas comerciais e do surgimento de outras poucas agências. Apesar disso, ainda hoje persiste o monopólio da informação por um número mínimo de agências. Para tentar mudar esse quadro, várias tentativas foram feitas. Uma delas, como vimos, foi o projeto da nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, da Unesco, que tenta reorganizar os fluxos globais de informação por meio de ações de governos e do terceiro setor. Entretanto, as barreiras criadas pelos donos da informação dificultaram qualquer ação mais intensa por parte dos que lutavam pela democratização das comunicações.

Não é a toa que países subdesenvolvidos tentam reverter essa situação. A comunicação é fundamentalmente política. Nem os meios nem seus conteúdos atuam num vácuo histórico, mas representam e carregam sempre uma intencionalidade política.

Como forma de subverter essa realidade, os vídeos produzidos de forma independente podem ser usados para apresentar uma outra realidade ao público. Pensando nisso, foi feito um vídeo documentário com depoimentos de historiadores e ciclistas para retratar o esquecimento e os potenciais turísticos da Estrada Geral do Sertão. No vídeo, tentamos sintetizar parte do que foi exposto neste trabalho. Nele colocamos o esquecimento por parte dos moradores do DF, do que foi a Estrada Geral do Sertão, como se deu esse esquecimento, como o turismo por ajudar no redescobrimto de fragmentos de memória dessa estrada, como a comunicação é importante nesse processo e, por fim, depoimentos de ciclistas que têm cumprido esse papel de desvelar a história da estrada por meio de cicloturagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos ver, ao longo das narrativas de autores como Auguste de Saint-Hilaire e Paulo Bertran, a Estrada Geral do Sertão é espaço vasto e arredio, de natureza indomada. O próprio nome da Estrada traz o peso de um espaço cheio de significados que é o sertão. Desde o descobrimento, o campo semântico desse signo se encontra demarcado por conteúdos que o aproximam da noção de “selvageria” – termo utilizado para caracterizar o oposto do progresso, desenvolvimento e modernidade tão almejados na época.

Quando falamos da Estrada Geral do Sertão poucos espaços são encontramos em nossa história e são poucas as pessoas que guardam em suas memórias o que foi esse caminho. Entretanto, podemos encontrar vestígios, ruínas e fragmentos do que foi essa estrada em pessoas e lugares de memórias que ainda resistem à história oficial de que Brasília foi construída do nada, descoberta em meio ao vazio sem passado.

Com a construção de Brasília, criou-se a história de que nada havia aqui, de que Juscelino Kubitschek trouxe gente e desenvolvimento para um lugar isolado, ermo, sem vida, um deserto praticamente sem história, sem povo, sem nada. O ex-presidente fez algo como os romanos faziam antigamente, se apropriar de um local e retirar-lhe a história para serem eles os protagonistas da história que queriam relegar às gerações futuras, ação que podemos relacionar com o conceito de cultura atávica²⁴ de Edouard Glissant (1996).

Caberia a nós, então, tentar buscar fragmentos dessa história esquecida, pois como nos lembra Walter Benjamin (1987), temos a responsabilidade ética com nossos antepassados de não deixar se perder a memória do que um dia aconteceu, para tanto, é preciso pensar em formas de repassá-la. O autor afirma que a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”, visto que o passado é construído/reconstruído por meio

²⁴ Glissant classifica a cultura em dois tipos: atávicas e compósitas. Enquanto a raiz única mata a sua volta, o rizoma é a raiz que vai ao encontro de outras raízes. Culturas atávicas pregam a identidade como raiz única que exclui o Outro, enquanto que culturas compósitas resultam do encontro de raízes.

de metodologias e teorias que são a do nosso tempo, portanto um conhecimento mediado por olhares do presente.

Quem também reforça que não são apenas os grandes acontecimentos, de forma estanque, que constroem nossa memória, é o já citado Pollak (1989). O autor afirma que, além dos monumentos e dos patrimônios arquitetônicos, são também lugares de memórias as paisagens, as datas e os personagens históricos, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, as tradições culinárias. Para Pollak, existe a memória oficial e, a contrapelo desta, a memória subterrânea – aquela que circula entre excluídos e minorias. O estudo que aqui apresentamos é também uma tentativa de reconstruir o passado do Planalto Central, através dos fragmentos de memórias que resistiram ao tempo. Tais fragmentos são (re)leituras do outrora, representações de experiências vividas que persistem ao tempo devido ao significado que elas têm para os sujeitos que os rememoram.

Para costurar ainda mais tal perspectiva, invocamos Walter Benjamin, autor de uma das críticas mais bem elaboradas ao historicismo. Conservador do ponto de vista político, já que privilegiava os documentos criados pelo Estado, Benjamin nega a possibilidade de uma escrita da história “tal como de fato aconteceu”, pois o que sobrevive do passado são apenas fragmentos de experiências que encontramos nas fontes históricas – “cacos” da história –, matéria prima com a qual o pesquisador consegue construir uma narrativa parcial do que um dia aconteceu. Ademais, essa narrativa é apenas uma representação do objeto estudado, que poderá ser contada de outra forma, a depender da perspectiva adotada, da problemática da pesquisa etc. Ainda, segundo Benjamin, a memória deveria ser revalorizada como meio de nos relacionarmos com o passado. A obra de Benjamin tem auxiliado na construção desta cultura da memória, que é também uma luta contra o esquecimento e contra perpetuação da história oficial.

Como ficou claro com Nora (1993) a memória já não existe mais, ela encontra-se em migalhas. O que temos hoje são resquícios dela. Estas “sobras” são utilizadas pela história, com a finalidade de reconstruir o passado, porém, esta reconstrução não é do passado tal como era, mas sim representações dele, por se colocar no lugar do acontecido, através de uma narrativa capaz de lhe dar um sentido.

E acreditamos que o turismo é ferramenta para investigar a memória subterrânea, nas palavras de Pollak (1989), construiremos a relação desta com o turismo, uma vez que entendemos que este pode ser usado para reconstrução e manutenção de uma memória coletiva de grupo. No que se refere à ação de viajar, Steil (*apud* RIEDL; ALMEIDA; VIANA, 2002) estabelece uma relação clara entre as duas áreas. Viajar seria visitar memórias e evocar tempos nostálgicos, de modo que o passado se transforme numa visão de sonho, de inocência perdida e de simplicidade natural. O que é evocado é também idealizado, fazendo desenhar-se diante dos olhos a imagem de um mundo que se recompõe com os fragmentos positivos de sua própria biografia. Isso porque a mobilidade de turistas e o usufruto da infraestrutura urbana e cultural tendem a se refletir no aumento da percepção dos moradores em relação ao significado do seu lugar de memória e de experiências cotidianas. Para avançarmos nesta relação e, posteriormente, alcançarmos a meta de investigar como a reconstrução de fragmentos da Estrada Geral do Sertão pode contribuir para o turismo da região, especialmente no trecho do Planalto Central.

Dada a bibliografia, vimos que o setor do turismo encontra-se em franca expansão nos últimos 30 anos, as iniciativas do mercado em busca de novos produtos e as iniciativas dos turistas em busca de novos destinos e vivências foram fatores que contribuíram para a ampliação deste mercado. E, no contexto atual, o sucesso do turismo está em oferecer experiências diferenciadas, em compreender que existem turistas, no plural, que cada vez mais exigem passeios sob medida para seus gostos, nível intelectual e situação pessoal.

Esse o turista de hoje espera que suas vontades e expectativas sejam atendidas, ele está em busca de viagens que o façam passar por sensações ímpares, quer produtos e serviços diferenciados que lhe proporcione uma experiência marcante. Diante desse contexto, com o crescimento no setor do turismo, principalmente por força do mercado e pelos desejos dos turistas em conhecer novos destinos é que se coloca a questão da segmentação turística como estratégia contemporânea neste setor. E esse processo de segmentação deve basear-se não apenas nas características do destino escolhido, mas principalmente, nas particularidades dos grupos de turistas, que possuem temas de interesse comum, características, peculiaridades e motivações.

O comportamento do turista muda constantemente, tendências vão surgindo, a população possui cada vez mais acesso aos produtos turísticos, cabendo ao mercado identificar caminhos para atender a estas exigências e consolidar o setor. Se o mercado turístico, atualmente, vem desenvolvendo-se a partir de segmentos, oferecendo serviços específicos voltados para o atendimento de desejos específicos, ainda há grupos que não são atendidos.

Um desses grupos, é o de ciclistas, que estão organizados a partir de Associações e entidades que os conformam enquanto grupos de identidade são um coletivo social que movimenta diversos setores do turismo, pois realizam muitos eventos da modalidade em diversas localidades, viajando para esses encontros, utilizando hotéis, restaurantes, postos de gasolina, dentre outros serviços, contribuindo desta forma para o crescimento e desenvolvimento dos locais por onde os encontros são realizados. É uma coletividade com necessidades e características específicas, as quais não são reconhecidas de forma profunda em nenhuma segmentação.

Esses cicloturistas vêm se interessando por trilhas históricas e como vimos, o turismo pode contribuir para a preservação de memórias de uma localidade. Ele pode impulsionar a exploração das características de identidade e as tradições locais, buscando os guardiões e os evocadores de memória para que a construção da imagem turística tenha compatibilidade com a memória coletiva do lugar. Isso acontece porque, com a globalização, as pessoas realizam mais os câmbios culturais, precisando, para isso, de uma simbologia que os represente e que possa ser trocada e passada para outros grupos sociais.

A importância dos lugares da memória como sítios turísticos, ou seja, museus, construções arquitetônicas, que são os identificadores da história do lugar, serão os elementos da memória coletiva escolhida para ser lembrada e consumida pelos visitantes que se deslocam por aquele lugar. Vimos que muitas sociedades temem o esquecimento de sua história. A memória dos lugares atrativos coloca o turista em uma posição em que é possível que ele consiga conviver com o diferente, pois os aspectos que tornam aquele lugar interessante para um turista estão no momento sendo valorizados.

Por meio desta pesquisa, também notou-se que as viagens de bicicletas realizadas na Estrada Geral se apresentaram como ricas e intensas experiências

turísticas. Os relatos de viagem dos cicloturistas mostraram que o meio de transporte utilizado contribuiu para uma percepção ambiental e histórica diferente de outras formas de turismo. Ao percorrer os lugares de bicicleta, os viajantes interagiram com diversos aspectos da paisagem como o clima, as cidades, o relevo e as roças. A qualidade do movimento, caracterizada por fatores como a velocidade do deslocamento e da posição do corpo, contribuiu de forma direta para esta interação peculiar.

A interação singular entre cicloturistas e residentes proporcionou, assim como relatado, aprendizados diversos sobre a cultura da região. Os viajantes tiveram a chance de interagir com as pessoas e falar com elas sobre suas viagens e histórias de vida. Por sua vez, os residentes puderam contar suas experiências e demonstrar um pouco de sua cultura. Dessa forma, ao conversar com as pessoas, ouvir músicas, pedalar pelas cidades e comer nos mais diversos lugares, os cicloturistas se relacionaram com os residentes, perceberam e aprenderam sobre sua própria cultura. Nesse sentido, o cicloturismo se apresenta como um possível instrumento de valorização cultural por possibilitar a aproximação entre viajantes e moradores.

Esses cicloturistas, são um exemplo que ao percorrer as trilhas, passar por pontos turísticos, conversar com moradores antigos, parte da história da Estrada Geral do Sertão pode se perpetuar. E é preciso entender que a manutenção dos bens culturais vem com sua publicidade como produtos turísticos do segmento cultural, isto é, a motivação da visita turística em um prédio restaurado, de importância histórica é que alimentará sua existência preservada como bem cultural, pois será sedimentada na memória dos visitantes.

Neste processo, a comunicação é ferramenta chave para divulgar, por luz em uma determinação região, pois, se usada corretamente, ela pode servir para promover um destino turismo. Por fim, acreditamos que a divulgação dos pontos turísticos da Estrada Geral do Sertão entre grupos como o de cicloturistas, por meio de veículos de comunicação de massa, pode contribuir para recuperar fragmentos de memória da região.

Figura 31 - Ciclistas explorando a área rural do DF



Fonte: Candangos do Pedal

Acreditamos que é durante a troca de conhecimentos, gerada pela experiência turística, que as identidades e singularidades são reforçadas. Na experiência da viagem turística, o turista não só conhece o outro, mas também a conhecer melhor a si mesmo. Na obra de Michel Onfray somos convidados a rever o conceito de viagem, empregado no mundo contemporâneo — e ao mesmo tempo recuperar o sentimento de uma época em que viajar era, de fato, partir em busca do desconhecido. Porém, ele nos consola ao sugerir que a viagem se relaciona de maneira íntima com o ideal socrático do conhecer-se, e que toda viagem é, em suma, não uma terapia, mas “uma ontologia, uma arte do ser, uma poética de si”.

A presente dissertação se apresenta, portanto, como uma defesa do turismo como uma forma de desvelar fragmentos de memória da Estrada Geral do Sertão, utilizando principalmente da comunicação e do cicloturismo como ferramentas para tal objetivo. Por mais que esse cenário seja apenas uma alternativa e esteja ainda distante da realidade atual, acreditamos que estes são caminhos possíveis para emergir memórias subterrâneas tão caras para nossa história

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó/SC: Argos, 2010.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica sobre o discurso cultural no Brasil: In: Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões e multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liberlivros, 2005.

AUGE, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas/SP: Papyrus, 1994.

BAGDIKIAN, Ben H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.

BALDISSERA, Rudimar; ZOTTIS, Alexandra Marcella. Comunicação Turística: marcas de germanicidade na folheteria da Rota Romântica. In: *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007, Santos/SP: INTERCOM, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0860-2.pdf>

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETO Margarida (Org.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção Turismo).

BARBO, Leonora de Castro. *Aplicação do geoprocessamento na reabilitação das Estradas Coloniais do Planalto Central nos limites do atual Distrito Federal*. Monografia (Especialização). Pós-Graduação *Lato Sensu* em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do Turismo*. São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. de Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*. 1. ed. Brasília: Solo Editores, 1994.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O meio ambiente social da Comunicação/Do grunhido ao satélite. In: Juan E. Díaz Bordenave. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASTILLO NECHAR, M., & PANOSSO NETTO, A. (Orgs.). *Epistemología del turismo. Estudios críticos*. México: Trillas. 2010.

CALVINO, Italo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. V. 2.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRULS, Luis. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil – Relatório Cruls*. Brasília: CODEPLAN, 1984.

DEGUY, Michel. *Reabertura após obras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

DERRIDÁ, Jacques. *Da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

DIAS, Karina. *Entre visão e invisão: paisagem (por uma experiência do cotidiano)*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Portal do Governo de Brasília. Disponível em: <<http://www.districtofederal.df.gov.br/>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

ENGELS, F.; GEERTZ, C.; BAUMAN, Z.; LEONTIEV, A.; MARCARIAN, E. *O papel da cultura nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Ed. Villa Martha, 1980.

FAQUINI, Rui; LEONARDI, Victor; VILLA REAL, Bismarque. *Estrada Colonial no Planalto Central: uma viagem em baixa velocidade*. Brasília: Instituto Paidéia, 2006.

FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a História. In: Manoel Barros Motta (Org.). *Michel Foucault: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. v. 2.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Memória, história, testemunho. In: Stella Bresciani; Márcia Naxara (Orgs.). *Memória e (re)sentimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

GASTAL, Susana. Imagem e imaginários no Turismo. In: Susana Gastal. *Turismo, imagens e imaginários*. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2005.

GASTAL, Susana. *Turismo: investigação crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

GLISSANT, Edouard. *Introdução a uma diversidade poética*. Trad. de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 1996.

GOMIDES, José E. A definição do problema de pesquisa: a chave para o sucesso do projeto de pesquisa. In: *Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão – CESUC*, Ano IV, n. 6, 1º Semestre, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

JAFARI, Jafar. La cientificación del turismo. In: *Estudios y perspectivas em Turismo*, Vol. 3, n. 1, jul./2005. Disponível em: http://www.franciscohuertas.com.ar/wp-content/uploads/2011/04/IT_Jafari.pdf

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

LABBUCCI, Adriana. *Caminhar, uma revolução*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memórias*. Campinas/SP: UNICAMP, 1990.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. *Geografia, tradições e perspectivas: Interdisciplinaridade, meio ambiente e representações*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo; ELEUTÉRIO, Robson Eleutério. *Estrada Geral do Sertão – Na rota das nascentes*. Brasília: Editora Terra Mater Brasilis, 2008.

MALDONADO, Mauro. *Raízes errantes*. São Paulo: Editora 34/SESC, 2004.

MARTINO, Luiz. De qual comunicação estamos falando. In: Antônio Hohlfeldt; Luiz Martino; Vera França (Orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MONTES, Maria Lucia. Memória e Patrimônio Imaterial. In: Danilo Santos Miranda (Org.). *Memória e Cultura - A Importância da Memória a formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC, 2007.

MOESCH, Marutschka Martini; GASTAL, Susana (Orgs.). *Um outro Turismo é possível*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MYANAKI, Jacqueline; LEITE, Édson; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. *Cultura e Turismo*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro. 2007.

NIELSEN, Christian. *Turismo e mídia: o papel da comunicação na atividade turística*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

ONFRAY, Michel. *Teoria da viagem – poética da Geografia*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

PIERMES, Guillermo. *Comunicação e desintegração na América Latina*. Brasília: Ed. UnB, 1990.

PIMENTEL, Sidney Valadares. *O chão é o limite: a festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricas*, v. 2, n. 3, 1989.

REBAS DO CERRADO. Disponível em: <<http://www.rebasdocerrado.com.br/>>. Acesso em: 1º jun. 2014.

REIN, Irving J.; HAIDER, Donald H.; KOTLER, Philip. *Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países*. São Paulo: Makron, 1995.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979a.

_____. *Noites do Sertão*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.

SANTOS, Inês Maria Veiga Guerra; PAULINO, Fernando Jorge. O documentário etnográfico: da memória ao produto turístico. In: *Tékhnē – Revista de Estudos Politécnicos*, Vol. VIII, n. 14, dez./2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n14/n14a09.pdf>

STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das Ciências Sociais. In: Mário Riedl, Joaquim Anécio Almeida & Andyara Lima Barbosa Viana (Orgs.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

SOUSA, Edson, TESSLER, Élide. *A invenção da vida – Arte e Psicanálise*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 2001.

TALAVERA, Augustín Santana. Turismo Cultural, Culturas Turísticas. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, out./2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf>

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado – História Oral*. São Paulo. Paz e Terra, 1988.

TOMAZZONI, Edegar Luís. *Dimensão cultural do Turismo*. In: In: *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007, Santos/SP: INTERCOM, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0860-2.pdf>

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Excelência em Turismo. *Impacto do Turismo na Economia do Distrito Federal*. Brasília: SENAC, 2010.

URRY, Jonh. *O olhar do turista*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

YIN, R. K. *Estudos de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

DECUPAGENS

SÉRGIO GUSMÃO – ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO/2015, NA PRAÇA DA QUADRA 403 NORTE.

S 00:13 – Meu nome é Sergio Gusmão, né? Conhecido como Sérgio pão de queijo, e eu sou organizador do Desafiando Limites já tem entre cinco a seis anos já.

B 00:22 – E o Desafiando Limites, como começou? Como que foi essa junção do Desafiando Limites com essa questão da história?

S 00:30 – Bom o evento Desafiando Limites, ele não é uma competição, ele não tem conotação de competição, é uma cicloturagem. O que é uma cicloturagem? É você viajar de bicicleta a um ponto à outro. Então surgiu essa ideia de levar as pessoas pra pedalar de uma forma mais segura, que pudessem completar entre 80 a 100km, fazendo uma cicloturagem com toda a segurança, um carro de apoio, com pontos com água, frutas, com o básico que a gente necessita numa viagem, né? Então foi ai que surgiu o Desafiando Limites

B 01:03 – Mas poderia ser uma viagem, uma trilha qualquer , como tem muitas, mas a sua tem questão como a história dentro dela também, né?

S 01:09 – Foi, foi ai que pesquisando, dando uma lida, pesquisando na net e tudo, vi que tinha estrada colonial, então eu fiz primeiro de carro, fiz um levantamento da estrada, do percurso que liga Girassol à Pirinópolis e vi que tinha potencial pedal-história, né? Então por quê não unir a parte histórica com pedal? Então a gente fala o ciclocultura, né? Pedalando pela história do Brasil e então surgiu o Desafiando Limites – Estrada Colonial.

B 01:36 – E como que foi a recepção do pessoal? Porque hoje é referência, o DL, todo mundo sabe né? Como que foi a recepção no começo? E hoje como é que tá?

S 01:43 – Cara, todo percurso novo gera um pouco de dúvida, né? Para algumas pessoas. Mas foi bacana, na primeira edição do Estrada Colonial nós tivemos, acho que, 400 participantes, né? E todo mundo se apaixonou, porque é uma estrada muito bonita, né? A Estrada Colonial. Cê passa por divisor de águas, passa por Mamoneiras, que é uma cidadezinha que era uma curruetela onde paravam os bandeirantes, aquela parada toda. E pelo tratado... pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, e assim você vai preenchendo com a própria história, né? O percurso.

B 02:16 – Começou com 400, hoje, o DL Histórico tem quantos?

S 02:20 – Ah, na última edição do Estrada Colonial teve 600 participantes. Fica mantendo isso, 400, 600, próximo de 700.

B 02:30 – Então... E o pessoal fica curioso, de onde surgiu essa... é um chamariz a mais ter essa história dentro de uma trilha?

S 2:38 – É, as pessoas as vezes confundem com a Estrada Real, né? Ai eu falo que não, que o Estrada Real surgiu depois do Estrada Colonial. Não, a Estrada Colonial existe e a capital era Salvador. Quando a capital mudou pro Rio de Janeiro, ai sim surgiu a Estrada Real.

S 2:54 – Mas ai eu tento, no próprio regulamento, tentar contar a história do que é a Estrada Colonial. A Estrada Colonial no Planalto Central, que a gente ta explorando esse pedacinho que é no Planalto Central, né? Então, cria. Cria uma curiosidade. É um atrativo a mais. É como eu disse antes, né? É pedalando pela história do Brasil.

B 3:12 – E aí o pessoal, sempre, as vezes, tem algumas pessoas que se interessam, querem saber mais dessa história? Tem assim, a pessoa quer saber e pergunta pra você alguma coisa?

S 03:20 – Tem, tem. Ai eu indico alguns livros que, não sei se tem à venda, mas eu tenho, mas as vezes eu tiro cópia e dou pra eles alguma coisa assim pra poder ajudar, né? E peço pra pesquisar na net, né? Que é a fonte de consulta mais fácil que a gente tem hoje é a web, né?

B 03:35 – E você teve isso de compartilhar? Qual foi a sua sensação quando você refez sua trilha a primeira vez? Como é que foi? Você já se apaixonou? Você viu o cerradinho? Viu a história? Como é que foi a sua relação com a trilha?

S 03:45 – Já! Ah... Até arrepia. Quando você se apaixonou, você se apaixonou na... é muito bonito. Se você conhecesse esse pedaço de Girassol à Pirinópolis ele é muito bacana. E é gratificante você conseguir de alguma forma uma... Através do esporte tentar passar pras pessoas uma parte da história do nosso Brasil, do nosso cerrado, nosso Goiás, né? Do interior. Então assim... é bacana, é bacana. Envolve. Quem faz o Estrada Colonial, se você conseguir se envolver com o pedal e a história em si ai que você nem sente o pedal, vai curtindo.

B 04:37 – E cêis passam por alguns pontos mais... assim, históricos ou fazendas , ou a galera guarda um pouco dessa história?

S 04:46 – Nesse trecho, nós passamos por Mamoneiras, né? Que é um, diz a história, que era um local de descanso dos, não sei se é bandeirantes, né? Fugiu agora a memória. Que era um local que já existe desde 1880, então é um local, e pela linha imaginária de Tordesilhas, que você faz uma marcação no GPS, e você sabe mais ou menos o local exato da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, né? Ai ali você tá passando e conta a história que, né? Ai dividiu, dividiu nosso Brasil, Portugal e Espanha dividiu o Brasil através do tratado de Tordesilhas. Então assim, e, é a estrada, é vegetação, é o cerrado, né? Isso é o bacana.

B 05:30 – E... cê acha que tem... essa questão do... Não é uma competição né? É o que eu quero deixar mais claro. O mais legal do DL, pelo menos o da Estrada Colonial é que não é uma competição, ninguém ali ta pra fazer o melhor tempo e se matar não, é uma coisa mais de prazer, de conhecer e de aproveitar mesmo, né?

S 05:47 – É. O fato é um pedal de contemplação. É um pedal que você vai parando, tirando fotos, não tem aquela energia da competição em si. É, a competição é contra você mesmo, que vai percorrer quase 100 km, em baixo de sol, né? Aquela coisa toda, mas, em uma determinada tempo. Cê tem praticamente 12 horas pra fazer esse percurso, mas tem que fazer com calma, porque cada ponto de apoio que você tem água, frutas, você pode descansar até meia hora, e é isso, o bacana do Desafiando Limites é esse, é pedal de contemplação, pra conversar com os amigos, tirar foto e chegar em Piri e aproveitar o restante do final de semana, que o passeio começa no sábado e termina no sábado mesmo em Piri.

B 06:31 – Então da pra aproveitar ainda.

S 06:32 – Dá, dá.

B 06:33 – E me diz uma coisa, o que o pessoal dá de retorno pra você? Que, assim, o pessoal que faz essa experiência, o que eles te dão lá e o que te dão como retorno?

S 06:38 – Nossa cara, é muita coisa. Só de pedido de casamento no DL já teve mais de 10, impressionante. Na chegadas as pessoas pediam “Posso pedir minha namorada em casamento?” ai pedia em casamento. Já teve vários, várias histórias. São pessoas que eram obesas, que fizeram o Desafiando Limites por não ser uma competição se encorajaram pra fazer quase 100 km, e no outro ano fala “oh peguei e emagreci quase 100 kg, quase que 30 kg” “comprei uma bike nova”. Cara tem pessoas que dizem que o DL mudou a vida delas. São casais que tavam meio brigados antes do DL, através do pedal se uniram mais ainda e hoje continuam pedalando, ai chamou os filhos pra pedalar e ai ta todo mundo pedalando. Então o bacana do Desafiando Limites é isso, ele pra cada pessoa ele tem um toque, é impressionante, sabe?

S 07:26 – Pra mim é muito bacana você ver as pessoas que antes não acreditavam que conseguiriam fazer quase 100 km pedalando e conseguem, né? E o que eu falo, pra você ganhar sua medalha de participação você não precisa completar o DL, se você por acaso parar no PA 3 faltando 20 km, o seu desafio foi até o PA 3, então pegue a sua medalha e no outro ano venha pra tentar completar; porque cada um tem o seu ponto, tem seu ponto de cansaço, onde você, o seu limite, então no DL eu não quero saber se você pegou carona na van, se você voltou de van pra... é você com você mesmo. Pega sua medalha e curta.

B 08:05 – Me diz uma coisa... você acha que tem potencial, esse negócio da questão da cultura e do turismo? Tem um potencial muito grande também e também...

S 08:12 – Tem, tem. Nosso centro-oeste aqui, nosso Goiás tem muita coisa pra explorar. Estrada Colonial é um dos, né? Fortes. Mas tem muita coisa, muito

potencial, como tem no restante de... em outros estados, né? Que já tá bem difundido essa parte de cicloturismo. Aqui em Brasília ainda tá... por ter uma facilidade muito grande de ter acesso às trilhas ainda as pessoas estranham ainda quando você faz um pacote e cobra por isso pra oferecer esse tipo de serviço, porque é muito fácil o acesso ainda, mas quem mora em Brasília sabe nesses últimos 10 anos, esse “bum” que deu Brasília no entorno, as trilhas estão ficando cada vez mais afastadas, então tá começando a ter essa necessidade de você ter algo mais... requintado, pode-se dizer assim, um pouco mais especial pra levar você pra uma trilha com segurança, você com seguro, você com carro de apoio, com mecânico, aquela coisa toda. Porque não é todo mundo que conhece as trilhas, e você se aventurar numa trilha sozinho sem conhecer, cê pode acabar entrando numa terra que tem propriedade particular, e até arranjar uma confusão, né? Então tem que ter muito cuidado em relação a isso.

B 09:27 – Última pergunta: você acha que o cicloturismo é uma boa opção pra tentar resgatar a memória de um lugar? Como é a questão do coisa?

S 09:25 – Tem porque com a, a bicicleta já te abre portas, né? É diferente de você tá dentro de um carro que eu falo que eu falo que você tá dentro de um casulo, né? Então quando você para a bicicleta, cê tá viajando de bicicleta e para em algum vilarejo tem aquela curiosidade de “de onde você vem?” “pra onde você tá indo?” “quanto tempo você demora?” “E se furar o pneu?” “e se quebrar uma corrente?” “como é que cê come?” então tem esse elo, ele acaba quebrando, não existe essa diferença de você chegar num carro bonito, então o pessoal vão te olhar um pouco mais onde a bicicleta não, a bicicleta te abre portas, né? Quem viaja sabe disso, né? Quem viaja de bicicleta sabe que quebra. Não existe isso, é aberta, a sua porta tá aberta pra recepção, as pessoas vão chegar, vão te perguntar e se duvidar você dorme até na casa da pessoa nem precisa completar a viagem naquele dia, né?

B 10:10 – E nesse momento que você quebra essa barreira, você consegue descobrir o mundo da história daquele lugar?

S 10:14 – Descobre, descobre. Você conversa com as pessoas, você vai saber que de repente aquela pessoa que tá ali na vendinha, o avô dela era um bandeirante, era uma pessoa que tinha uma quitanda na época da estrada, então cê vai esmiuçando aquilo, vai conversando com as pessoas e vai vendo, o por quê surgiu a igreja, e por quê aquele córrego chama isso, nome tal? E cê vai, por quê Mamoneiras? Ah, chama outro nome, e cê vai... é dessa forma, né? Que as pessoas, historiadores fazem, é perguntando pras pessoas locais, pros locais, e cê vai descobrindo. É muito bacana.

ROBSON ELEUTÉRIO – ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO/2015, NO PÁTIO DO COLÉGIO GISNO NA 907 NORTE.

00:00 Uma coisa que eu sinto muito... O que eu senti quando comecei a estudar essa questão, assim você... Tem uma questão acima do surgimento de Brasília, essa história antes do surgimento de Brasília, é muito pouco estudada e muito pouco conhecida, assim, existe movimentos que estão tentando resgatar isso, mas ainda temos um sério problema... Se nós fizermos uma análise dos livros didáticos dos primeiro grau e do segundo grau e do ensino médio, você vai perceber que tem uma distância entre aquilo que está nos livros e o cotidiano dos alunos.

00:30 Existe essa distância e isso dificulta o processo de construção do conhecimento dentro da sala de aula, e na medida que essa história começa a ser debatida aí você percebe que o interesse dos alunos aumenta bastante, se você por exemplo está dando aula de pré-história no primeiro ano do ensino médio tanto artes quanto história e geografia trabalha a pré-história, mas trabalha a pré-história na África.

01:00 aí quando você fala para o aluno que aqui tem sítios históricos importantes, o Bisnau em formosa, a Toca da Onça em formosa, Unaí, um sítio histórico a céu aberto, aí muito deles falam ó professor. Eu conheço esse lugar, mas não sabia que tinha essa importância.

01:30 Então além de trazer o aluno para mais próximo da realidade do conteúdo que é trabalhado, também você desperta... Para que ele preserve aquele local, aí você também trabalha a questão do patrimônio, a importância de preservar aqueles sítios.

02:00 E aí essas duas vertentes são fundamentais, o aluno estudando um conteúdo mais próximo a sua realidade e também despertando nele a necessidade de preservação desses locais.

Por que o senhor acha que caiu um pouco no esquecimento essa estrada?

02:30 Olha essas rotas de comunicação, ela teve... A grande importância dessas rotas de comunicação e a integração territorial do Brasil, a unidade territorial do Brasil. Um país imenso, mas que só foi ocupado na prática a partir do momento que essas estradas foram construídas, porque ao longo delas foram surgindo povoados, vilas, mas o esquecimento eu acredito que a própria abordagem que foi trabalhada na historiografia no início do século, era uma abordagem que não priorizava essas questões de identidade cultural do Brasil, um dos poucos historiadores que fala um pouco sobre isso, é o Capristano de Abreu, ele tem um livro bem do início do século, mas eu acredito pela falta de identidade cultural do Brasil,

03:00 porque na medida que você começa a trabalhar essas abordagens novas, não necessariamente, você tem que remontar a essas primeiras rotas de comunicação que surgiram ainda na época do Brasil colônia.

E como faz o pessoal que estuda memória que não gostam de falar em resgate...

03:30 Porque ninguém resgata nada né, é uma reconstrução de fragmentos que eles chamam né?! Como que faz isso? Primeiro, resgate é o bombeiro que faz resgate... Bom aí, eu acredito que a história hoje, ela já é construída sobre outros pilares, hoje por exemplo você não estuda mais a princesa Isabel, ela não aparece mais nos livros didáticos como um personagem importante na abolição da escravidão, não aparece mais.

04:00 Hoje comemora-se o dia nacional da consciência negra, dia vinte de novembro do personagem Zumbi dos Palmares, ou seja a história muda e a necessidade de conhecer um pouco a história regional e que está trazendo e que tá remontando essas rotas antigas, então ai esses fragmentos que você consegue... Buscar muitas vezes perdidos né? São fundamentais para você.

04:30 Construir essa história regional e a partir daí trabalhar um pouco mais a identidade também pessoal, além da identidade cultural também, a identidade pessoal, mas eu acho que a partir da necessidade de se criar uma nova abordagem na história, ai é fundamental você trazer todos esses elementos aí perdidos, quase perdidos né ao longo do tempo.

Então ainda tem alguns... Quando você andou ao longo da estrada vocês conseguiam pegar, assim gente que te contava que o pai contava que não sei quem contava, ainda tem um pouquinho disso né?

05:00 Tem muitos personagens ainda que falam, que te levam até roteiros, que segundo eles ainda são roteiros intactos, isso nos registramos bastante em uma expedição que nos fizemos por toda estrada geral do sertão, no mês de Agosto do ano passado. **05:30** Você encontra personagens que na medida que começa a ver que essa temática tá entrando para a história fica mais interessado, enfim eu acredito que você tem ainda uma possibilidade muito ampla de pesquisa nessa vertente de história oral conversar com esses personagens.

06:00 E principalmente identificar ainda a comunidade roteiros, mas sempre tem histórias muito interessantes que eles contam.

Você tem algumas dessas histórias, por exemplo, você lembra de alguma, em uma dessas comunidades alguns desses personagens que o pai lembrou que andou que chegou naquele lugar por que veio de uma estrada, o então que lá passou não sei o que a pedra de uma rio um correço?!

06:30 Olha tem várias né, teve uma delas que eu me lembro que saiu da Bahia e veio pra aqui para a região. Saiu ali de correntinas de carinhanhas daquelas regiões ali próximas a São Francisco ai ela falando como se montava a tropa que as pessoas iam a pé que as mulas carregavam as bagagens até porque eram poucas também né?! E quando eles chegaram em um determinado local, ai nos acreditamos que seja na serra geral de Góias, na divisa com Góias, ai eles chegaram em um local com difícil acesso né...

07:00 Tinha que subir morro e depois descer por vales profundos, mas tinha locais em que algumas pessoas chegavam a retornar porque não conseguiam continuar a caminhada, mas nessa tropa uma pessoa que estava bêbada não conseguiu ultrapassar ai ela ficou para trás né? ai eles tem que em alguns locais empurrando as tropas enfim, você tem algumas situações que você dificilmente. **07:30** Você conseguiria na época na época transpor esses roteiros já que a estrada quando fala assim estrada geral não necessariamente uma estrada real, era uma estrada que era referencia principal na época, olha você vai para onde, pegue a estrada geral né e tal então você encontra bastante ainda... Essa estrada é bastante viva na memoria viva dessas pessoas.

08:00 E aqui no distrito federal professor você conhece alguns desafios por que assim já tem como se fosse outra história colocada em cima dessa história dessa parte mais antiga se não acha que tem muito que conseguimos recuperar muitas coisa aqui na nossa região DF e entorno.

08:30 Ano passado fizemos um projeto, com o administração de Planaltina. o professor Nilvan que era para tentar identificar parte de um roteiro intacto que existe ainda na região do DF. Esse roteiro fica no núcleo rural sitio novo e se você olhar a cartografia do século dezessete do século dezoito aqui encontrar no centro do planalto central você ali em quase todos os mapas, o nome de sitio novo e nos fomos atrás desse local certamente seria um pouso, mas seria um pouso de troca esse sitio novo.

09:00 E nos fomos até o núcleo rural sitio novo que fica entre Águas Emendadas e as cachoeiras do Indaiá em Formosa ne? o sitio novo está ali e você percebe que ali tem um roteiro ainda que é uma picada bastante antiga uns 3 a 4km no máximo ai nos tentamos com administração regional de planaltina colocar placas e tal né elaborar alguns textos envolver as propriedades rurais. Próximas desse roteiro.

09:30 só que ai com a mudança de governo ficou paralisado, mas você remontar todo desse roteiro ele é difícil mas você tem muitas partes localizadas que você pode trabalhar com esse projeto de estrada real, estrada geral do sertão que tem muitas coisa ainda que pode ser abordada na Bahia ai sim tem bastante coisa aqui no DF um pouco menos devido a expansão imobiliária...

10:00 Professor você como já viu muito estudou muito, como o turismo afeta o centro de Pirenópolis também, tipo afeta o espaço o senhor acha assim, você acha que o turismo pode ser uma ferramenta para a gente voltar para a questão da educação

10:30 O turismo é uma ferramenta importante e em alguns aspectos mais importantes que a abordagem histórica. É também pedagógica porque o turismo ele vai movimentar uma pequena economia naquele local e acima de tudo também ele vai dentro dessa questão da valorização da própria comunidade na medida em que as pessoas do local sabem que ali eles teve um papel importante na historia isso valoriza bastante, olha eu não sabia que aqui tinha história.

11:00 Ai eles falam dessa forma, ai na medida que você começa a falar do período colonial que você começa a falar dessas estradas que foram abertas ai eles já fazem

essa análise então isso ajuda a valorizar a autoestima da comunidade bastante e é o primeiro caminho que você tem que traçar na medida que você queira construir algo além disso ou um próprio roteiro de turismo, a partir do momento que você consegue o apoio da comunidade que ela passa a ser valorizada por conta disso aí certamente o restante fica um pouco mais fácil.

PAULO AMORIM – ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO/2015, NO PARQUE VIVENCIAL DE ÁGUAS CLARAS.

00:00 Então Paulo, aqui em Brasília tem uma coisa muito bacana que o pedal às vezes não é só aquela coisa só de competição, aquela galera que é só mais atleta, tem uma galera que é de lazer, é turismo é cultura, Brasília tem um perfil um pouco diferente as vezes né?... (entrevistado sem graça)

00:30 (entrevistado sem graça). É porque assim, tem lugares que é muita competição, tananam, e a galera sai de Brasília às vezes para treinar fora e competir né? sai até do país às vezes, Brasília tem pessoas assim como eu e você que quer aproveitar um pouco de cultura lazer, um pouco de turismo, conhecer um lugar novo. Eu acho que tudo isso se deve ao rebas mesmo, o rebas criou essa cultura, e fez as pessoas de qualquer perfil

01:00 vontade de pedalar e conhecer o centro-oeste né? Mostrar esse outro lado de Brasília, acho que, quem não pedala hoje ele realmente não conhece Brasília né? O distrito federal verdadeiramente, conhecendo o cerrado a natureza e tudo que tem aqui em volta a gente tem pontos aqui de trilha que são muito próximos das cidades 5, 3 km as vezes que quando você conhece chega a assustar do tamanho da riqueza que tem natural.

01:30, aqui em Taguatinga tem o flona, logo 1km 2 km de algumas quadras residenciais você consegue ter acesso a água pura, um clima de natureza perfeito e muito próximo, então a partir disso o número de ciclistas foi crescendo assustadoramente, acho que a 3 anos atrás via 1/10 da quantidade de ciclistas que se tem hoje.

02:00. Aí aumenta na verdade o número de ciclistas buscando competir é porque os que estavam há três anos passeando hoje eles já estão em nível de competição, treinando e pedalando muito né, e também o ciclista que busca o ciclo turismo né? A exploração de novos lugares, e com o objetivo de abrir novas trilhas para as pessoas que estão começando.

02:30. Acho que é principalmente nesse ciclo que começa realmente no DF começa com o rebas com o ciclista passeando conhecendo o centro-oeste conhecendo o cerrado até chegar a todos esses perfis, o atleta e o amador que vai querer eternamente prosseguir nessa caminhada de conhecer e explorar novos lugares, e tem uma galera que está cuidando disso, de explorar Ver novas trilhas e histórias do DF essas coisas assim, pontos diferentes do distrito federal,

03:00 tem uma galera assim, sim são muitos grupos que tem um perfil ou outro, que tem interesse maior né nesse sentido... No pé d'águas eu acho que tem o perfil de "Silvo Saquer?" Rogerio preste também, são pessoas que todo fim de semana, eles estão buscando percorrer esse cerrado de e inventando novas trilhas e semanalmente eles fazem isso, inventado nomes também diversos para as trilhas,

03:30 Em Samambaia tem um outro grupo que se chama família Máximos, é max de james, como diz o rapaz, ele também conseguiu com pouco tempo criar uma comunidade em Samambaia (avião passando)

04:00 (Avião passando, conversas paralelas) Então em cada grupo acaba tendo um perfil que consegue esse juntar esse monte de gente, e criar novas trilhas semanalmente assim 04:30 É o meu grupo é o TATU DO CERRADO eu é mais uns três é que somos responsáveis de ficar assim, buscando trilha também. A gente começa no google maps mesmo, navegando na internet visualizando pelo google maps, e depois a gente passa aquilo, vai para a prática, percorrendo aquele percurso, vendo se dá certo muitas vezes temos que atravessar morro que a gente não imaginava que era possível,

05:00 porque a gente começou ali no google, a gente não tinha uma visão real do que realmente era, e vai brincando assim, muitas vezes acaba sendo um risco, se há uma trilha nova dessa forma, mas na maioria das vezes dá certo, então tem várias pessoas assim, que estão no DF todo final de semana estão ai...

05:30 Estão explorando, fala de novo, todo final de semana no DF tem grupos que estão, é pessoas que estão explorando essa região, e criando novas trilhas, é diariamente na verdade. E ai essa... Você divulgando isso, divulga o lugar também, não e apenas, não é só transporte, não é só aventura Você acaba descobrindo um lugar uma história, você acaba promovendo ela de uma região que antes estava esquecida.

06:00 Sim, justamente no caso do “Desafiando limites?” a empresa é um cliente meu, é no inicio o desafio era, criar uma identidade visual, baseado em quase nada porque as informações que a gente tinha eram pequenas, é algumas pessoas até achavam, achavam que a estrada que a estrada colonial não era algo real mesmo,

06:30 achavam que não existia, mas baseados em documentos históricos, todas as informações que a gente foi puxando principalmente as cidades ali de Pirenópolis de Cocalzinho Corumbá, e a gente acabou juntando insumos, e criando identidades pro evento, a gente sabe que é realmente uma estrada que existia, que ela foi importante né,

07:00 a importância dela era de jogar levar ouro lá para Salvador para criar todos aqueles monumentos históricos, que a gente tem hoje, então começou assim, juntou esses insumos, criou essa identidade visual que hoje o evento, é... Caiu no gosto de todo mundo, o pedal todo mundo que começa a pedalar hoje em Brasília, acaba que no primeiro objetivo concluído, desafiar limites né, está sendo aquela vontade, e o evento acredito que aquela vontade e o evento acredito que vai durar muitos e muitos anos.

07:30 Inicio de rebas eles colocam limites como importância da nossa história né que tá meio apagada. Exatamente e tanto o desafiando limites, e estrada colonial como, tanto o desafiando limites é Santo Antônio com o objetivo a chegar em Pirenópolis, uma cidade riquíssima né em termos de cultura e história do Brasil,

08:00 Durante o percurso a gente ver alguns pequenos sinais de que era a estrada colonial, com a placa de divisa do tratado de Tordesilhas né, tem alguns caminhos dá estrada né, que até hoje a gente pode explorar mais aquele percurso, porque a estrada colonial eles são 90km mas a estrada colonial mapeada no planalto central tem cerca de 300km então ainda tem muita coisa para circular, muita coisa que pedalar

08:30 (passar vento) Claro é por exemplo o que eu falei, são 90km apenas 09:00 né percorrido de verdade a gente tem muito o que fazer ainda, acredito que a próxima exploração da estrada colonial vai ter alguns variações, buscando novos percursos da estrada original, então vai estar sempre mudando realmente, não é algo definitivo (barulho)

09:30 (barulho) As cidades satélites tem muito o que evoluir com o sentido das ciclovias, e ainda tá em busca, todo mundo que pedala está em busca de mais ciclistas né, tentando convencer parentes e amigos

10:00 e aumento essa turma né, acredito que ainda está no início, vai crescer muito ainda o ciclismo n Brasil. E nessas exposições que vocês fazem para mapear, vocês já têm contato, as particularidades de cada região, não só da história, mas algo da natureza, de algum rio o nome de um córrego ou sei lá. Sim por exemplo no pedal que a gente faz na Chapada né dos Veadeiros,

10:30 na Chapada a gente tem contato e dorme em algumas vilas assim, que o contato que o pessoal tem com o pessoal de fora e mínimo, uma das grandes vontades que a gente tem de pedalar, em explorar é sim conhecer, o pessoal do interior né, ter esse contato com o pessoal, que tá muito no interior é na volta da chapada tem cidades que não tem energia elétrica e rios durante todo o percurso

11:00 o pedal de 200km, que chega até Calvacante (conversas paralelas) exato, esse lado da Sobradinho da fercal 11:30 ele é tomado com mineradoras é tomado ele tem violência também toma conta ali, então lá tem um risco, um certo risco também, de se pedalar lá, mas em termos de trilha, são as mais desafiadoras do DF, são as mais difíceis que tem, super elevada, a região é maravilhosa

12:00 muito próxima também de Brasília né cerca de 15km ali do plano piloto, você já chega em uma trilha da Fercal, 20,15 você chega em uma trilha na Fercal, as trilhas ali, elas podem chegar até Planaltina de Goiás, Brasilinha, então tem algumas coisas que saem dali e percorrem 100, 150km até chegar no outro estado atravessar realmente o DF e Goiás, então é muito próximo do DF

12:30 É também é outro lado a ser explorado, quem é de Sobradinho, quem é daquela região, acaba frequentando muito mais ali, do que a gente aqui, desse lado, da cidade. Mas você acha que ale tem muitos pontos, que às vezes as pessoas que morar aqui não pedalam, todo mundo tem a oportunidade de conhecer, fica difícil assim, para o pessoal chegar lá, e por ir por andar, ou qualquer coisa assim, o pedal proporciona isso né, essa oportunidade 13:00 você conhecer uma área rural aqui do DF... Claro as áreas rurais é, quem começar a pedalar, igual falei antes, quem não pedala ele conhece pouco ainda do que é Brasília do que é DF,

13:30 quando você começa, assim que você começa a andar por essas trilhas mais próximas, ele já tem esse contato gigantesco com a natureza né, é uma coisa que fica escondida né de todo mundo, então é... Isso ainda vai ser muito explorado pelas pessoas, ele está no início acredito...

14:00 Mas todas essas tem essa pegada, é o objetivo mesmo né. Tem uma galera que treina que quer competi, mas o grupo começou do rebas, você disse que estavam querendo fazer trilha pesada toda semana, e estão querendo competir, mas ainda tem espaço para essa galera que é só contemplação, que é só lazer, que é só diversão também né o responsável por isso em Brasília

14:30 Em Brasília, vai continuar sendo o rebas sempre, é quem começar a trabalhar e a evoluir no pedal, acaba formando alguns grupos né ou sendo um pelotão de elite né do rebas né, que não existe, ou que não deveria existir, então o rebas acho que eternamente, está sendo responsável por isso, é chamar o público maior a pedalar, para iniciar o pedal e os outros grupos

15:00 Vão se formando baseado no rebas mesmo com objetivos diferentes, o objetivo competitivo é um né, nível de competir...

Outro vídeo

02:00 Assim como tem os que querem chegar primeiro, querem fazer um percurso mais rápido, têm aqueles que vão com calma tem o perfil mais explorador. marca trilhas são os que inventam as trilhas que posteriormente todo mundo vai usar. São geralmente os mais lentos mesmo, para trilha fazem marcação. Vendo no GPS se o percurso era aquele mesmo. Então esse perfil exploratório ainda bem que existe em todos os grupos se não as trilhas não existiram também.